

MARIA LUCIMAR MIRANDA DE ALBUQUERQUE

UFC - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Biblioteca Lirada Facó

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
NO CONTEXTO DA POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO

Tese apresentada à Faculdade de
Educação da Universidade Federal
do Ceará como parte dos requisi-
tos para obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientadora:
MARIA NOBRE DAMASCENO

Fortaleza - 1988

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA
NO CONTEXTO DA POLÍTICA SOCIAL DO ESTADO

— TESE DE MESTRADO —

Comissão de Tese:

Dra. MARIA NOBRE DAMASCENO
Orientadora

Dr. ANTONIO CARLOS MACHADO
Co-Orientador

Profª. JOSENEIDE FRANKLIN CAVALCANTE

Fortaleza - 1988

Dedico este trabalho a
DANIELA, querida filha, dese_
jando e esperando que ela ve_
nha a viver em um mundo de
justiça e igualdade.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível, porque contei com a colaboração direta e indireta de inúmeras pessoas. A todas elas desejo expressar aqui a minha gratidão.

Ao Prof. ANTONIO CARLOS MACHADO, meu orientador na elaboração do projeto de tese, em sua fase inicial, por ter emprestado todo o seu apoio e incentivo.

Ao Prof. ROLANDO PINTO CONTRERAS, educador chileno, que orientou a elaboração deste projeto e a elaboração e execução da pesquisa. Obrigada, Rolando, por ter hipotecado total confiança e estímulo à realização deste trabalho.

À Profa. MARIA NOBRE DAMASCENO, minha orientadora, pelo incansável trabalho de elucidação teórica, pelo incentivo, pela amizade e boa vontade. Por não ter permitido que eu parasse no meio do caminho, quero deixar aqui registrado o meu sincero reconhecimento e admiração.

À Profa. JOSENEIDE FRANKLIN CAVALCANTE, que paciente mente leu toda tese, fez correções gramaticais e ponderações teóricas de muita valia, como também por ter aceitado participar da Comissão de Julgamento.

Aos moradores da Comunidade do Parque São Miguel, principalmente aos que participaram mais diretamente como entrevistados: LUZIENE, ANTONIEL, Seu MANUEL, dona SUZETE, Seu JOAQUIM, ESMERALDINA, Seu FRANCISCO, NACY, ALZIRA, Dona CONCEIÇÃO, MARIA DAS GRAÇAS, ZÉ ANTONIO, ARIMATÉIA, Dona MARIA FERREIRA e Seu LEONARDO. Meus sinceros agradecimentos a todos vocês pela paciência e boa vontade com que contribuíram, apesar do cansaço do dia de trabalho, facilitando a execução da

pesquisa; participando como sujeitos com seus conhecimentos, suas experiências e vivências, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao EDSON, querido esposo e companheiro, pelas conflituosas discussões teóricas; pela dedicação com que me acompanhou nas entrevistas, pela paciente contribuição na revisão final, pela força e apoio emprestados a cada instante.

Aos meus amigos ZÉ DA SILVA e EMÍLIA VELLOSO, pela amizade e incentivo dados.

Aos participantes (bolsistas) e técnicos do Projeto Rondon, de modo particular a ELMAS CARVALHO, ADELAIDE GONÇALVES, DANIEL DUARTE, FULGÊNCIO CRUZ e SÍLVIA MARIA, pelos depoimentos prestados e colaboração na aplicação dos questionários a uma amostra de 10% da população.

A YÁSCARA, pela relevante colaboração dada na revisão e correções das anotações bibliográficas.

Ao TARCÍSIO, pela paciente ajuda nas cópias de datilografia.

E, finalmente, minha gratidão a todos aqueles que in diretamente contribuíram, e que não foram citados.

RESUMO

Estudo referente a uma pesquisa sobre Educação Popular, onde se investigam os efeitos de uma prática educativa, de tendência participativa, agenciada pelo Projeto Rondon, visando a formação do saber como instrumento de organização comunitária.

O referencial teórico é de inspiração dialética. Usa o conceito operacional de Educação Popular, valorizando a produção e reelaboração do conhecimento pelas camadas populares.

Metodologia utilizada: um estudo de caso, tomando-se como universo da pesquisa, a Comunidade do Parque São Miguel, onde a prática em questão se desenvolve há três anos. Foi escolhida uma amostra populacional, que se estudou através de método de pesquisa participante, centrada nas técnicas de entrevistas semi-estruturadas, observação, questionamento, conjugados à participação em eventos da comunidade e visitas domiciliares.

Deste trabalho, consta um estudo sobre o Projeto Rondon e as circunstâncias do aparecimento do seu programa de Ação Comunitária, sobre as condições de vida e trabalho da população da Comunidade do Parque São Miguel, analisando-se as dimensões pedagógica e política da prática educativa que aí se realiza.

O estudo chega às seguintes conclusões:

1º) Reconhecimento da Educação Popular como instrumento de resgate e sedimentação do poder político dos dominados.

2º) A possibilidade comprovada de que intelectuais e profissionais da super-estrutura se vinculem organicamente às classes populares, negando-se a tese do monolitismo do Estado.

3º) A prática educativa estudada se distancia do modelo desenvolvimentista em vigor se contrapondo à concepção de Educação e participação defendida pela Instituição, favorecendo a produção de um saber a ser apropriado pela comunidade, como meio de afirmação dos interesses de sua classe.

4º) A confirmação do êxito da relação pedagógica de parceria, em vista dos conhecimentos e habilidades adquiridas no concernente às denúncias de injustiça e exploração, e às lutas para superação de suas necessidades.

5º) A necessidade de se continuar o estudo, pesquisando-se a história da Associação de Moradores, para avaliar em que medida esta contribui para afirmar ou negar os interesses da organização popular.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	1
1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1. CLASSES SOCIAIS.....	6
2.2. CONCEPÇÃO DE MUNDO.....	9
2.3. CONCEPÇÃO DE HOMEM.....	10
2.4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	12
II - METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
1. TIPO DE PESQUISA ADOTADA.....	18
2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA.....	20
3. PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO.....	24
III - CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA POPULAÇÃO DO PARQUE SÃO MIGUEL.....	29
1. DA ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA A ECONOMIA INDUSTRIAL URBANA.....	29
2. INDÚSTRIA E FAVELIZAÇÃO EM FORTALEZA.....	36
3. PARQUE SÃO MIGUEL: CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO SÓCIO-ECÔNOMICA DA POPULAÇÃO.....	43
IV - A PRÁTICA EDUCATIVA DO PROJETO RONDON.....	59
1. O PROJETO RONDON NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO QUE O ORIGINOU.....	59
2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROJETO RONDON.....	69
3. O PROJETO RONDON E A PARTICIPAÇÃO COMUNITARIA.....	83

V - A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA PRÁTICA EDUCATIVA.....	94
1. A PROPOSTA EDUCATIVA DO PROJETO RONDON.....	98
1.1. METODOLOGIA.....	98
1.2. PRESSUPOSTOS.....	102
2. A QUESTÃO DO SABER.....	106
2.1. O QUE SE ESTÁ APRENDENDO	112
2.2. COMO SE ESTÁ APRENDENDO	114
2.3. O SIGNIFICADO DA DESCOBERTA DO SABER PARA OS PARTICIPANTES.....	121
2.4. A RELAÇÃO DE TROCA DE SABERES ENTRE AGENTES E COMUNITÁRIOS.....	124
VI - A DIMENSÃO POLÍTICA DA PRÁTICA EDUCATIVA.....	127
1. A QUESTÃO DO PODER.....	129
1.1. QUEM CONTROLA O PROCESSO EDUCATIVO: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO.....	135
2. A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	141
2.1. AS LUTAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS	147
3. COMO O GRUPO EXPLICITA SUA VISÃO DE SOCIEDADE.	155
4. MUDANÇAS VIABILIZADAS PELA PRÁTICA EDUCATIVA..	155
VII - CONCLUSÃO.....	152
VIII - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	173

I - INTRODUÇÃO

1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

No final do ano de 1973, os alicerces do regime autoritário começam a sofrer seus primeiros abalos, provocados pelo agravamento da crise econômica, que se manifesta no crepúsculo do "milagre brasileiro", na crescente pauperização da classe média e excessiva espoliação da classe trabalhadora. Sob o ponto de vista político, isso vai se expressar nas eleições de 1974 em que a oposição ao governo foi amplamente vitoriosa.

Esta situação forja o relaxamento dos mecanismos de repressão do Estado e favorece a rearticulação da sociedade civil na reconquista do seu direito de participar.

Diante deste quadro, o eixo das preocupações do Estado se desloca para a formação de novas propostas sociais, onde o governo busca conformar um discurso distributivo¹, criando através dessa política mecanismos de controles mais sutis destinados a conter as tensões sociais ou, pelo menos, mantê-las sob controle.

Surge então, a partir de 1978, o discurso da "abertura democrática" que, aos poucos, vai configurar a nova plataforma política do governo — a participação — que confere relevância ao desenvolvimento de comunidade e à ação comunitária.

Por volta de 1979, o Projeto Rondon implanta o programa de Ação Comunitária destinado à população denominada carente, que habita as periferias urbanas.

¹SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et alii - Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras. São Paulo, Cortez, 1985.

Em Fortaleza, o referido programa foi implantado nos primórdios de 1980, em uma população cuja atividade básica é a produção de bens e de serviços e que, apesar disso, vive marginalizada do setor produtivo, sem acesso aos serviços básicos de saúde, educação e moradia. Uma força de trabalho, que vive na dependência de um mercado flutuante, onde as oportunidades de emprego são insuficientes para um significativo número de desempregados, que "engordam" o exército industrial de reserva de mão-de-obra. Os baixos salários que percebem, quando percebem, não são suficientes para suprir as necessidades de alimentação, vestuário e habitação. Em consequência, habitam em pequenos casebres construídos precariamente num chão que não lhes pertence legalmente. Esta população vive em estado de extrema pobreza, e a luta pela sobrevivência não lhe deixa espaço para uma reflexão mais profunda, que lhe faça compreender a própria realidade em que está inserida.

Nesta situação, o Projeto Rondon desenvolve seu programa pedagógico, que se autodefine "um processo educativo centrado na participação, que tem como objetivo unir a população em torno de interesses comuns traduzidos na ação para a mudança."²

Este trabalho se desenvolve como prática de educação popular, baseada na reflexão crítica sobre a realidade, buscando compreendê-la no contexto da sociedade global, forjada no modo de produção capitalista. Um trabalho que tenta fugir do assistencialismo, mesmo educativo, buscando o desafio como meio para aproximar o homem do seu mundo e dele se apropriar, transformando-o.

Diante disso, cabe colocar algumas questões:

Não parece esdrúxulo que o Projeto Rondon assuma um Programa que tem como objetivo fortalecer e estimular a orga-

²Ver Plano de Trabalho de Ação Comunitária - Coordenação do Projeto Rondon do Ceará - 1982 - Avaliação de Ação Comunitária da Coordenação Estadual do Ceará, 1982 e Conclusões do Encontro Nacional de Ação Comunitária, Brasília, 1979.

nização popular, através do desenvolvimento da consciência crítica de seus componentes? Sendo uma instituição oficial, portanto, moldada pela sociedade do modo de produção capitalista dependente e periférico e forjada pelo regime autoritário, como poderia assumir o papel de agente de mudança? Estaria esta prática refletindo de fato a intenção e a orientação do Projeto Rondon? Estariam os técnicos da Instituição assumindo o papel de intelectuais orgânicos da classe subalterna? Seria possível funcionários públicos se engajarem no processo de libertação popular?

Louvando-nos da teoria gramsciana, poderíamos considerar que o Estado e suas instituições não constituem um bloco monolítico. Dele fazem parte grupos sociais que podem ter um vínculo real com a classe subalterna. Estes grupos, através do "vínculo orgânico" podem abrir fissuras nas barreiras do Estado e redirecionar as atividades, de modo a "formar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um programa intelectual de massa".³

Desta compreensão, surgiu a necessidade de se realizar uma pesquisa, cujo objetivo seria verificar se os resultados produzidos pelo trabalho do Projeto Rondon estariam gerando nova concepção de mundo e, assim, contribuindo para a formação de um novo cidadão, engajado na luta pela afirmação de seus interesses de classe ou, ao contrário, estariam, através de uma retórica progressista liberal, reproduzindo as relações de produção capitalista e assim reproduzindo também a dependência à conformação com a situação vigente.

Tomamos, pois, como objeto da pesquisa, a análise da prática pedagógica realizada pelo Projeto Rondon na área do Parque São Miguel, uma favela da periferia de Fortaleza.

³ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. p. 20.

Procuramos, num primeiro momento da análise, verificar, com base no conceito marxista das relações sociais e de produção, as condições sociais dos moradores da favela onde se realiza a referida prática, tomando como ponto de partida suas necessidades e sua inserção no processo produtivo.

Em seguida, buscamos analisar criticamente a dimensão pedagógica da prática do Projeto Rondon no sentido de se verificar:

- a) que tipo de saber estava sendo gerado ou reproduzido;
- b) que há nesse saber que ajuda as classes populares;
- c) que relações de poder esta prática estaria produzindo;
- d) quais as conseqüências em termos da organização do grupo.

A pesquisa tem também como objetivo, examinar o papel da prática pedagógica na formação da consciência política e social do grupo e até onde esta prática contribui para a construção de um projeto político voltado para a transformação da realidade desigual, injusta e opressora em que vive este grupo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Analisar a prática pedagógica, alvo de nosso estudo, significa compreender a realidade objetiva em que esta se aplica. Tal entendimento apela necessariamente para a escolha de um referencial teórico que nos permita apreender a realidade so

cial⁴ concretizada, neste trabalho, na comunidade⁵ pesquisada e nas relações que esta estabelece com a sociedade global.

Entendemos que a própria escolha deste referencial teórico precisa ser discutido de algum modo, posto que muitas são as teorias que poderiam ser usadas para explicar o problema pesquisado. Nem todas, porém, têm o mesmo valor ou são igualmente adequadas, pois assim teríamos que admitir que todas se equivalem.

Entendemos ainda, que qualquer trabalho intelectual se assenta em pressupostos filosóficos, ideológicos (mesmo não explícitos) que lhes dão sustentação. Consideramos, não ser responsável escolher um marco teórico por pura idiosincrasia, razão porque utilizamos como critério qualificativo alguns pilares que, a nosso juízo, atenderiam às nossas necessidades.

Primeiramente, a teoria escolhida deveria apresentar coerência lógica e argumentação consistente no sentido de compreender a realidade como um processo em movimento. Ela teria que ser um instrumento capaz de expressar e explicar, criticamente a realidade pesquisada, onde o homem "não se situa mais ao lado do objeto mas do lado do sujeito do conhecimento e da ação".⁶

Procuramos fugir das evidências dogmáticas de vez que estas não poderiam orientar pesquisa sobre uma "realidade social" que se assume como dialeticamente superável. Também não é nossa intenção aprofundar o estudo sobre as teorias ou mesmo

⁴ A expressão "realidade social" é de Kosik. Para este autor, realidade social é entendida como uma totalidade onde o homem é reconhecido como sujeito histórico. Cf. KOSIK, Karel. A Dialética Concreta. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁵ O termo "comunidade" é entendido aqui como sendo o conjunto de indivíduos que, partindo de circunstâncias históricas, se unem para afirmar seus interesses de classe e definem estratégias para a transformação.

⁶ GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo, 1984, p.21/22.

reelaborá-las como um capítulo à parte, pois, a nosso ver, uma teoria dissociada do conhecimento concreto resultaria, inevitavelmente, numa prática ineficaz. Quanto à sua adequação, acreditamos que a teoria adequada é aquela que se valida na prática e esta por sua vez ajudará na sua reelaboração. Desse modo intencionamos, tão somente, tomar de empréstimo algumas noções já produzidas anteriormente que nos possibilitem conhecer e explicar a questão em estudo.

Partindo desses pressupostos, optamos por uma concepção dialética marxista, principalmente elaborada por Marx, Gramsci e Kosik, autores que oferecem os elementos necessários para perceber a dinâmica da realidade que se quer investigar e melhor compreender as condições em que os "agentes sociais"⁷ produzem sua transformação.

A partir desta concepção, trabalhamos os conceitos de classes sociais e os conceitos relativos à visão de mundo, homem e Educação.

2.1. CLASSES SOCIAIS

Na breve revisão sobre o conceito de classes sociais, tomamos, como ponto de partida, a noção fundada nas relações de produção resultantes do confronto entre a propriedade privada dos meios de produção e a venda "livre" da força de trabalho.

Partimos da premissa de que as classes sociais se definem através da maneira como os homens organizam um determinado modo de produção. O fato de homens pertencerem a certa ca

⁷Por "agentes sociais" estamos entendendo os membros da comunidade onde a prática se realiza.

tegoria, num dado modo de produção constitui um fator importante, posto que "o pertencer" define a "classe em si", base material que vai fazer com que estes homens "tomem consciência destas relações sob a forma de uma ideologia política que defina claramente as condições reais de sua existência e a contradição entre elas e seus interesses como classe social. Neste momento passa a se constituir uma classe para si."⁸

Para Santos, classes sociais são:

"Os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade."⁹

Uma sociedade capitalista se caracteriza pelos antagonismos que se expressam nos interesses polarizados das duas classes fundamentais; a classe dos "possuidores de bens" e a classe dos "não possuidores de bens"¹⁰ Os "possuidores de bens" ou classe dominante é constituída por uma minoria que detém a propriedade dos meios de produção e tem como preocupação básica manter e consolidar as condições necessárias para a reprodução da acumulação capitalista, no que conta com a poderosa aliança do Estado, cujo papel "é o de criar as bases para que a acumulação capitalista possa se reproduzir"¹¹. Essas bases se fundam no consentimento das classes subalternas, conseguido através da ação do Estado, quer no "exercício da coerção", quer pela difusão da ideologia da classe dominante no conjunto da sociedade.

⁸SANTOS, Theotonio dos. Conceitos de Classes Sociais. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 31.

⁹Idem, op. cit. p. 41

¹⁰Expressões de Florestan Fernandes. Cf. Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.

¹¹OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis, Vozes.

Do outro lado estão as classes subalternas, dominadas, constituídas pela massa daqueles que possuem tão somente sua força de trabalho e a vendem "livremente", em condições desvantajosas, para poderem subsistir.

No dizer de Santos, o capitalismo favorece a "exploração do trabalhador", submetendo-o "a uma disciplina imposta pelos interesses do lucro capitalista, ditador absoluto do uso e abuso do seu capital privado"¹². É esta disciplina que vai gerar um povo bem comportado, sem grandes aspirações, senão a de possuir "um certo grau de liberdade onde as massas populares não devem aparecer com suas manifestações 'brutais' e 'degradantes'"¹³.

Ora, é através dos mecanismos de controle oficializados pelo Estado (sociedade política e sociedade civil) que a classe dominante assegura a manutenção da ordem social e mantém sua hegemonia sobre a classe subalterna, suscitando nesta o consenso e a colaboração que a tornam dócil, passiva, submissa e obediente.

Nestas circunstâncias, a classe dominante se apropria da "mais valia" e se preocupa, fundamentalmente, com a preservação do *status quo*, enquanto que a classe subalterna, expropriada do produto de seu trabalho, tem como aspiração superar esta situação. Nesta contradição repousa principalmente o antagonismo entre as duas classes fundamentais cujos interesses conflitantes produzem a luta de classes.

As classes subalternas ganham força na medida em que começam a compreender as suas condições semelhantes de vida, as suas relações sociais imediatas de trabalho, as suas rela-

¹²SANTOS, Theotonio dos. O Caminho Brasileiro para o Socialismo. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 43.

¹³Idem, op. cit. p. 31.

ções entre si e com as outras classes sociais. Ocorre, então, a consciência de classe e o início da luta pela destruição da ordem capitalista.

2.2. CONCEPÇÃO DO MUNDO, DO HOMEM E DA EDUCAÇÃO

2.2.1. Concepção do Mundo

Tomando a dialética materialista como arcabouço norteador da presente investigação, procurou-se fugir de uma visão de mundo estática, pautada no imobilismo das verdades imutáveis, onde os fenômenos são eles mesmos, desde que começou a sua existência e para todo sempre; um mundo de coisas predefinidas que se reproduziam indefinidamente e que não podem se transformar em qualquer outra coisa¹⁴. Um mundo onde as forças humanas são consideradas passivas e inconscientes.

Preferiu-se buscar uma visão de mundo que permitisse compreender e analisar a realidade pesquisada em seu movimento interno, gerado na contradição e nas relações com os demais fenômenos da realidade global; uma visão de mundo pautada nos princípios das contradições que "existem dentro do processo de desenvolvimento de todas as coisas, de todos os fenômenos e penetram no processo de desenvolvimento de cada coisa, de cada fenômeno, do princípio ao fim"¹⁵.

Entendemos que tais princípios permitirão ao pesquisador uma atitude permanente de crítica diante do fenômeno pesquisado, permitindo-lhe chegar o mais perto possível do objeto, a partir de sua aparência sensível, em busca do núcleo das coisas para descobrir a sua essência. Com isso torna-se possível

¹⁴TUNG, Mao-Tse. As Duas Concepções do Mundo - O pensamento de Mao Tse-Tung. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 18-19.

¹⁵Idem, p. 27.

vel evitar reduzir a constatação do fenômeno, à mera categoria de pensamento do pesquisador. Na realidade objetiva, cada fato está ligado a outro fato, que pode até ser a sua negação. Daí não se poder negligenciar o princípio da totalidade, pois as contradições que existem no todo, existem também nas partes.

Isto posto, reafirmamos nossa opção por uma visão de mundo dinâmica, inacabada, "um instrumento conceitual de trabalho para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos ... unidos por um conjunto de aspirações, que os reúnem como membros de uma classe social"¹⁶, no seio de uma sociedade determinada. "É um mundo em que a verdade não é dada nem predestinada, não está pronta e acabada, impressa na consciência humana"¹⁷. Um mundo onde os homens se realizam pela ação, como seres transformadores.

2.2.2. Concepção de Homem

A visão de mundo acima referida leva em conta a produção histórica e social de homem, como um acréscimo à natureza; produção que resulta no processo constante de conhecimento. Partilhamos da idéia de que o ato de conhecer está contido no ato de fazer e seguimos Kosik quando diz que "o homem não pode conhecer a coisa em si, sem que antes transforme as coisas para si"¹⁸.

Concebemos o homem como uma consciência no mundo, com os outros homens. Homens que são capazes de conhecer e fazer uso do seu saber como poder, para desocultar sua realidade e

¹⁶ GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 17.

¹⁷ KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 19.

¹⁸ Idem, p. 19.

definir estratégias que a transformem em seu próprio benefício.

Não compartilhamos da idéia daqueles que vêm o homem como uma realidade animal, um ser natural confundido com a materialidade do mundo. Na concepção naturalista, o homem é visto como uma parte da natureza, em que o próprio pensamento é uma secreção do cérebro. Assim o materialismo tradicional vê "a consciência humana apenas como uma função biológica de adaptação e de orientação do organismo no ambiente"¹⁹. Mas a realidade humana não deixa de existir, apesar de ter sido "expulsa da ciência". Entendemos que, ao tentar desumanizar a realidade, de certa maneira, o homem o faz filtrado pela sua própria maneira de conceber. E conceber já é uma atividade humana, o que nos leva a concluir que a natureza não está completa sem o homem e que o processo de transformação se dá na relação do homem com a natureza através do trabalho produtivo. É um fato que a realidade objetiva existe independente da consciência humana. Entretanto, a transformação dessa realidade, depende da consciência. A natureza, da qual faz parte o homem, e a consciência, são contrários que se excluem e, ao mesmo tempo, se aproximam. Nesse movimento dá-se a unidade que permite a transformação do mundo e do homem.

Para Gramsci, o homem é um ser político e histórico. Político enquanto ser capaz de transformar "a si mesmo, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual é o ponto central"; histórico, porque é capaz de conhecer os fenômenos "geneticamente em seu movimento de formação". O indivíduo faz parte do gênero humano, através das diversas maneiras pelas quais "entra em relação com a natureza"²⁰.

¹⁹ KOSIK, Karel. op. cit. p. 223/224.

²⁰ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. p. 40.

Pode-se deduzir de tal postulado que a razão humana não vai muito além do que a história lhe permite, o que equivale dizer que o pensamento sem história se torna pura repetição.

Enfim, percebemos o homem como um fenômeno histórico com características de permanente transformação, isto é, o homem se relaciona com o mundo. Nessa relação, percebe o mundo e reage a ele; um ser capaz de refletir; um ser que conhece, busca, se apropria e escolhe procedimentos materiais e ideais que lhe permitem transformar o mundo natural e social. Segundo Kosik, "o homem é um ser que sabe o que pode saber, o que deve fazer e em quem pode esperar"²¹. "O homem é sujeito de conhecimento, é sujeito de vida e de ação"²²; um "ser histórico inserido numa sociedade global concreta, mutável e em constantes mutações"²³.

2.2.3. Concepção de Educação

A partir da concepção do homem como "ser histórico" e ser de relações, a partir da concepção da sociedade como "o produto da ação recíproca dos homens"²⁴, postulamos a educação como um processo de construção permanente do conhecimento, que tanto serve para mascarar a realidade, tornando a massa conformada e obediente, como serve para desocultar esta mesma realidade, produzindo nos homens uma consciência crítica e transformadora.

No primeiro caso, tem-se a visão defendida por Althus

²¹ KOSIK, Karel. Op. cit., p. 266.

²² Idem, pág. 227.

²³ FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 47.

²⁴ MARX, Karl. Textos Filosóficos. Santos, SP. Ed. Estampa, sed. p. 117.

ser e Bourdier²⁵, que postulam a educação como aparelho de re produção ideológica da classe dominante, cujo papel principal seria a inculcação dos valores desta, visando garantir a submissão e sujeição dos dominados, levando-os a aceitar sua condição de classe subalterna e a se sujeitar passivamente aos esquemas da dominação.

Se pensarmos a educação como uma das instituições componentes da sociedade civil e se esta constitui o "momento de persuasão e de consenso", o sistema educacional seria, indubitavelmente, um dos instrumentos de transmissão ideológica e sustentação da hegemonia da classe dominante.

Para Gramsci²⁶, "toda relação hegemônica é uma relação pedagógica". É um processo de aprendizagem que visa transformar a ideologia da classe dominante em senso comum. Para Freitag, "a função hegemônica está plenamente realizada, quando a classe no poder consegue paralisar a circulação da contra-ideologia, suscitando o consenso e a colaboração da classe oprimida que vive a sua opressão como se fosse a liberdade."²⁷

Educação não se restringe às "relações especificamente 'escolásticas'. É uma relação pedagógica que existe em toda sociedade, no seu conjunto e em todo indivíduo com relação a outro indivíduo..."²⁸

Sem dúvida, a educação carrega em seu bojo objetivos e diretrizes determinados pela classe que detém o poder. Seus conteúdos didáticos expressam a visão de mundo desta classe, que visa impedir o processo de conscientização da classe oprimida, escamoteando o jogo de interesses e sufocando a lu-

²⁵Ver GIROUX, Henry. Pedagogia Radical. São Paulo, Cortez, 1983, p.36-49.

²⁶GRAMSCI, Antonio. Op. cit. pág. 37.

²⁷FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, Ed. Moraes, 1980, p. 38.

ta de classe. É a educação reproduzindo os valores de seus criadores.

Ao concebermos a educação como uma prática pedagógica, que se dá no encontro de sujeitos, que buscam o conhecimento a partir da atividade de produção material, no decurso da qual aprendem progressivamente os fenômenos da natureza, suas propriedades, suas leis, assim como as relações do homem com a natureza²⁹, estamos partilhando da visão marxista de que são "os homens que transformam as circunstâncias e que o educador tem, ele mesmo, necessidade de ser educado."³⁰

Partindo desse pressuposto, entendemos a educação como um fato político intencionado, que serve de veículo para aquisição de uma consciência crítica da sociedade em suas relações, através da qual se exercita o confronto entre o pensar e o fazer; permite a participação de todos na geração do poder organizador e amplia a consciência social através da construção do saber, onde todos juntos recriam as alternativas de aprendizagem, gerando um saber socializado, um saber instrumento capaz de expressar o esforço contínuo de apreender e transformar a realidade.

Retomando o conceito de hegemonia em Gramsci e sua visão pedagógica, pode-se deduzir que os profissionais da Educação podem contribuir para a reorganização da classe subalterna, comprometendo-se com os interesses orgânicos desta classe, recompondo seu poder político, através da reconstrução de um saber condizente com seus interesses de classe. Logo, não parece correto conceber a educação, unilateralmente, como instrumento de reprodução da ideologia dominante.

²⁸GRAMSCI, Antonio. Op. cit. pág. 37.

²⁹TUNG, Mao-Tse. Op. cit. p. 67

³⁰MARX, Karl. Op. cit. pág. 88.

Tomando-se por este prisma, a educação não só se situa num campo de conflitos. É ela mesma um instrumento que vai contribuir significativamente para desocultar estes conflitos, na medida em que faça as camadas subalternas pensarem sua condição de classe e as instrumentalize para reelaborarem a sua visão do mundo.

Importa-nos, no presente trabalho, descobrir qual o papel da prática educativa em questão:

- a) na reelaboração do saber popular, como o grupo aprede e expressa o saber;
- b) na compreensão do saber vinculado à questão do poder; se o saber apropriado contribui para a organização da comunidade; como o grupo compreende as relações de poder na sociedade; como o poder pode ser conquistado e como o grupo expressa as relações de poder internamente.

II - METODOLOGIA DA PESQUISA

O modo como o conhecimento se produz ou deve se produzir está intimamente ligado à concepção de mundo do investigador. Nas pesquisas de inspiração positivista, por exemplo, o investigador revela uma tendência em se preocupar com a descrição da realidade como se esta fosse estática, não levando em conta as "estruturas e os movimentos sociais"¹ nem considerando "o processo científico como um esforço sistemático e crítico que visa descobrir a estrutura oculta da realidade"².

Em nome da racionalidade científica e da pseudo-neutralidade, a concepção positivista tende ao conhecimento da aparência imediata dos fenômenos, na medida em que trata os fatos sociais numa perspectiva "coisificada". Nesta perspectiva o investigador tende a assumir a postura de dono do saber, não reconhecendo o outro como sendo também um sujeito cognoscente.

Convicto da inacessibilidade de qualquer entidade que ultrapasse o fenômeno, reduz a realidade aos fatos observáveis direta e imediatamente. Tenta identificar as relações contáveis, isto é, limita a verificação do fenômeno à quantificação, à medição, ao tempo em que estabelece imutáveis leis utilizando-se da experiência sensível, que termina por condicionar a reforma social ao conhecimento das leis que deterministicamente regem os fatos sociais.

¹ THIOLENT, Michel. Crítica Metodológica, investigação e enquete operária. 3.ed. São Paulo, Polis, 1982. p. 16-17.

² DAMASCENO, Maria Nobre. Prática educativa e consciência do campesinato; uma contribuição ao estudo da educação realizada nas comunidades de base. Porto Alegre, RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. p. 36 (Tese de Doutorado em Educação).

Por estas razões, entendemos que o Positivismo, apesar de sua inegável contribuição para a produção do conhecimento, não é satisfatório como compreensão da realidade social. A nosso juízo, há uma insuficiência latente ao método de inspiração positivista que o torna inadequado a esta investigação, o que se pode demonstrar através de pelo menos 3 (três) argumentos, tomados de empréstimo a Kolakowsky³:

- a) atendo-se ao fenômeno observável, não se conseguiria enxergar o movimento da terra em volta do sol, posto que é o contrário que aparece. De idêntico modo, os fatos sociais não se esgotam nos fenômenos observáveis. As estruturas de poder, as funções, os comportamentos, as relações sociais e de produção são muito mais o seu significado (não aparente) do que as formalidades perceptíveis pelos sentidos;
- b) se as essências são inatingíveis, não teria sentido falar em conceitos que as representem, pois nesse caso o que ultrapassaria o conceito seria um simples nome vazio. Isto levaria a se conceber a história como uma sucessão de fatos, sem possibilidade de se estabelecer entre eles qualquer ligação, de vez que, necessariamente, se estaria extrapolando o concreto;
- c) a primazia do fato observável, desvalorizado, pretensamente neutro, conduziria a que se desprezassem realidades tão densas e, às vezes, mais importantes do que os fatos, como os próprios valores, os significados, os condicionamentos históricos, o contexto etc.

³ DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981. p. 124.

Ora, no trabalho de investigação que aqui se procede, tem-se como pressuposto que:

- a) a realidade social não é estática, mas se processa em um dinamismo histórico. Isto equivale dizer que não se concebe a realidade como uma unidade acabada, mas como uma verdade que tem que ser produzida, na relação com o objeto;
- b) a realidade aqui estudada não seria atingida satisfatoriamente, se considerada como um objeto, senão, também ela, como sujeito da própria investigação;
- c) os eventos sociais não são necessariamente transparentes ou conscientes, logo, nem tudo pode ser apreendido de imediato sem passar pelo processo histórico.

Acrescente-se a isso o nosso entendimento de que uma pesquisa social se assenta em pressupostos filosóficos e ideológicos, a partir dos quais se tenta apreender a realidade social e as relações que esta estabelece com a sociedade global.

1. O TIPO DE PESQUISA ADOTADA

A eleição de um modelo de pesquisa pressupõe a explicitação de um marco teórico, que apresente coerência lógica e argumentação consistente, no sentido de compreender a realidade como um processo em movimento, e seja capaz de expressar, explicar criticamente, a realidade pesquisada, onde o homem "não se situa mais ao lado do objeto, mas do lado do su

jeito, do conhecimento e da ação."⁴

Optamos, pois, pelo modelo de pesquisa participativa que tem como perspectiva teórica a luta de classes. Por conseguinte, privilegia os investigados como sujeitos, que participam ativamente da produção do conhecimento, ao tempo em que, a nosso juízo, permite ao pesquisador melhor apreensão da realidade.

Além dos motivos acima expostos, o modelo em questão nos pareceu adequado para avaliar a prática pedagógica, objeto de nosso estudo, pois enfatiza a reflexão sobre os modos de ação e organização dos setores populares, "respondendo especialmente pelas necessidades das populações, que compreendem ... as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas, levando em conta suas aspirações e necessidades de conhecer e agir"⁵. Trata-se, portanto, de uma alternativa metodológica resultante da necessidade de se construir paradigmas que se aproximem dos setores populares e de suas organizações. Para Fals Borda, "é um trabalho científico com nítida conotação de classe"⁶.

Foi principalmente em Thiollent que buscamos respaldo para a elaboração dos procedimentos para a presente investigação.

Escolhemos este modelo, primeiramente, pela ênfase que dá à questão pedagógica, de vez que entendemos que a validade de uma investigação não se reduz à mera detecção dos fenômenos, mas remete à compreensão deste enquanto instrumento na construção de um novo saber.

⁴ GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

⁵ BORDA, Orlando Fals. Aspectos Teóricos da Pesquisa. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. S. Paulo, Brasiliense, 1981, p. 43.

⁶ Cf. PINTO, João Bosco. Pesquisa - Ação como prática social (mimeog.) p.5.

Partilhamos, igualmente, com Thiollent, da idéia que privilegia o diálogo e o questionamento no ato mesmo da pesquisa, pois tais procedimentos possibilitam a explicação crítica do fenômeno investigado e permite a maior participação do polo pesquisado.

Consideramos válido enfatizar a questão da relação investigador-investigado, a qual entendemos como uma relação de parceria, onde ambos têm um papel diferente a desempenhar. Diferenças que se completam e que devem ser explicitadas à luz de pressupostos teóricos norteadores da pesquisa, a fim de minimizar a tendência que tem o investigador de se impor ao investigado.

Finalmente, Thiollent considera o questionamento sociológico um modelo de pesquisa alternativa ao modelo positivista da observação, pois este "depende de uma problemática teórica e consiste na investigação da realidade social, por meio de um sistema de perguntas e de respostas, que circulam dentro da rede comunicacional entre o polo investigador e o polo investigado."⁷

2. DELIMITAÇÃO DA ÁREA

O interesse pela realização da presente pesquisa advém da nossa experiência em trabalhos de organização popular como alternativa educacional e da nossa intenção em continuar atuando junto à comunidade na mesma perspectiva.

⁷THIOLLENT, Michel. Op. cit. p. 25.

Como campo de investigação, escolhemos uma área da periferia de Fortaleza, mais precisamente a comunidade do Parque São Miguel - Messejana, e como metodologia, o estudo de caso.

Esta área foi escolhida, principalmente, por ser palco da proposta educativa do Projeto Rondon, que já se encontrava no seu 3º ano de realização e por compartilharmos da idéia de que "a investigação numa área específica constitui uma estratégia de pesquisa apropriada para o estudo em profundidade da problemática social e educacional"⁸ desta área.

A comunidade do Parque São Miguel está localizada no Distrito de Messejana, distante do centro de Fortaleza, aproximadamente a 20 km. É uma área tipicamente de favela e está limitada, ao Norte, pelas ruas do Rosário, Santa Rita e travessa Santa Rita; ao Sul, pela av. Ambrósio de Carvalho; ao Leste, pela rua Joana Soares e ao Oeste pela travessa São Miguel.

É constituída por uma população egressa da zona rural, formada por 370 famílias, com aproximadamente 2.600 pessoas⁹, com predominância de crianças na faixa etária de 0 a 14 anos (54,7%). O restante da população está assim distribuída: jovens de 15 a 21 anos (19,0%) e adultos a partir de 21 anos, incluindo os idosos (26,2%)¹⁰.

As famílias do Parque São Miguel tiram seu sustento de atividades vinculadas ao mercado formal e informal de For

⁸DAMASCENO, Maria Nobre. Op. cit. pág. 51.

⁹Esta estimativa foi realizada tomando por base a média de 7 pessoas por família.

¹⁰Estes dados foram coletados no 1º semestre de 1983.

taleza. Grande parte da população ativa é constituída por operários da construção civil e da indústria (fábricas de castanha). As mulheres, em geral, trabalham nas fábricas, enquanto que a mão-de-obra masculina se ocupa na construção civil. Pudemos observar que estes trabalhadores estão quase sempre desempregados e, pelos depoimentos coletados, atribuímos tal fato, de um lado, à flutuação do mercado de emprego, mormente ao que se refere à construção civil; do outro lado, à sistemática interna das fábricas não interessadas na estabilidade do trabalhador. A outra parte da população ativa ganha a vida como biscateiro, assalariado do setor de serviços, comerciantes, pequenos comerciantes, trabalhadores avulsos¹¹ e como empregados domésticos.

A renda familiar desta comunidade varia entre menos de um salário mínimo até dois salários e meio.

A aparência homogênea da área esconde interesses divergentes, que obstaculizam a formação da consciência de classe. Atendo-se ao lado aparente das coisas, em seus aspectos isolados, poderíamos entender como causa das divergências as diferentes formas de ocupação de seus moradores.

A área é desprovida de qualquer equipamento social. A época em que realizamos esta pesquisa, as únicas instituições presentes eram: o Projeto Rondon, através da sua proposta de ação comunitária e a Igreja Católica. Esta última, situada em Messejana, exercendo sobre a população alguma influência de caráter estritamente religioso.

¹¹ Estamos chamando "trabalhador avulso" àquele cidadão dotado de mão-de-obra especializada ou semi-especializada que vende seu trabalho a quem dele necessitar sem que mantenha qualquer vínculo empregatício.

Atualmente existe na comunidade uma Associação de Moradores¹², devidamente legalizada, que funciona como instrumento de mobilização, produção de conhecimento em prol das lutas pelos direitos e superação das necessidades de seus sócios. Através da reflexão, os moradores aprendem a identificar sua problemática, a questionar, a elaborar projetos, a reivindicar, ao tempo em que desenvolvem atividades de caráter educativo, cultural e social.

O exercício da comunidade do Parque São Miguel, no tocante à organização política, está limitado à Associação dos Moradores, às lutas e debates internos e às articulações com outras entidades comunitárias. Seus moradores ainda não participam da vida sindical, mesmo os poucos que são sindicalizados.

A moradia constitui um dos mais graves problemas da área. Os moradores constroem suas casas em torno de terrenos de particulares, no limite entre estes e as vias públicas abertas pela Prefeitura (V. mapa em anexo). São considerados invasores e vivem sob a constante ameaça de expulsão. Antes da organização dos moradores, "quando nós não intendia nada de leis nem dos nossos direitos", um grande número de famílias foi expulsa ou removida para localidades destinadas a "desfavelados".

A falta de escola constitui também um problema relevante. A proporção de crianças que não frequenta a escola é alarmante. A escola mais próxima fica a 2 km de distância e ainda é insuficiente para atender à demanda.

¹²A Associação de Moradores foi criada como resultado da prática. Antes da proposta do Projeto Rondon, não havia na comunidade nenhuma organização juridicamente constituída.

Neste estudo trabalhamos, basicamente, com dois grupos:

- a) o grupo constituído pelos moradores, envolvendo, principalmente membros da diretoria e sócios da Associação dos Moradores e pessoas que participam do programa do Projeto Rondon desde o início.

A nossa articulação com o conjunto de moradores em geral, ocorreu através das reuniões, de visitas domiciliares, dos encontros e das atividades, das quais participamos de modo questionador.

As entrevistas, realizamos com um grupo de 15 pessoas, 12 membros da diretoria e 3 moradores engajados no trabalho desde o início. Todos, a nosso juízo, representativos, de vez que eram conhecedores do assunto em estudo.

- b) O segundo grupo foi constituído pelos agentes educadores do Projeto Rondon, atuando na área através da prática educativa em questão.

3. PROCEDIMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO

Entendemos que o processo de conhecimento resulta do enfrentamento de sujeitos (pesquisadores e pesquisados) que se encontram como parceiros numa convivência interativa, com vistas à coleta de informações que lhes possibilitem a maior aproximação possível com o real.

Para a presente pesquisa, procuramos elaborar instrumentos, a nosso ver coerente com a teoria proposta, que tor-

nassem residual a questão da unilateralidade da pesquisa convencional e eliminassem o pressuposto da neutralidade.

Utilizamos os procedimentos que serão explicitados a seguir.

3.1. ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO

Com o intuito de verificar o nível de coerência entre o discurso e a prática pedagógica do Projeto Rondon, procedemos ao estudo dos documentos que definem os pressupostos e finalidades da ação proposta pela instituição agenciadora, programas e projetos operativos e material didático utilizado durante a prática. Procedemos também ao estudo da documentação produzida pelos agentes comunitários (atas, relatórios, folhetos, jornais), objetivando detectar o modo de conceber e expressar a prática que estavam vivenciando.

3.2. OBSERVAÇÃO QUESTIONAMENTO¹³

Por observação questionamento, estamos nos referindo ao modo interativo com que o pesquisador participa dos diferentes momentos e situações vividos pelo grupo pesquisado. Os pesquisadores interagem com os pesquisados, observando sistematicamente os fatos, principalmente aqueles que correspondem à temática da pesquisa. Os fatos observados passam por um processo de questionamento, com o objetivo de:

- a) aproximar o pesquisador das representações imediatas com as quais os grupos pesquisados expressam sua percepção e compreensão da realidade;
- b) exercitar a inteligência crítica do pesquisador sobre tais representações, visando superar as aparências;

¹³THIOLENT, Michel. Op. cit. p. 49-64.

- c) desafiar o grupo pesquisado a repensar e a reelaborar seu conhecimento.

Com esta intenção, participamos de 48 reuniões da diretoria da Associação de Moradores, de 22 reuniões de rua, 4 assembléias de sócios, de 2 encontros de comunidades, dos quais, participaram também grupos de outros bairros e de algumas atividades realizadas na área.

Os fatos observados e questionados foram registrados através de anotações e gravações.

3.3. ENTREVISTA

Utilizamos a técnica de entrevista, aqui entendida como o processo de perguntas e respostas formuladas na interação dos dois polos (pesquisador e pesquisados), visando atingir reciprocidade de compreensão. Com base na problemática da pesquisa, elaboramos um roteiro contendo questões, a nosso ver, capazes de estimular a participação dos respondentes e oferecer a ambos, pesquisador e pesquisados, a possibilidade de raciocinar e apreender informações relevantes.

A relação investigador-investigado se processa "como uma rede de comunicação sócio-política", onde os investigadores participam na condução da investigação, trazendo "uma problemática sociológica e política e os investigados participam ativamente, elucidando problemas inerentes à sua própria situação."¹⁴

Decidimos entrevistar os 12 membros da diretoria da Associação dos Moradores, por considerarmos que estes são re

¹⁴THIOLENT, Michel. Uma contribuição à pesquisa. Educação e Sociedade. São Paulo, 3(a):50-52. 1981

presentativos do grupo e, por conseguinte, capazes de expressar "a situação em termos ideológicos e políticos"¹⁵. Aos 12 membros da diretoria se uniram mais 3 (três) moradores que participavam da prática pedagógica desde sua implantação e que se apresentaram voluntariamente como pesquisados, ficando, então, o grupo formado por 15 pessoas.

Para efeito de maior aprofundamento, dividimos este grupo de 15 pessoas, em 3 (três) subgrupos de 5 (cinco) pessoas cada. Esta subdivisão obedeceu ainda a critério, por nós formulado, com o objetivo de verificar a convergência e/ou divergência das informações dadas pelo grupo como um todo.

Realizamos, com cada subgrupo, 3 (três) reuniões com uma duração média de 4 horas cada uma.

Os momentos da entrevista foram permeados por questionamentos, através dos quais se buscavam respostas para as questões referentes às relações entre "intelectual - massas" e a compreensão recíproca de uma realidade que, num primeiro instante, era vista sob 2 (dois) enfoques diferentes.

Vale ressaltar que as questões iniciais que serviram de roteiro para a entrevista foram elaboradas a partir das observações procedidas anteriormente e ainda foram submetidas à crítica do polo pesquisado, que fez questão de ver o roteiro com antecedência, para verificar se a linguagem lhe era acessível e se o conteúdo das questões correspondia à proposta apresentada.

Idêntico procedimento adotamos com o grupo constituído pelos agentes educadores do Projeto Rondon.

¹⁵THIOLLENT, Michel. Op. cit.

Para serem entrevistados, escolhemos os agentes diretamente envolvidos na execução da prática educativa e os membros da Coordenação do programa. Tal escolha deveu-se ao fato de estes agentes estarem vivenciando diretamente o processo e ao mesmo tempo, pertencerem à instituição, quer como bolsistas (no caso do estudante), quer como funcionários. Isso nos permitiria não só captar a compreensão dos agentes e funcionários em relação à prática em desenvolvimento, como também a relação existente entre esta prática e o discurso institucional.

3.4. VISITAS DOMICILIARES

Visitamos 37 famílias, cerca de 259 pessoas, com o objetivo de investigar, além da sua visão sobre a prática, as condições sociais destas famílias, tais como situação de emprego/desemprego, moradia, salário, saúde, educação, enfim, sua participação no processo produtivo e suas condições de acesso aos bens de serviço de consumo coletivo.

Obedecendo a uma solicitação de nossos orientadores, elaboramos um questionário fechado, enfocando a problemática da pesquisa e o aplicamos a uma amostra de 10% da população. Com este questionário, pretendíamos verificar se a proposta educativa do Projeto Rondon teria atingido o conjunto dos moradores ou se estava reduzida ao conhecimento do grupo pesquisado.

III - CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DA POPULAÇÃO DO PARQUE SÃO MIGUEL

Neste Capítulo pretendemos, a partir de dados empíricos e apoiados no referencial teórico que adotamos, analisar as condições sociais da população com quem se desenvolve a prática educativa, objeto do presente estudo.

Procedemos assim, por entendermos que uma prática educativa não se dá dissociada do contexto que lhe dá sustentação e por entendermos, também, que as condições de existência de determinada população, estão relacionadas diretamente com o conjunto da sociedade, da qual é parte integrante.

Tal entendimento nos levou a uma incursão pela História do Brasil, na busca de elementos que nos possibilitassem explicar tais condições à luz das circunstâncias históricas que as geraram.

1. DA ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA À ECONOMIA INDUSTRIAL URBANA

Na época do "descobrimento" do Brasil, em Portugal predominava o regime econômico de caráter feudal, posto ser a agricultura sua principal fonte de produção de bens materiais. Paralelo ao referido regime, floresce o mercantilismo, dando origem à burguesia comercial, classe com enorme potencial econômico, detentora da maior parcela de riqueza acumulada nas atividades mercantilistas¹. Apesar disso, o mono-

¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. A Sesmaria. In: Quatro Séculos de Latifúndio. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, s.d. p. 41-59.

pólio territorial continua sendo a base econômica e a terra, o mais importante meio de produção.

Depreende-se, deste fato, o interesse da nobreza agrária portuguesa em expandir seu domínio territorial através das descobertas marítimas. Pretendia assim, transplantar para as novas terras descobertas, o modo de produção fundado no monopólio da terra, com a possível intenção de manter a posição de poder e dominação antinômica sobre a classe ressurgente, cujo interesse básico repousava em expandir suas riquezas através da exploração comercial.

O Brasil, a nova colônia portuguesa, não foge à regra. No seu primeiro momento histórico, toma a feição de um regime feudal caracterizado pelo sistema de donataria, origem dos grandes latifúndios até hoje prevalentes no país. Em conseqüência, se organiza o modo de produção agrária, tendo por base a exploração do trabalho escravo, onde as pessoas são obrigadas a trabalhar a terra que não lhes pertence, com nenhuma remuneração e mediante processos primitivos; ou tendo por base a força de trabalho, supostamente livre, empregada mediante alguma forma de salário.²

A economia agrária que se desenvolve no Brasil, embora feita do trabalho escravo, se volta para a exploração de alimentos e matéria prima para atender à economia mundial, submetendo o país à dependência do comércio externo.³

Em contrapartida, o Brasil importa produtos manufaturados, em geral de luxo, para atender ao consumo da classe proprietária, o que, segundo Santos, contribui para reforçar "o

² GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. cit.

³ Ver SANTOS, Theotônio dos. A Dependência Político-Econômica da América Latina. São Paulo, Loyola, p. 110.

desequilíbrio social e econômico da miséria, das más condições alimentares e da saúde"⁴, refletias na profunda desigualdade social que marca a História do país.

Em decorrência da economia predominantemente agrária, os grandes contingentes populacionais se encontram no campo. Na segunda metade do século XIX, com o declínio da lucratividade da plantação escravista, já ocorrem fluxos migratórios para a cidade⁵. A partir deste período, as elites agrárias passam a investir no artesanato, na manufatura e na incipiente indústria, o capital acumulado na agricultura⁶. Esse fluxo migratório parece se acentuar com a abolição da escravatura, quando os novos "homens livres" expulsos do campo, rumam em direção às cidades, em busca de trabalho, dando início ao processo de crescimento urbano, sem contudo, agravar ainda o problema da moradia.

Entendemos, entretanto, não se poder atribuir apenas ao êxodo rural a responsabilidade pelo problema da moradia, que se acelera nas cidades brasileiras. Julgamos que tal fenômeno está afeto à profunda desigualdade na distribuição da renda, determinada pelo modo de produção capitalista, que exclui grande parte da população do processo produtivo, resultando na pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras.

Com efeito, o problema da habitação no Brasil começa a se agravar a partir de 1930, quando se solidifica o regime capitalista urbano-industrial. Até esta data, a economia do país era eminentemente agrária. É a partir daí que se define

⁴ SANTOS, Theotônio dos. Op. cit., p. 110.

⁵ RIBEIRO, Luiz C. de Queiróz & PECHMAN, Robert M. O que é questão de moradia. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 44.

⁶ Idem, ibidem.

pelo modelo de desenvolvimento capitalista, marcando, então, "o fim da hegemonia agrária exportadora e o início da predominância da estrutura da base urbana industrial"⁷.

O novo regime que se instaura no Brasil tem como principal objetivo fortalecer a acumulação do capital. Por conseguinte, volta-se para o mercado urbano, produzindo bens de consumo necessários, de um lado, para manter a reprodução da força de trabalho e do outro, para atender às exigências da burguesia urbana, classe que se forma com o regime vigente.

Para manter-se como classe dominante, a burguesia urbana emergente precisa destruir a hegemonia agrária. Daí a ênfase dada à produção capitalista urbana, relegando a produção agrícola a um segundo plano.

Desse modo, ressalta-se o interesse pela manutenção do modelo primitivo da agricultura, o qual, segundo Oliveira, cumpre o duplo papel de fornecer os contingentes de força de trabalho para a indústria e fornecer alimentos, que assegurem a reprodução desta mesma força de trabalho.⁸

As precárias condições de sobrevivência do trabalhador no campo, a falta de incentivo rural (terra, crédito), o declínio da produção escravista, o modelo primitivo da agricultura convivendo posteriormente com novas relações de trabalho oriundos da mecanização agrícola e mais a crescente aceleração do processo industrial nos centros urbanos, parecem justificar a afluência para a cidade de grandes contingentes populacionais que ali chegam, com nenhum recurso a não ser a

⁷OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira. Crítica à Região Dualista. 4.ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

⁸Idem, ibidem, p. 22-25.

força de trabalho para vender no mercado. Uma mão-de-obra abundante, mas desqualificada para as tarefas industriais que, sem ter onde morar, se amontoam nos centros urbanos próximos à oferta de emprego.

Esta demanda de mão-de-obra contribui para o "inchaço" das cidades e o conseqüente crescimento urbano desordenado.

Parece-nos válido considerar que, apesar do crescimento acelerado das indústrias, estas não tinham capacidade para comportar as grandes levas de migrantes.

O número de trabalhadores disponíveis é, a cada vez mais, superior ao número de vagas que a indústria oferece, tendo, como conseqüência, o excesso de mão-de-obra. Esta situação própria dos países periféricos, tende a "manter e reforçar o processo de acumulação instaurado no Brasil a partir de 1930"⁹.

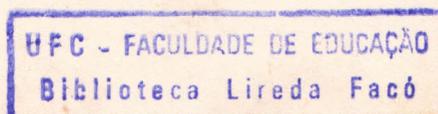
O excesso de mão-de-obra gera o desemprego e o subemprego, criando, segundo Singer, um novo tipo de "subproletariado", constituído por trabalhadores temporários, que não usufruem dos direitos garantidos pela legislação. Trabalhadores que são "super explorados", extremamente mal pagos e sujeitos a freqüentes períodos de desemprego.¹⁰

Os trabalhadores temporários, por não conseguirem se integrar no mercado de trabalho, formam o exército de reserva industrial, resultando no fortalecimento do capitalista, de vez que torna os trabalhadores empregados mais vulnerá-

⁹V. OLIVEIRA, op. cit. p. 16.

¹⁰SINGER, Paul. A Formação da Classe Operária. 3. ed. São Paulo, atual Ed. Universidade Estadual de Campinas, SP, 1986, p. 61.

R.595489



veis, sujeitos à instabilidade de emprego e percebendo salários cada vez mais baixos.

A instabilidade de emprego e os baixos salários percebidos impedem o trabalhador e, sobretudo, o subproletário de ter acesso à casa própria ou ao aluguel de imóvel que lhe sirva de moradia.

Segundo Kowarick, as primeiras indústrias "resolveram em parte o problema da moradia da mão-de-obra, através da construção de 'vilas operárias' contíguas às fábricas"¹¹. Isso foi possível até antes dos anos 30, quando a "força de trabalho a ser alojada era relativamente pequena."¹²

Com o aumento das indústrias, cresce o número de trabalhadores e com estes, aumentam também as pressões pela moradia.

Indubitavelmente, a concentração de contingentes populacionais "engrossando" o "exército de reserva", aliada ao baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora empregada, e mais a crescente valorização dos terrenos urbanos e o apoio do Estado à especulação imobiliária (decorrente também do processo de acumulação capitalista), resultam no agravamento da crise da moradia nas cidades, atingindo esta, basicamente, as classes menos favorecidas, que não tendo onde morar, passam a buscar nas áreas periféricas, ainda desvalorizadas (pelas distâncias ou por suas condições de insalubridade) ou pertencentes à União, um espaço onde possam construir as suas moradias.

¹¹ KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979 p. 30.

¹² Idem, ibidem.

Esse fenômeno resulta no surgimento das favelas, fenômeno que vem crescendo vertiginosamente, apesar dos programas de desfavelamento encetados pelo Estado, a partir de 1972.

Seguindo Kowarick, entendemos por favela o processo de "auto-construção", que se localiza em terrenos aparentemente abandonados, nas faixas marginais de córregos e traçados de ruas, terrenos destinados a praças, áreas litorâneas pertencentes à União, terrenos de particulares ainda desvalorizados, que se situam próximos dos centros urbanos. Estes espaços são ocupados por trabalhadores que buscam na "favelização ... uma solução de sobrevivência"¹³, de vez que, construindo suas próprias casas em terrenos que nada lhes custa e nas proximidades de local de trabalho, reduzem os gastos com moradia e locomoção.

Dentre os moradores da favela predomina "o trabalhador braçal que vende sua força de trabalho a preços irrisórios ou que através de uma atividade autônoma, auferir rendimentos extremamente baixos"¹⁴.

As favelas se caracterizam, ainda, pela inexistência da infra-estrutura básica, como saneamento, iluminação pública, água encanada, além da ausência de equipamentos sociais como escolas, hospitais, postos de saúde, serviços a que os favelados não têm acesso ou os têm insuficientemente.

Como resultado deste quadro de precariedade, aliado à crescente pauperização do trabalhador, proliferam as favelas e nestas, a desnutrição, as endemias, a mortalidade infantil, a ociosidade, sobretudo entre os jovens, que expurgados da escola, marginalizados do processo produtivo, não tendo com que

¹³ KOWARICK, Lúcio. Op. cit.

¹⁴ KOWARICK, Lúcio. Op. cit. p. 8.

se ocupar e precisando se auto-sustentar e muitas vezes, aju^{da} no sustento da família, vão desde cedo para as ruas, onde, olhados com desconfiança, como pequenos malfeitores, tendo que dividir o espaço com "marginais" (também eles, fruto das desigualdades sociais), iniciam seu aprendizado na criminalidade.

2. INDÚSTRIA E FAVELIZAÇÃO EM FORTALEZA

O fenômeno da favelização em Fortaleza surge na década de 1930 com o florescimento da industrialização urbana.

De acordo com Amora, até a segunda década do século XX, a economia do Ceará se apoiava basicamente na pecuária e na cultura do algodão. A crise do algodão no mercado internacional por volta de 1870, abalara enormemente a economia cearense, levando o governo da Província a oferecer vantagens financeiras para a instalação de fábricas que reduzissemos prejuízos provocados pela queda da exportação algodoeira. Surgiu de tal iniciativa, a primeira indústria fortalezense - Fábrica de Tecidos Progresso - instalada em 1884.¹⁵

Foi porém a partir de 1925 que o processo industrial de Fortaleza tomou impulso.

Em 1930, Fortaleza contava com apenas três unidades fabris. Em 1940, segundo Marques¹⁶, o número de estabeleci-

¹⁵AMORA, Zenilde Baima. As transformações da Indústria de Fortaleza, face à política de Industrialização do Nordeste. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1978, p. 14.

¹⁶MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. Urbanização, Dependência e Classes Sociais. O caso de Fortaleza. Dissertação de Mestrado, UFC, Fortaleza, 1986. p. 176.

mentos fabris, em Fortaleza, era '86.

Deduz-se daí que o processo de aceleração industrial fortalezense toma impulso a partir de 1949, época em que a cidade também começa a crescer mais rapidamente.

O crescimento industrial parece atrair para a cidade grandes contingentes de trabalhadores rurais, expulsos do campo pelo "processo acelerado de concentração da propriedade, de mecanização da agricultura e a expansão da pecuária extensiva."¹⁷

No caso específico do Ceará, esta situação é agravada pelas variações climáticas a que está sujeito. Durante os longos períodos de estiagem, os rurícolas, principalmente os que não detêm a posse de bens e que trabalham em regime de parcerias, de meias, de terças, ficam a mercê do processo político e reconômico e, privados das mínimas condições de sobrevivência. Não lhes resta outra alternativa senão emigrar à procura de emprego e melhores condições de vida.

Esta situação nos leva à suposição de que o êxodo rural ocorre basicamente em virtude das mudanças forjadas pelo capitalismo e das condições de injustiça social e desigualdades pré-existentes no campo.

No início do processo industrial urbano, enquanto a oferta de mão-de-obra ainda era escassa, os próprios industriais construía as moradias de seus operários em áreas contíguas às fábricas.¹⁸

¹⁷"O Amargo sabor do Lar." Retrato do Brasil. São Paulo, 1(3):80.

¹⁸A este respeito, ver KOWARICK. A Espoliação Urbana; e CRUZ, Luiz Lima. O Planejamento urbano em face de Zoneamento Industrial. nº 3, p.124.

Segundo Cruz, os trabalhadores menos qualificados tinham que construir seus próprios casebres em terrenos públicos ou em terrenos particulares ainda não aproveitados, formando então o embrião do processo de favelização.

Ainda de acordo com Cruz¹⁹, a primeira favela surgida em Fortaleza, foi a do Pirambu, na década de 1930, construída nos morros de areia da orla marítima oeste, em terrenos pertencentes à Marinha, nas proximidades da av. Francisco Sá, onde se formava um núcleo industrial.

Naquele local, os trabalhadores "menos especializados e mais modestos levantavam suas barracas nas areias, com palhas de coqueiro e caixões de embalagens de máquinas vindas da Inglaterra para as indústrias de então."²⁰

Entre 1930 e 1950 surgiram, em Fortaleza, 11 (onze) favelas, das quais apenas 3 (três) ocupavam terrenos particulares²¹.

Segundo a mesma fonte, em 1963 a população favelada de Fortaleza era constituída em sua maioria - 70,7% - de migrantes do interior.²²

Eram pessoas simples, sem instrução, desqualificadas para as atividades urbanas, por conseguinte, com dificuldades em integrar-se no mercado de trabalho que, por sua vez, não gerava emprego na mesma proporção em que aumentava a população urbana.

¹⁹ CRUZ, Luiz Lima. Op. cit., p. 124.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza: uma análise da estrutura. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 3. Fortaleza, 1978.

²² Idem, ibidem.

Esta população migrante, não encontrando emprego, vai "engrossar" o "exército de reserva" disponível para uma imediata incorporação às atividades capitalistas, contribuindo, desse modo, para o fortalecimento das relações de dominação e garantia da taxa de acumulação do capital.

Sem meios para ter acesso à moradia, a referida população estabelecerá suas residências na periferia urbana, onde tenta sobreviver ocupando-se em atividades de prestação de serviços, serviços domésticos e atividades autônomas como ambulantes. Estes serviços "adequados para o processo de acumulação global e de expansão capitalista, por seu lado, reforçam a tendência à concentração de renda".²³

Na medida em que se acelera a industrialização urbana, cresce a cidade e aumenta a população favelada. Em 1970, já existiam, em Fortaleza, 73 favelas com cerca de 23.000 pessoas²⁴, o que significa que entre 1950 e 1970 o número de favelas aumentou em 563,6%.

É curioso observar que em 1970 o país se encontrava no auge do crescimento econômico. O período do "milagre". Período em que o país alcançou um crescimento de renda, de riqueza e de produção, dentre os mais altos do mundo. "A economia crescia a taxas médias em torno dos 10% ao ano."²⁵

Entendemos, contudo, que as altas taxas de lucro e a expressiva concentração de renda da época do "milagre" revelam o antagonismo entre a produção e a apropriação do fruto do trabalho. Segundo Hoffmann, no auge do "milagre", em 1970,

²³ OLIVEIRA, Francisco. Op. cit., p. 34.

²⁴ SOUZA, Maria Salete de. Op. cit.

²⁵ HOFFMANN, Helga. Apud "Não há vagas".

"apenas 63,3% dos empregados urbanos podiam ser considerados tipicamente capitalistas".²⁶

Os 37,7% se debatiam num quadro de miséria, sem conseguir um trabalho permanente. E mesmo os 63,3% não ganhavam o suficiente para garantir o padrão de alimentação e moradia, o que demonstra a tendência do capitalismo dominante no Brasil, cuja preocupação básica é a "mais valia".

Nesse período a exploração da força de trabalho é mais intensa. A repressão e a instabilidade no trabalho (legado do FGTS criado em 1968), mais o cancelamento das liberdades de imprensa e expressão, geram a alienação da classe trabalhadora, melhor dizendo, de toda a opinião pública, que se volta para o consumismo. Toda essa situação tende a contribuir para o agravamento das desigualdades sociais.

Em 1972, apenas 34,4% da população economicamente ativa de Fortaleza tinham ocupação permanente, 11,6% eram subempregados²⁷ e 54,7% constituía a força de trabalho disponível²⁸.

Nota-se, pelos dados acima, que a maioria da força de trabalho fortalezense se compunha de desempregados e subempregados, fato que certamente contribuiu para a proliferação das favelas.

Ainda em 1972, sob a alegação de criar condições para o projeto de urbanização de Fortaleza, a Prefeitura muni-

²⁶HOFFMANN, Helga. Op. cit.

²⁷Estamos entendendo por subempregado a pessoa que trabalha em tempo parcial ou em tempo integral, percebendo remuneração abaixo do salário mínimo. Esta definição está contida no artigo "Não Há Vagas - Emprego - A Crise dos anos 80." Revista Retrato do Brasil nº 23, p. 267.

²⁸SOUZA, Maria Salete de. Op. cit., p.

cipal cria, através de sua Fundação de Serviço Social, o programa de remoção de favelas.

O crescimento desordenado da cidade passa a exigir uma urbanização planejada. Medida indubitavelmente necessária. Questionamos no caso, o fato de se condicionar a sua realização à expulsão do favelado para áreas distantes do seu local de emprego, atitude que nos parece injusta e fortalecedora dos interesses capitalistas que encontram sempre uma forma de repassar para o trabalhador o ônus do "progresso".

A expulsão do favelado para áreas distintas tende a agravar a situação do trabalhador que passa a acrescentar à sua minguada receita, as despesas com locomoção, reduzindo ainda mais seu poder de compra e tornando mais precária sua condição de moradia.

A crise econômica que se desencadeia a partir de 1973 agrava significativamente o quadro social. O achatamento dos salários, o empobrecimento da classe média, o aumento do desemprego, acentuam as desigualdades, as tensões, cujas consequências se refletem no problema da moradia urbana e a consequente proliferação das favelas.

Apesar dos programas governamentais de desfavelamento, o fenômeno da favelização em Fortaleza tende a crescer.

Em 1985, segundo dados fornecidos pela Fundação Programa de Assistência às Favelas - PROAFA²⁹, Fortaleza contava com 232 favelas e uma população favelada de 358.045 pessoas, perfazendo 22,1% do seu efetivo demográfico.

²⁹Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza - PROAFA. Pesquisa realizada em 1984.

Curioso é que em 1983, entrevistando um técnico do Centro de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, este nos afirmou que Fortaleza contava naquela época com 468 favelas, abrigando aproximadamente, 650.000 pessoas.

Não dispomos de dados concretos que atestem a fidedignidade destas informações. Supomos, contudo, que há nesta cidade mais favelas do que as constantes da relação fornecida pelo PROAFA. Nossa suposição se baseia no fato de conhecermos algumas favelas, inclusive a que se constitui objeto do presente trabalho, que não estão entre as relacionadas pela referida entidade governamental.

3. PARQUE SÃO MIGUEL - CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA POPULAÇÃO

Compondo o cenário da favelização fortalezense, está o Parque São Miguel. Trata-se de uma favela situada no distrito de Messejana³⁰ a 20 km do centro da cidade, à margem leste da av. Perimetral³¹, bem próxima às indústrias Serraria Fortaleza, Fábrica de Beneficiamento de Castanhas - VALORAMA - e o depósito de construção Bento Alves.

³⁰ Messejana - Distrito de Fortaleza que integra sua IV Zona Industrial. Está localizada na saída sul e é favorecida pela BR-116, CE-4 e Perimetral. Dispõe de vários centros comerciais e de serviços, indústrias de beneficiamento de alimentos, madeira e confeções. A este respeito, ver Luiz Lima Cruz In: O Planejamento Urbano em face ao Zoneamento Industrial - Revista de Planejamento nº 3.

³¹ Perimetral é o anel viário que circunda a área metropolitana de Fortaleza.

Em 1983³², o Parque São Miguel contava com 370 unidades habitacionais, construídas precariamente nas laterais dos espaços destinados às ruas que circundam lotes de terrenos de propriedade privada, que se encontram aparentemente abandonados, a nosso juízo, à espera de valorização mais rentável, e abrigava uma população de 2.600 pessoas aproximadamente.

As pequenas casas são construídas pelos próprios moradores, com ajuda de parentes e vizinhos. A quase totalidade destas casas possui entre 2 e 3 cômodos; ocupam um espaço de mais ou menos 20m² que serve de abrigo às famílias de trabalhadores que, com seus salários deteriorados³³ e à mercê da flutuação do mercado de trabalho, não dispõem de recursos para arcar com despesas de aluguéis e menos ainda tem condições de adquirir um terreno para construir suas moradias. Ao construir suas próprias casas em terrenos que nada lhes custam, porque não lhes pertencem, estes trabalhadores estão tentando garantir sua sobrevivência na cidade, na medida em que reduzem os gastos com habitação e transporte. Este fato resulta em benefício da acumulação capitalista de vez que, repassando para o trabalhador as despesas com a moradia, o capitalista estaria repassando também parte do custo da reprodução da força de trabalho, apropriando-se do excedente econômico através do rebaixamento real dos salários.

A totalidade das casas do Parque São Miguel são cobertas de telhas, paredes de taipa e piso de cimento e/ou chão batido. Cada casa aloja em média 7 pessoas, que constituem

³²Data em que foi realizada a presente pesquisa. Em 1986 São Miguel possuía cerca de 1.130 casas, com aproximadamente 7.800 habitantes. Em 3 anos pode-se verificar nesta favela um crescimento demográfico à razão de 201% (Informação retirada de um levantamento feito pela Associação dos Moradores, em 1986).

³³A este respeito, verificar José Carlos de Oliveira Neto: "O que todo cidadão precisa saber sobre salário, preço e infração" p. 31 a 39.

famílias de baixa renda em situação de excessiva pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, como pavimentação, rede de esgoto, água encanada, fossa séptica e energia elétrica.

A água utilizada pelos moradores provém de pequenas cacimbas escavadas precariamente pelos próprios usuários, geralmente próximos das fossas. Além do risco de poluição, estas cacimbas tendem a secar nos períodos de estiagem.

Em fins de 1982, por força da luta de seus moradores, foi construído na área um chafariz que, segundo depoimentos, não resolveu mas melhorou o problema da água potável.

A população se serve de fossas negras ou do mato que cresce nos terrenos circundados por suas moradias, que servem também como depósitos de lixo.

A falta de iluminação pública, 95% dos habitantes se utilizam de lamparina abastecida de querosene.

Os moradores do Parque São Miguel, há dois anos, vêm se organizando politicamente para, dentre outras aspirações, melhorar suas condições de vida.

Na luta por melhores condições de vida, buscam acesso aos bens de consumo coletivos, sem se darem conta que a concretização destes serviços pode resultar na expulsão para áreas mais distantes, ainda não valorizadas, posto que os direitos centrados na propriedade privada, anulam a prerrogativa do favelado como morador³⁴, a menos que, através da organização, venham a conseguir a posse dos terrenos.

³⁴KOWARICK, Lúcio. Op. cit. p. 32.

Todos os moradores da localidade em questão, são oriundos da zona rural, de onde saíram "premidos pela extorsão imperante nas relações de trabalho no campo"³⁵, em busca de empregos e melhores condições de vida, com que julgavam lhe acenar a cidade. Suas experiências anteriores de trabalho, seu *modus vivendi*, se chocam com as exigências do mercado industrial urbano.

"A gente nasce lá no sertão, no meio de tanta terra. Mas a terra não é da gente. Vem a seca, falta emprego, falta terra. Os meninos passando fome. Aí a gente pensa. Vamos pra cidade. Lá vai ser melhor. Lá a gente vai ter casa, emprego e não vai mais passar fome. Aí a gente arruma o trem e vem pra cá. Chega aqui, as coisas são pior. Lá no sertão nós aprendeu trabalhar na terra. Nós não tem ofício, não arruma trabalho, nem casa pra morar. Sai com a família e os trem por aí. Aí chega num terreno vazio. Não tem cerca. Só lixo e mato. Nós limpa e faz um barraco pra não ficar no meio do tempo. Aí nós vai labutando, arruma um serviço por perto..." 36

O depoimento acima demonstra, embora de forma simplificada, as dificuldades sofridas pelos migrantes rurais, ao tentar trocar o campo pela cidade, em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem à cidade, percebem que suas experiências anteriores quase não têm serventia para o processo industrial.

Os fatos nos levam a crer que a favela do Parque São Miguel surgiu na década de 1970. Em 1976, conforme veremos

³⁵ Idem, *ibidem*, pág. 99.

³⁶ Depoimento de um grupo de moradores do Parque São Miguel, integrante da Diretoria da Associação de Moradores, que serviu como introdução da cartilha "Homem, Terra e Leis", redigida com a comunidade, para servir de base aos estudos sobre a questão da moradia.

nos depoimentos a seguir, contava com cerca de 200 moradias.

"Chegamos aqui em 1976. Era um bairro que tinha umas 1.400 pessoas e 95% destas pessoas, vivia no escuro." (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

"Construímo uma casinha aqui no Parque São Miguel em 1976. Era muito deserto. Tinha poucas casas. Não tinha energia, nem escola, nem água. Não existia reunião. Não existia trabalho comunitário". (Maria José - Moradora).

O mais antigo morador, Sr. Dourado, segundo diz, chegou ali "faz em uns 20 anos. Perdi as contas. Quando cheguei aqui era tudo mato. Cerquei um pedacim de terra, construí uma casinha. Muito tempo depois é que começa a chegar mais gente. Aí foram fazendo umas casinha aqui outra acolá".

Ninguém sabe ao certo quando esta favela começou a se formar. Só sabem que foram parar ali porque não tinham onde morar. Ali "ficava perto de arrumá serviço, não precisava pagar aluguel e ficava difícil de acharem nós".

Alguns moradores, quando vieram morar nessa área, já provinham de outras favelas de onde tiveram que sair.

"Nós morava noutra favela. Aí chegaram as assistente social do governo e expulsou nós. Lá nos não sabia nada dos nosso direito. Não era unido. O jeito foi procurá outro canto pra morá. Nós viemo aqui pro São Miguel, porque um conhecido nosso disse que aqui tinha lugar pra fazê casa e não ficava muito longe. Mais nós acha aqui muito ruim. Essa escuridão dá medo até de saí pra reunião". (Esmeraldina - Membro do Conselho Fiscal).

Observamos que os moradores internalizaram a idéia de estarem vivendo uma situação ilegal de moradia, fato que

os deixa inseguros e intranquilos, embora estejam começando a se organizar para resistir em caso de necessidade.

"Nós mora em terra da Prefeitura no meio da rua, ao redor dum monte de terra de rico, que tá lá desocupada. A gente dorme com medo de ser expulso. Os dono das terra pagam as assistente social pra botá nós pra fora". (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

"A gente não tem direito de morã no canto que a gente vive. Tem sempre alguêm querendo botá a gente pra fora." (Zé Antonio - Membro do Conselho Fiscal).

"A gente não se sente seguro morando aqui, porque a todo instante vão querê botá a gente pra fora, porque a gente tá morando num terreno que não é da gente porque pobre não tem terra. Tem muita terra mais tá tudo na mão de pouca gente, quando a multidão nem tem onde cair morto." (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Estas falas revelam a vivência de uma população, que, apesar de responsável pela produção do país, não consegue se quer satisfazer suas necessidades básicas de moradia. A vivência de quem está sujeito a ser transferido para áreas distantes, ainda não valorizadas, ou para os "conjuntos" criados pelo serviço de remoção de favelas, que além de longe, em nada se diferenciam da sua atual situação de moradia (tal como se pode observar no Conjunto Palmeiras e Marechal Rondon), a não ser no que se refere ao custo do terreno que tem de ser desembolsado do minguado salário do trabalhador.

Os habitantes do Parque São Miguel possuem características idênticas aos habitantes de qualquer favela. São trabalhadores braçais "que vendem sua força de trabalho no mercado a preços sempre irrisórios"³⁷. A mercê das leis do mer-

³⁷KOWARICK, Lúcio. Op. cit. p. 159.

cado e em razão da abundância de mão-de-obra disponível, seu único bem comerciável (a força física) se transforma em mercadoria de baixo custo, resultando no quadro de carência excessiva em que são obrigados a viver.

Estes trabalhadores, a nosso juízo, não se constituem em apenas mão-de-obra sem especialização, posto ser uma parte deles mão-de-obra especializada da construção civil, tal como: pedreiro especializado em acabamento, carpinteiro, electricista, pintor, bombeiro hidráulico. No entanto, não são reconhecidos como tal e, ao lado de pessoas que exercem atividades autônomas, pessoas ocupadas em serviços, inclusive domésticos, engrossam nas favelas, o "exército de reserva".

"A sociedade desvaloriza tanto o trabalho da gente, que no próprio instante que a gente entra num trabalho, os patrão já vão planejando negar os nosso direito. A gente trabalha até fazer o serviço e depois eles botam pra fora. Não serve mais. E a gente como vive nessa vida dá tão pouco valor à gente mesmo que esse pessoal faz da gente gato e sapato. Bota debaixo dos pé, pisa em cima, machuca. E a gente calado, aguentando pra não morrer de fome. Trabalhador só serve pra aumentar o ganho do patrão". (Arimatéia - Vice-Presidente da Associação).

Uma leitura atenta do depoimento acima, demonstra a compreensão que o grupo tem sobre as relações de trabalho.

Está clara sua percepção a respeito da desvalorização do trabalhador, a qual se expressa na insegurança gerada pela instabilidade no emprego. Observa-se que o depoente se percebe como uma força de trabalho utilizada exclusivamente de acordo com o interesse do empregador. A sua condição de "trabalhador temporário" sem um vínculo permanente com a empresa o levou a expressar um sentimento de impotência. Sua fala revela um misto de amargura e revolta diante da situação

que no entanto, o faz calar premido pela necessidade de continuar sobrevivendo e a assumir uma atitude de aparente alheamento e passividade. Nota-se que há o reconhecimento da sua desvalorização, o que considera decorrente das condições de vida que leva.

A situação do trabalhador brasileiro, já tão precária se agrava ainda mais com a crise econômica do "pós-milagre". Nos anos 80, aumenta assustadoramente o desemprego. A inflação de 200% ao ano corrói os salários reais, contribuindo para a retenção do consumo, da produção e para ampliar o exército de reserva de mão-de-obra.

Em 1983, apenas 30 milhões dos 51 milhões de brasileiros, que compunham a população economicamente ativa, estavam registrados regularmente em seus empregos.³⁸

No Ceará o problema se intensifica com o volumoso contingente migratório, que aflui para a cidade, fugindo da seca que há 4 anos castigava o sertão.

Os migrantes rurais, sem profissionalização, na quase totalidade analfabetos, sem condições para conseguir moradia, buscam abrigo nas favelas, aumentando o número de desempregados e subempregados que, em desvantagens, lutam por melhores remunerações no mercado de trabalho.

Entre 1976 e 1983, 1.190 novos moradores foram acrescentados à favela do Parque São Miguel, o que equivale a um crescimento de 85%.

O desemprego, o subemprego, o emprego sem registro na carteira, as atividades por conta própria de caráter in-

³⁸V. Não há vagas - emprego: a Crise dos Anos 80 - Revista Retrato do Brasil. 2(23):p.266.

³⁹Em 1986 esta população estava por volta de 7.800 pessoas, ou seja, cresceu em aproximadamente 457%.

intermitente, os baixos níveis de salários colocam os moradores do Parque São Miguel em condições de vida abaixo dos padrões de subsistência.

"Nós aqui vive quase todo mundo desempregado. Quando tamos trabalhando, trabalha muito e ganha muito pouco. Quase todo mundo trabalhava na construção mais vive desempregado. Os outro faz biscate, vende ferro velho, trabalhava de vigia, de jardineiro, do que aparece. As muiê, trabalhava em casa mermo ou como empregada das casa de família." (Seu Leonardo - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

"Emprego! Aí tá uma situação difícil. Os de emprego são muito grande. A gente tem que vê que se a gente trabalhava tem facilidade. Mais além de sê difícil os emprego, as carência tão demais. O que se ganha não dá pra comê." (Arimatéia - Vice-Presidente da Associação).

Os depoimentos acima nos levam à confirmação de que o favelado só tem a força física e mental para vender. Esta venda não possibilita a reposição da força, que se desgasta precocemente, de vez que o que ganha não lhe permite sequer o acesso à alimentação básica e necessária. Mas isso também parece não interessar ao capitalista, pois este tem a seu alcance um enorme contingente de força jovem, constantemente produzida, para substituir o trabalhador desgastado, cansado, que por sua vez se torna mais uma reserva de trabalho.

A força de trabalho masculina maior de 15 anos do Parque São Miguel, em 1983, era em torno de 575 pessoas ou seja, 22% da população.

Deste total 54% estavam desempregados, sobrevivendo de biscates e trabalhos avulsos; 5,5% eram pequenos comerciantes (bodegueiros); 27% trabalhavam na construção civil, ocupação de caráter intermitente, visto que, segundo depoimen—

tos colhidos, eram mandados embora ao término da tarefa para a qual foram contratados ou, quando muito, ao final da obra, ficando à mercê da necessidade das empresas construtoras. Haviam os "encostados"⁴⁰ pelo INPS, percebendo mensalmente 70% do salário mínimo. Estes somavam um percentual de 8% e todos sofriam de doenças mentais. Apenas 5,5% eram empregados, de emprego fixo (há mais de dois anos), com carteira assinada e previdência social garantida.

"Aqui a gente fica doido. Tem que ficá. Não tem dinheiro pra comê direito. Trabaia muito e fica vendo os fio querendo tudo e às vez até chorando com fome. O sujeito fica doido. Depois não tem como se tratã. Aí já viu como é que é". (Sr. Raimundo Galego - Morador).

A força de trabalho feminina, a partir de 10 anos , num total de 814 pessoas - 31,4% da população - está assim distribuída: 51% trabalham na própria casa; 30% são empregadas domésticas ganhando por mês entre Cz\$2.000,00 a Cr\$. 5.000,00 (dois mil a cinco mil cruzeiros), o equivalente a 6,5% e 10,3%, respectivamente, do salário mínimo⁴¹, 8% costumam e/ou bordam em casa para "umas muiê que levam o tecido e a linha e paga Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros) por peça " ; 11% são operárias de uma fábrica de castanha, exercendo um trabalho intermitente, de acordo com o período da safra, sendo admitidas e demitidas todos os anos.

Observamos, por ocasião da pesquisa, que nenhum morador do Parque São Miguel recebia por emprego fixo, temporário ou outra forma de trabalho qualquer mais que um (1) salário

⁴⁰ Este termo é usado para denominar as pessoas que por questões de saúde se encontram em longo período de licença pela Previdência Social.

⁴¹ O salário mínimo na época da presente investigação era de Cr\$30.600,00 (trinta mil e seiscentos cruzeiros).

mínimo. Essa realidade se expressa nas condições de moradia, na inexistência de infra-estrutura sanitária, na inacessibilidade aos bens de consumo e serviços públicos, na desnutrição e ainda na falta de acesso aos serviços médicos. Tais condições contribuem para transformar os trabalhadores em pessoas fragilizadas, envelhecidas prematuramente, cansadas e sensíveis às endemias, mais frequentes nas crianças.

"Nós não tem saúde, hospital e médico, é só pra rico. Aqui nós se cura é com chá". (D. Conceição - Moradora).

"Nós é pobre. A gente não tem médico. Mais eu acho que só o médico não dá saúde pra gente. A gente precisa de alimentação. O médico passa a receita mais a gente não tem dinheiro pra comprã. Fica 'descaído' ⁴² por que não tem condição, não tem trabaio fixo. E isso maltrata as pessoa. Se a gente não tem dinheiro pra comprã remédio, de que adianta médico e receita?" (Alzira - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

"A gente é doente é devido as dificuldades. Esta dificuldade que a gente sente é a falta de emprego e o salário que é pouco. Mermo que a gente tenha emprego, o dinheiro não dá pra comprã remédio. E mermo que a gente tivesse muito remédio não ia adiantã. Do jeito que a gente vive, andando descalço, comendo mal, bebendo água suja. A gente fica tomando remédio e a doença voltando" (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação)

"Eu conheço gente que dorme no chão porque não tem rede. Isso aí tudo prejudica a saúde. Tem criança que passa 3, 4 dias sem banho, com a mesma roupa. Aí vem um e diz: essa mãe não tem responsabilidade. Mas não é isso não. É porque não tem água, nem outra roupa pra mudã. Eu acredito que toda mãe tem gosto de vê seu filho arrumadim, lim pim. Se ela não troca roupa é porque não tem... condição e a criança fica doente. Por

⁴² Termo que significa fraco, sem força, decaído.

mais que eu tenha cuidado com a minha casa, traga ela varridinha, os pratos lavadim, tu do limpim, mas a gente compra água porque a água que nós tem não presta. É suja, poluída, né? Aí a gente compra água pra bebê, mas aquela água que foi lavado aqueles prato, aquelas roupas, os menino, tava poluída. Aí fica doença" (Luziene - Vice-Secretária da Associação)

Os depoimentos acima revelam a precariedade sanitária em que vivem os moradores do Parque São Miguel. Revelam também a nítida compreensão que os mesmos têm da questão como sendo gerada pela excessiva pobreza de que são vítimas. Entendem que a saúde do povo não depende de remédios, médicos, hospitais, mas depende fundamentalmente das condições econômicas centradas no trabalho digno e bem remunerado que os coloque em pé de igualdade com os demais membros da sociedade.

Esta situação expressa bem a profunda desigualdade gerada por uma sociedade injusta, cuja única preocupação é a acumulação de bens, concentrados nas mãos de uns poucos. Bens, que se produzem às custas da espoliação da classe trabalhadora, que não dispendo de força organizativa, sem a consciência de classe, dos seus direitos, do seu papel como produtor, se deixa explorar passivamente.

No tocante à Educação, a situação não é menos grave. Os moradores, quer adultos, quer jovens e crianças, não têm acesso à escola regular. Sua condição de vida não lhes permite estudar: 72% da população é totalmente analfabeta; 21% alfabetizada, isto é, "a gente assina o nome, tem pouco de leitura e escreve um bocadim"; 7% com 1º grau completo ou incompleto.

Em 1983 existia no Parque São Miguel cerca de 700 crianças na faixa de 7 a 14 anos, fora da escola. Em 1986 o número de crianças sem escola se elevou para aproximadamente. 2730, 286% a mais.

Como se pode observar, se considerarmos a educação sob o ponto de vista estritamente das relações "escolares", esta é inexistente para os habitantes do Parque São Miguel. O aprendizado, neste área, se faz nas relações entre os indivíduos e com o mundo que os cerca. Da vida, do cotidiano, extraem o conhecimento necessário à sua sobrevivência, sem acesso a um saber elaborado, que lhes possibilite a compreensão de sua realidade e os instrumentos de luta pela superação de suas atuais circunstâncias.

Percebe-se, nos adultos, o interesse de que seus filhos estudem. Acreditam mesmo que a escola seria o caminho para que seus filhos tivessem uma vida melhor. Por isso sonham com o filho "doutor".

"Queria que meus fio estudasse pra não passã pelas privação que nãõ tamo passando, porque somo analfabeto. Sem saber lê, escrevê nem falã direito não arruma emprego que preste." (D. Maria Ferreira -Membro do Conselho Fiscal)

Pensamos poder afirmar que a fala acima expressa o equívoco ideológico, que coloca o analfabetismo como único determinante da situação de miséria e considera a escola o meio capaz de promover a ascensão social.

O depoimento em questão e nossas observações indicam que a compreensão dos moradores sobre a Educação, mais precisamente, a escola, é permeada por diferentes razões. A principal delas diz respeito ao desejo de romper com o analfabetismo, pois vêem este como um estigma que os faz ainda mais desiguais. Outra razão se expressa na vontade de aprender a ler e a escrever, o que consideram ser o caminho mais eficaz para conseguirem um emprego.

Desse modo, as dificuldades advindas da falta de condições econômicas, que os colocam à margem da escola, são deslocadas, de forma equivocada, para a questão inversa de que é a falta de escola que os põe à margem do usufruto da produção.

Já os depoimentos que seguem, indicam as dificuldades financeiras como determinantes do não acesso à escola, ao tempo em que criticam o sistema educacional no que se refere à utilização de mecanismos (exigência do fardamento, taxa escolar) para cercear suas pretensões escolares, conforme pode-se observar na expressão "parece que pra escola só interessa minino fardado".

No último depoimento da série, que segue, na frase "do jeito que é a escola, pobre tem que ficã analfabeto, variando na rua, aprendendo fazê disorde" há toda uma carga emocional que expressa sua visão em relação à escola. Uma escola distante, dissociada de sua realidade, sem nenhum compromisso com o seu aprendizado. Uma escola que não os aceita e que os coloca à margem da apropriação de um saber sistematizado.

"Nossas criança não entram na escola por causa das dificuldade. As escola aqui são longe e as condição dos pai são pouca. A escola mais perto daqui fica a 2 km. Tem escola lá mais fora e além de sê longe, muitas vez não tem mais nem lugã. Os colégio que tem por perto são exploradô. Se não fô pesoa fardada não tem condição de entrã. Tem que ser fardado, com sapato especial. Os pai que não tem condição de comprã um caderno, avalie dá uma farda pra vesti todo dia. Quando chega o fim do mês, tem que levã a taxa, porque se não levã, as criança nem entra no colégio. Não interessa se tem ou não tem. Chegou o dia tem que tirã aquela taxa. Pra nós Cr\$500,00 a Cr\$1.000,00 é uma taxa grande. E nós não tem sô um filho. Aí não

se tem condição de jeito nem um de botã criança pra estudã" (Esmeraldina - Membro do Conselho Fiscal).

"A minha fia vai saí do colégio porque o dinheiro não tá dando nem pra pagá a taxa. A professora já deu prazo pra comprá a farda e a gente não tá podendo pagá Cr\$1.000,00, sem que não tem condição. Nós não acha que seja importante farda pros minino estudã. Os colégio não exige tanto material como é a farda, marca até o dia pro menino entrá fardado. Parece que pra escola sô interessa menino fardado. Eu digo, escola não foi feita pra pobre. Do jeito que é a escola, pobre tem que ficá analfabeto, vadiando na rua, aprendendo fazê disorder" (D. Suzete - Secretária da Associação)

É evidente a contradição que perpassa a compreensão dos comunitários, no que se refere ao fenômeno escola. De um lado a população se considera expurgada da escola em decorrência da situação econômica a que está sujeita. Do outro lado entende que a inacessibilidade à escola reduz suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, inviabilizando suas chances de melhoria de vida. Tais colocações tendem a indicar o peso da educação no destino dos indivíduos que parecem ver nesta um instrumento de sobrevivência imediata.

Nossas referências práticas nos levam a deduzir que os problemas dos moradores do Parque São Miguel, quer de moradia, sanitários, quer educacionais, têm como base a questão econômica ou, melhor dizendo, o modo como estão organizadas em nossa sociedade as relações de produção.

Sem dúvida, as relações de produção numa sociedade capitalista periférica e dependente tendem a reduzir a massa trabalhadora à categoria de "carentes", marginalizados dos bens de produção.

Entendemos que tal marginalização favorece a acumulação de riquezas e a conseqüente concentração nas mãos de uma minoria privilegiada, que, apoiada pelo Estado, procura, através do consenso ou da repressão, garantir sua hegemonia sobre a classe subalterna, convertendo-a em cidadãos pacatos e seus obedientes colaboradores.

Percebe-se, nessa relação, um profundo conteúdo de injustiça social, que se traduz na exploração dos trabalhador, submetendo-o aos interesses do lucro capitalista.

São Miguel é, pelas suas características, um pequeno celeiro de mão-de-obra disponível para imediata incorporação, conforme a necessidade do mercado e o interesse do capitalista, que em última instância, privilegia a acumulação, pois favorece o rebaixamento dos salários.

Vimos que a população de São Miguel não tem garantidas suas condições básicas de existência, de vez que não consegue satisfazer suas necessidades primárias de alimentação, de saúde, de moradia, fatores determinantes para o processo de organização e conscientização, necessários a qualquer projeto de mudança.

As precárias condições de vida a que está submetida, a espoliação, a exploração, a colocam na posição de dominada. Contudo, conforme pode-se observar nos depoimentos, há uma latente reação a esta sociedade discriminatória. As contradições são de tal forma evidentes que a levam a perceber a desigualdade e a injustiça que lhe são impostas. Percebe, com clareza, embora ainda não tenha a explicação necessária, que existe uma diferença brutal entre ela e os que têm tudo. Não sabe explicar essas relações, mas sente. E no sentir, presentimos o embrião do conflito que a levará a se unir para afirmar seus interesses de classe trabalhadora.

Nesse processo de desvelamento, se reveste de suma importância o papel do educador, que se compromete com os interesses orgânicos da classe subalterna e procura contribuir para a reorganização política do trabalhador, enquanto classe, através da construção de um saber, que lhe permita superar as condições em que vive.

Foi com este objetivo declarado, que o Projeto Rondon implantou no Parque São Miguel, o processo educativo , cuja prática passaremos a analisar no próximo Capítulo.

IV - A PRÁTICA EDUCATIVA NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO QUE A AGENCIOU

A prática educativa, objeto de nossa análise, é uma experiência desenvolvida pelo Projeto Rondon, Coordenação Estadual do Ceará, através do seu programa de Ação Comunitária.

1. O PROJETO RONDON NO CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO QUE O GEROU

O Projeto Rondon é uma Fundação vinculada ao Ministério do Interior e subvencionada pelo Governo Federal. Surgiu em 1967, três anos após a chamada revolução de 1964, em pleno desenvolvimento do regime autoritário então em vigor no país.

O movimento militar de 1964 provocou profundas mudanças na vida política do Brasil.

O governo militar se investe de poderes absolutos e, aos poucos, vai substituindo a Constituição Brasileira pelos Atos Institucionais. Já em 1964 é promulgado o 1º Ato Institucional que dá poderes discricionários ao Presidente da República. Foi este Ato responsável pela cassação de mandatos e direitos políticos de vários governantes e parlamentares, pelo desmantelamento das organizações sindicais e colocou os atos do governo "revolucionário" acima de qualquer apreciação pelo poder Judiciário.

A intenção declarada do então Presidente era que o primeiro ato "deveria vigorar até 13 de janeiro de 1966", da

ta prevista para eleição direta do novo presidente.¹

Ao invés da eleição direta para Presidente, o que ocorreu foi a promulgação do Ato Institucional nº 2, em outubro de 1966, extinguindo os partidos políticos e o direito de se eleger, diretamente, o Presidente da República e os governadores. Este Ato durou até 15 de março de 1967, quando foi promulgada a nova Constituição do País, finalmente substituída em outubro de 1968 pelo Ato Institucional nº 5, sob cujo domínio viveu o País até 1979.

Os Atos Institucionais davam ao governo poderes para legislar sobre qualquer matéria que julgasse necessária à manutenção da ordem em serviço.

Nesse contexto, toda e qualquer reação é considerada perniciosa ao desenvolvimento "harmônico" da sociedade e, como tal, deve ser rechaçada.

Dentre os vários segmentos sociais, os estudantes, organizados em Diretórios e liderados pela UNE, se constituem num grupo de resistência à nova ordem. Organizam passeatas e congressos como instrumentos de denúncia das arbitrariedades cometidas pelo Estado e deliberam sobre manifestações de combate ao arbítrio. Com o intuito de pôr um freio a este movimento, o governo sanciona, em 1964, a Lei nº 4.464 que regulamenta os órgãos de representação dos estudantes de nível superior.

A referida Lei visa, entre outras coisas, preservar as tradições estudantis, a probidade da escola, o patrimônio moral e material das Instituições de Ensino Superior e a "harmonia" entre os diversos organismos da estrutura escolar.²

¹A este respeito, ver "O Método da Democracia, Retrato do Brasil, 1(7): 75.

²Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, artigo 1º, alínea c.

Essa simples amostra nos faz pensar em uma escola "marginal" cuja atuação estudantil deve se restringir ao recinto da Universidade, que, por sua vez, deve lutar para formar profissionais "ordeiros" sem participação na realidade nacional a não ser como fiéis cumpridores das normas, colocando seu conhecimento a serviço dos interesses dominantes.

Dentre as restrições que a Lei impõe à classe estudantil, pode-se destacar:

- a) proibição às manifestações político-partidárias;
- b) proibição de greve.³

Nesse ponto, vale ainda destacar o Art. 6º, alínea b, que veda o direito de se eleger alunos dependentes, repententes e em regime parcelado.

A nosso juízo esta restrição, em algumas circunstâncias, dividiu os alunos nestas categorias, deixando-os vulneráveis à ação de muitos professores, que, por diferentes razões, foram utilizados como guardiães dos interesses do regime em vigor.

Como reação a essa Lei, que consideram uma tentativa de cerceamento aos seus direitos, os estudantes conclamam toda a categoria a lutar por estes direitos, repudiando as injunções que lhe são impostas.

Em contrapartida, o governo declara a UNE ilegal e desencadeia ampla perseguição ao movimento estudantil.

Mesmo assim e apesar disso, a UNE realiza, clandestinamente, em julho de 1966, "vinte e seis dias após ter sido

³ Idem, artigo 14.

declarada ilegal pelo Governo do Presidente Castello Branco"⁴, o seu 28º Congresso, do qual participaram 300 delegados de todo o País.

Nas resoluções aprovadas nesse congresso, realizado em Belo Horizonte, "os estudantes repudiavam as medidas populares adotadas pelo regime militar. Exigiam a restauração do direito de greve e a revogação dos Atos Institucionais ... denunciavam o congelamento dos salários, as prisões, cassações políticas e exigiam a realização de eleições diretas"⁵

A resistência dos estudantes aumenta ainda mais a preocupação do poder central, que procura encontrar derivativos, que funcionem como instrumentos descompressores do meio estudantil.

Na busca desses derivativos, realiza, nos meses de outubro e novembro de 1966, o "1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, com a participação de várias entidades oficiais, destacando-se entre elas, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado da Guanabara e a Universidade Federal do Rio de Janeiro."⁶

Segundo a mesma fonte, durante o seminário, Wilson Choeri, professor da Universidade do Estado da Guanabara, lança a idéia da "universidade integrada", que visava o aproveitamento dos estudantes em "três etapas":

1a.) Estágio no interior do País para alunos concluintes, que seriam acompanhados e orientados por professores;

⁴"A Longa Resistência". Retrato do Brasil, 1(7):81.

⁵Idem, idem.

⁶Projeto Rondon. Diagnóstico Institucional do Projeto Rondon. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974. p. 13.

2a.) Atuação permanente da universidade em regiões subdesenvolvidas;

3a.) Prestação de serviços remunerados a órgãos públicos em áreas consideradas prioritárias, por estudantes recém-formados, que houvessem optado pelo não pagamento da anuidade escolar.

Dentre as recomendações oriundas desse Seminário, destacou-se a "conveniência de que fosse promovida", sistemática e periodicamente, a visita de equipes de universitários brasileiros aos mais distantes pontos do território nacional - àqueles em que a missão pioneira das Forças Armadas é de alto significado - através de convênios entre Universidade e os ministérios militares e civis."⁷

Conforme pode-se depreender do texto acima, estavam lançados os pilares dos grandes programas que deram sustentação ao Projeto Rondon, quais sejam: Operação Nacional, *Campus Avançado* e Interiorização de Mão-de-Obra.

Estava criado portanto, a nível estratégico, aquele que se tornou um dos mais fortes instrumentos de descompressão das forças estudantis.

A realização dessa idéia, tomada nos bastidores do referido seminário, com a eficiente colaboração de Universidades e professores, começa a se concretizar em 1967, quando uma equipe constituída por 27 estudantes da Universidade da Guanabara sob a "liderança" do Professor Wilson Choeri e a coordenação de Omar Fontoura, se desloca para Porto Velho, com o objetivo declarado de "sentir o país e ver o que poderiam fazer, saindo do campo "estéril" dos debates acadêmicos para uma

⁷ Idem, p. 14.

atuação construtiva e eficaz".⁸

Partia-se, desse modo, do pressuposto de que o movimento estudantil e suas conseqüentes reações eram fruto de inquietações geradas por profundas frustrações de uma juventude ociosa, desorientada "ã procura de caminhos que a levassem a identificar sua verdadeira posição, numa sociedade confusa e em vertiginoso processo de transformação".⁹

Caberia, portanto, aos "tutores" do bem-estar e da ordem social colocar esta juventude no "bom caminho", isto é, mantê-la ocupada e, dando-lhe a sensação de ser útil e necessária ao processo de desenvolvimento através da oportunidade de conhecer, sem nenhuma despesa, os mais longínquos recantos do País e cultivar a ilusão de que estavam contribuindo significativamente para a melhoria de vida das populações visitadas.

A primeira equipe de universitários a participar dessas viagens permaneceu 30 dias no Território de Rondônia, durante os quais improvisou uma série de atividades junto às populações, de acordo com o que sabiam fazer e o que, a juízo próprio, consideravam de utilidade para estas.¹⁰

Estava então criado o embrião do movimento que logo se espalhou por todo o território nacional, mobilizando centenas de estudantes, principalmente no período de férias escolares.

Um movimento que passou para a História como uma criação espontânea dos universitários, na busca de superar sua in

⁸ Idem, p. 15.

⁹ Idem, p. 13

¹⁰ Projeto Rondon. V. Relatório de Atuação do Pro-0 - Rio de Janeiro, 1967.

satisfação com o academicismo das Universidades (acusadas de manterem uma estrutura fechada e defasada da realidade social) e conquistar, na prática, o que não conseguiam aprender nas salas de aula.

Um movimento que recebeu a denominação de Projeto Rondon, segundo discurso da instituição, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon.

Note-se que, no momento em que todos os esforços são envidados no sentido da desativação dos organismos estudantis, surge um órgão com a proposta de ampla mobilização de universitários, dizendo-se iniciativa desses mesmos estudantes, mas com total apoio do governo federal, principalmente das instituições militares, que assumem de pronto a responsabilidade pelo deslocamento e apoio com hospedagem e alimentação dos contingentes mobilizados.

O apoio foi de tal monta que, em menos de um ano, em julho de 1968, o movimento passa, por força do Decreto nº... 62.927, a Grupo de Trabalho Projeto Rondon, diretamente subordinado ao Ministério do Interior.

Em 1970, o Decreto 67.505 transforma o Grupo de Trabalho em órgão autônomo de administração direta, com a mesma subordinação e em 1975, por força da Lei nº 6.310/75, o órgão passa a Fundação.

Conforme pode-se deduzir desse breve histórico, o Projeto Rondon surgiu subordinado aos interesses do novo regime, para suprir os mecanismos de esvaziamento dos movimentos estudantis. No cumprimento de seus objetivos, procura "convencer" os estudantes a se tornarem intermediários do Estado na disseminação da ideologia dominante, através do discurso que privilegia a utilidade destes como agentes do processo

de integração e desenvolvimento.

Incute na mente dos estudantes a importância de sua atuação para o desenvolvimento do País, traduzida na integração dos "diversos aspectos da realidade"¹¹, cuja visão de globalidade estaria restrita ao tratamento do problema sob o ponto de vista das várias categorias profissionais.

Percebe-se, subjacente ao discurso, a tendência em se preservar as relações de dominação, na medida em que se ignora os conflitos, deixando inalteradas as estruturas e reforçando a alienação.

Não há um trabalho no sentido de se instrumentalizar o estudante para a análise da problemática nacional, na perspectiva do sistema capitalista periférico, cujo interesse dominante está centrado na acumulação do capital.

Tampouco há interesse em que a atuação do estudante venha dotar a população de ferramentas culturais que lhe permitam rearticular seu modo de pensar e agir na perspectiva de sua classe, buscando se fortalecer na luta para se liberar das condições de exploração em que vive.

Ao se atribuir ao universitário o poder de contribuir para a "mudança", pondo em prática os conhecimentos adquiridos nas universidades, estar-se-ia reforçando a idéia de que os profissionais de nível superior podem e devem "ensinar" ao povo como "viver melhor", através da pura transmissão do saber, sem levar em conta a realidade concreta deste povo.

As intenções reais são mascaradas através da efeti-

¹¹ Projeto Rondon. Projeto Rondon e sua Dimensão atual. Brasília, 1974, p. 29.

va ampliação das áreas de atuação e atividade para atender, cada vez mais, maior contingente de estudantes.

Para se ter uma idéia mais precisa da amplitude do movimento, basta verificar que, entre 1967 e 1974, o Projeto Rondon mobilizou 69.704 universitários através de suas diversas operações.¹²

Alguns segmentos da sociedade levantam a questão relativa aos custos deste projeto. Esta questão, entretanto, não parece constituir preocupação, de vez que todos os gastos se justificavam desde que cumprido o objetivo de "salvar" a juventude universitária dos perigosos caminhos político-ideológicos pelos quais ameaçava enveredar.

A sua primeira fase¹³ é marcada preponderantemente, pela formalização do órgão como Grupo de Trabalho Projeto Rondon, cujo objetivo principal, declarado, é "conduzir a juventude à participação no processo de integração nacional".¹⁴

Para os estudantes, esta primeira fase tem o sabor da aventura e da novidade, concretizadas pelas viagens em grupo para Estados até então desconhecidos.

Sob o discurso da criatividade, se improvisava as mais diversas atividades junto às populações, a gosto e critério de cada equipe, sobressaindo-se, nesse período, as atividades inerentes à saúde, ao desporto e ao lazer. Com isso os estudantes acreditavam estar conhecendo a realidade brasileira e entendendo sua problemática.¹⁵

¹²A este respeito cf. Relatório da Fundação Getúlio Vargas - Diagnóstico Institucional do Projeto Rondon. Rio de Janeiro, 1974, p. 1

¹³A nosso critério, dividimos (para efeito de estudo) o Projeto Rondon, em três fases: a 1a. fase vai de 1967, data de sua criação, até 1970; a 2a. fase, de 1970 a 1978 e a 3a., de 1978 até os dias atuais.

¹⁴Projeto Rondon. Op. cit., p. 31.

¹⁵V. Projeto Rondon. Op. cit., p. 51.

Faltava ao Projeto Rondon um planejamento mais definido, o que contribuiu para reforçar a ação espontaneísta dos estudantes.

Na verdade, o Projeto Rondon se debatia em meio à ambigüidade institucional¹⁶, tateando em busca de caminhos que resultassem, nesse primeiro momento, na sensibilização da classe estudantil para se engajar no Projeto.

O fundamental consistia em desviar dos movimentos estudantis a atenção do então "rebelde" e explosivo universitário que, na opinião do bloco do poder, apenas contestava, comodamente, nada oferecendo em troca. Daí a necessidade de se lhe oferecer uma formação, vinculada aos interesses do modelo de desenvolvimento vigente, na época, o que implicava em conduzir essa força jovem ao desempenho de trabalhos proveitosos nas regiões ou instituições mais carentes de mão-de-obra especializada.

A grande meta do Projeto Rondon consistia em "formar uma mentalidade nacional" no universitário, considerado pelo ôrgão como seu elemento de transformação social, de modo a torná-lo o futuro responsável pela condução dos destinos da nação.¹⁷

O deslocamento dos universitários para regiões distantes e desconhecidas (como o Amazonas), para a maioria, um sonho irrealizável, tornou-se o estimulante básico, de que o governo necessitava para viabilizar a idéia. Tal deslocamento se justificava pela necessidade de o estudante, "ele-

¹⁶ Projeto Rondon é subordinado ao Ministério do Interior, depende, para executar seu plano de ação, do universitário e da própria universidade, cujo poder normativo é exercido pelo MEC e é capacitado para operar pelos Ministérios da Aeronáutica e do Exército, que ainda lhe emprestam o apoio na área de transporte, alojamento e equipamento. A esse respeito, V. Relatório da Fundação Getúlio Vargas, op. cit. p. 18-19.

¹⁷ Projeto Rondon. Texto mimeografado, p. 6-7.

mento nobre da sociedade brasileira"¹⁸, ter completada sua formação que, no entender do órgão, se daria no contacto directo com os diversos "brasis": a doença, a miséria, outra cultura, outros valores, bem como colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade, aprendendo na prática, a encontrar saídas para aliviar os males e deixar a população "satisfeita".

A ênfase dada à participação do rondonista como meio para completar sua formação acadêmica, indica a dissociação existente entre a teoria e a prática no ensino universitário. Com o pretexto de sanar uma deformação, o Projeto Rondon obscurece a idéia de que tal deformação está embutida na própria constituição curricular. Ao mesmo tempo em que parece ignorar o poder de explicação da teoria e que uma prática isolada tende a falsear a compreensão do real ou a conduzir a uma visão parcial deste real. Em ambos os casos, estar-se-ia contribuindo para reforçar os interesses do bloco no poder, confirmando-o como único detentor do saber universal, o que aumenta seu poder de controle sobre a massa trabalhadora.

2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROJETO RONDON

O "sucesso" dessa iniciativa resultou na transformação do Grupo de Trabalho em Órgão da Administração Direta, sob a denominação de Projeto Rondon, instituído pelo Decreto nº 67.505 de 6 de novembro de 1970.

Com o referido Decreto, inicia-se uma segunda fase do Projeto Rondon, pautado agora em maior autonomia financeira e administrativa, o que lhe permite consolidar sua estrutura e lhe garante condições para ampliar seu raio de ação e suas ativida

¹⁸ Projeto Rondon. A Universidade Brasileira e o Projeto Rondon. Brasília, 1974, p. 9.

des. É a fase do formalismo institucional por excelência.

Reafirma como objetivo primordial a mobilização da ju ventude universitária brasileira, para participar no proces- so de desenvolvimento nacional. Coloca-se como "um organismo capaz de atuar em diferentes programas setoriais e de colabo- rar no alcance das metas propostas pelo Governo, principalmen- te no âmbito social", tanto através da "qualificação de mão- -de-obra, como na promoção de comunidades consideradas pelo PND como "focos de pobreza" e ainda podendo colaborar nas eta- pas de implantação, acompanhamento e avaliação de projetos dos órgãos de desenvolvimento ...", colocando a disposição do Estado uma "mão-de-obra qualificada e voluntária"¹⁹, que é o universitário mobilizado.

Conquistado o espaço institucional, o Projeto Rondon estende sua atuação a outras regiões e aperfeiçoa seus meca- nismos, visando aumentar o efetivo universitário e formar nes- te uma nova visão da realidade. Busca "conscientizar as futu- ras lideranças, das reais necessidades dos pais, criando, des- ta forma, uma mentalidade nacional de participação comunitá- ria, de tal modo que todos dessem sua contribuição na cons- trução do progresso nacional".²⁰

Como bem diz Ammann²¹, o Rondon concebe a participa- ção de forma diretiva, que consiste em induzir o universitá- rio a colaborar para a eliminação dos obstáculos à realiza- ção dos planos de governo. Utiliza o estudante como "capital humano" capaz de gerar taxa de retorno compensatória para o crescimento do País, quer através da prestação direta de ser

¹⁸ Projeto Rondon. A Universidade Brasileira e o Projeto Rondon. Brasília, 1974, p.9.

¹⁹ Projeto Rondon. A Juventude no Desenvolvimento. Brasília, 1986, p.15-16.

²⁰ Projeto Rondon, op. cit. p. 4.

²¹ AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 3a.ed. S.Paulo, Cortez, 1982, p. 18-19.

viços, quer induzindo a população a contribuir, com todas as suas forças, na realização de trabalhos em prol de sua melhoria de vida, buscando, através de palestras, cursos e treinamentos, sedimentar na comunidade os valores morais, sociais e cívicos, respaldados no postulado de solidariedade e cooperação mútua.

Percebe-se, subjacente a tais atividades a tendência à canonização dos valores, posto que estes não questionados tendem a ser perpetuarem e gerar, na população, uma atitude de aceitação passiva, de adesão, que encobre as relações de classe, a divisão social do trabalho, resultando na formação de uma mentalidade alienada conformada e agradecida pelos favores que o poder concede.

Pelo que se pode constatar através de relatórios e depoimentos de ex-participantes e técnicos do Projeto Rondon, toda uma situação era criada no sentido de gerar os resultados acima referidos.

A atuação do Projeto Rondon se destinava, de fato, a localidades isoladas, extremamente pobres. As chamadas regiões desintegradas do processo de desenvolvimento. Anterior à chegada dos universitários, havia um entendimento prévio, entre o Projeto Rondon e as autoridades da região e do município (chamado de Reconhecimento de Área), com o objetivo de se negociar a presença dos rondonistas, o tipo de engajamento necessário (para as instituições, é claro), serviços a serem executados e o modo de execução.

Em troca do apoio logístico (hospedagem e alimentação) que, diga-se de passagem, onerava enormemente os cofres públicos locais (Prefeitura e outras Instituições) estabeleciam, *a priori*, a programação a ser realizada pelos estudantes durante sua permanência na área.

Desse modo, a equipe de rondonistas ao chegar no local de atuação, se deparava com um quadro de expressiva miséria, concretizada nas intermináveis filas de pessoas pobres e doentes à espera de uma receita médica, de medicamentos, de atendimento odontológico; no significativo contingente de crianças famintas, maltrapilhas, "sujas"; um quadro administrativo deficiente, carecendo de qualificação e ainda uma série de necessidades ligadas à urbanização e saneamento, à espera da "força jovem" que "voluntariamente" vinha de tão longe para ajudar.

Nessas circunstâncias, não sobrava ao universitário outra alternativa senão arregaçar as mangas e trabalhar. "E a gente trabalhava muito. Às vezes não tinha tempo nem pra comer. Era muita gente precisando dos nossos serviços. Em compensação, era bom ver o ar de felicidade das pessoas que eram atendidas. Havia gente que pela primeira vez chegava perto de um médico pra se receitar"²². Contribuía também para esse otimismo a possibilidade de pôr em prática o que aprendera na faculdade. "Era a ocasião pra gente testar nossos conhecimentos". Mergulhados na contemplação dessa nova realidade e envolvidos pelas tarefas, que tinham que cumprir e ainda não tendo sido alertados ou preparados para uma análise mais crítica dessa realidade, os estudantes se viam impedidos de pensar em algo, que não fosse a solução rápida para os problemas, que tinham à sua frente. Tornavam-se, assim, elementos úteis para a reprodução do fosso entre dominantes e dominados, contribuindo para que as estruturas responsáveis por essa situação se mantivessem inalteradas.

Por outro lado, a população acostumada ao descaso e ao abandono, domesticada na arte da subserviência, da ordem e da gratidão, recebia os rondonistas com simpatia e carinho,

²² Depoimento de um estudante de Medicina, ex-participante do Projeto Rondon.

pois estes expressavam a imagem da bondade. Representavam os benefícios que o Governo lhes outorgava.

Tudo parecia se encaixar. De um lado o Governo, através do Projeto Rondon, dava ao universitário a oportunidade de se "tornar útil", transformando desse modo, jovens "insatisfeitos, rebeldes e contestadores", em dinâmicos "trabalhadores", comprometidos com o progresso da nação. Do outro lado, demonstrava (através do mesmo universitário) às massas em pobrecidas, sua tutela, a preocupação com seu destino, sensibilizando-as a ajudá-lo, com seu esforço, a construir o desenvolvimento econômico para depois dele compartilhar. Estavam assim criadas as condições para uma sociedade ordeira, sem choque e conflitos de classe.

O Projeto Rondon cumpria com muita eficiência a sua função, na medida em que ele próprio se constituía em estratégia de mobilização voltada para afirmar a composição de interesses do regime vigente.

Nossas observações e estudos sobre o Projeto Rondon, nos levaram a concluir que, ao ser criado, não só possuía a intenção, mas todas as condições materiais, necessárias à produção da estratégia de desmobilização dos movimentos estudantis e de cooptação do estudante como agente propulsor do processo, que visa "contribuir para o desenvolvimento harmonioso e integrado de todas as áreas do País."²³

O estudante, expropriado do direito de pensar criticamente a realidade na perspectiva de classe, internaliza a idéia de que a realidade pode ser mudada mediante a simples transmissão do seu saber, quer como ensinamento (preparação de recursos humanos), quer prestando serviços relevantes pa-

²³ Projeto Rondon e sua Dimensão Atual. Brasília, 1974, p. 9.

ra o desenvolvimento, como saúde e educação, quer ajudando a integrar os esforços da população aos planos de governo.

Realidade aqui é vista sob a ótica da pobreza e de integração do contexto global, onde universitário e membros das comunidades "carentes" são chamados a colaborar para melhoria da qualidade de vida em áreas desprovidas de recurso. Através do contato direto com a situação, o estudante conhece para melhor servir e ainda tenta obter o consentimento da população para colaborar com as autoridades, buscando, no seu próprio meio e com sua própria força, os recursos para melhorar a situação de pobreza em que estão vivendo.

Não se pode desconhecer que este estudante provém de uma sociedade classista, extremamente desigual, onde predominam as relações autoritárias respaldadas nas questões do saber e do poder e portanto, carrega consigo as consequências históricas dessa realidade, agravadas por outra característica herdada da universidade: a falta de auto-crítica e desafio do raciocínio.

Como se não bastasse, ainda tem-se a considerar o momento histórico de autoritarismo e repressão onde o controle e a censura cerceavam o direito de expressão e o direito de acesso a informações outras que não fossem as permitidas pelo governo da ditadura.

Dentre os vários mecanismos de sensibilização da classe estudantil, o Projeto Rondon postula que o estudante, elite culturalmente preparada, detém as condições necessárias para fazer florescer na população pobre, distante, desarticulada e portanto, marginalizada do projeto de desenvolvimento, preconizado pelo grupo dominante, a identidade nacional. Tal população, embora detentora de potencialidades inestimáveis, estava a carecer de preparação que a tornasse apta a compre-

ender a necessidade de colaborar com as instituições, no desempenho de determinado trabalho em prol do seu próprio desenvolvimento.

Ainda se acenava para o universitário não só com a possibilidade de viagens para outros Estados, mas sobretudo, com a perspectiva promissora de "futuros dirigentes do país".

A própria instituição Rondon se reproduzia cooptando para os seus quadros os estudantes que durante a atuação, revelavam maior desempenho e maior identidade com a causa em questão.

Na década de '60 a Organização dos Estados Americanos - OEA - recomenda aos países-membros que inegrem-se nos respectivos Sistemas Nacionais de Planejamento e Desenvolvimento de Comunidade - DC -, com o objetivo de "aglutinar esforços isolados e viabilizar a maior participação da população no processo de desenvolvimento."²⁴

Em atendimento a tal recomendação, o Ministério do Interior cria, em setembro de 1970, a Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade - CPDC -, à qual compete traçar diretrizes, metas, e coordenar, a nível nacional, as ações no âmbito do Desenvolvimento Comunitário.

Segundo Ammann, "a CPDC foi buscar na filosofia de Integração da CEPAL o conceito de Desenvolvimento de Comunidade, concebido como um instrumento de participação popular e um sistema de trabalho destinado a facilitar a conjugação dos recursos da população e do governo e obter maior rentabilidade destes".²⁵

²⁴BRASIL. Ministério do Interior. Diretrizes e formas de implementação do Programa de desenvolvimento de comunidade. Brasília, 1979, p.7.

²⁵AMMANN, Safira. Op. cit., 117.

Em novembro do mesmo ano, o então Grupo de Trabalho Projeto Rondon - "promotor do ideal de integração nacional"²⁶ - vê consolidada sua experiência ao ser transformado em órgão autônomo da administração direta, com a incumbência de mobilizar o universitário para a prestação de serviços "aos órgãos públicos estabelecendo-se dessa maneira, a oportunidade de participação da juventude e a provisão de recursos humanos ao governo, mais que nunca necessários para o país"²⁷

Assim, em 1972, sob a coordenação da CPDC, o Projeto Rondon define sua política de treinamento, e adota oficialmente a metodologia de Ação Integrada, compreendida como "uma abordagem comunitária de natureza multiprofissional que objetiva eliminar toda e qualquer ação isolada, de caráter intermitente e com conotações assistencialistas desintegradas da real global."²⁸

A definição acima expressa o conteúdo do pressuposto da integração. Por conseguinte, sugere a ação do Rondon articulada com as demais instituições, com o objetivo de envolver estudantes das diferentes disciplinas e membros das populações consideradas "focos de pobreza", para atender às necessidades de recursos humanos nas diferentes regiões do país, visando a concentração de esforços para acelerar o desenvolvimento econômico.

Com efeito, nossas observações e estudos indicam que as atividades do Projeto Rondon se pautam pela prestação de serviços, como reforço aos planos, programas e projetos do governo.

Nesse ponto, a particularidade do discurso do Proje-

²⁶V. nota da Folha da Tarde, de 25 de setembro de 1975. São Paulo.

²⁷Projeto Rondon. A Juventude no Desenvolvimento. Op. cit., p. 12.

²⁸Projeto Rondon. Op. cit., p. 28.

to Rondon reside na integração de esforços para a construção do progresso nacional, onde o universitário, colocado como futuro dirigente do País, detém o papel de transformador da realidade. Só que uma "transformação" viabilizada pelo governo militar, em função da consolidação dos interesses da classe que, de fato, representa.

Vê-se que o Projeto Rondon não só cumprira com eficiência sua função de descompressor dos movimentos estudantis para o qual contou sempre com o aparato estatal. Fora muito além. Conseguira transformar o estudante em seu intermediário, agente propulsor de uma ação acrítica e aclassista, cujos benefícios se revertem em ganho para a legitimação do poder dominante e contribui para aumentar cada vez mais a discrepância entre a categoria econômica e a social.

Não era por acaso que se vedava ao estudante rondonista qualquer envolvimento político-partidário. Com efeito, subjaz ao discurso da "ação apolítica" a intenção de induzir o universitário a uma ação favorável à manutenção da ordem. Em nome da preservação do equilíbrio se excluía a possibilidade de um trabalho voltado para a organização popular, posto que esta representa uma ameaça à ordem do sistema.

Para levar avante o projeto econômico preconizado pelo governo da ditadura e manter o controle sobre a sociedade civil, o bloco no poder se apóia nas forças militares e na ação coercitiva expressa na pesada repressão política.

Em 1973, o regime militar, que até então busca sua legitimação no êxito econômico alcançado no período do "milagre", começa a dar sinais de sua fragilidade.

O crescimento econômico brasileiro (que chegou a 13,6% no ano de 1973)²⁹ verificado no período que vai de 1968

²⁹V. Ascensão e Queda do Regime Militar. Retrato do Brasil 2:514.

a 1973, com uma taxa média anual de crescimento do PIB em 11,1%³⁰, deve-se fundamentalmente a uma política de captação de recursos externos, cujas bases repousam na intensificação da indústria alimentada pelo capital, pela tecnologia e até mesmo (em parte) pelo mercado consumidor estrangeiro.

Armado com todos os instrumentos "legais" que o poder do arbítrio lhe confere, o governo militar adota a política de restrições e repressão aos direitos humanos, através do combate às manifestações de inconformismo, protestos ou reivindicações.

Visa, desse modo, desarticular os mecanismos de pressão sob a alegativa de estar criando o "clima de segurança" necessário para garantir o desenvolvimento da Nação.

Já em 1966, instituíra o FGTS, mecanismo sutilmente utilizado para desmobilizar a classe trabalhadora, destruindo assim, as garantias de estabilidade de emprego, favorecendo a alta rotatividade da mão-de-obra, que, além de enfraquecer as organizações dos trabalhadores, ainda contribui para a compressão dos seus salários, resultando na intensa exploração da força de trabalho operária. No âmbito da Universidade, cria-se em 1969, o Decreto-Lei 477 que "proíbe qualquer manifestação de professores, alunos ou funcionários, sob pena de processo, prisão e perda de direitos".³¹

Tudo isso resulta no agravamento da questão social, marcada pela profunda desigualdade, onde é cada vez maior o número de pessoas que não consegue satisfazer suas necessidades básicas.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ CAROPRESCO, Maria Evelyn P. N. Universidade Sufocada. Retrato do Brasil. 2:439.

Em 1973, a situação econômica mundial, gerada, entre outros fatores, pela crise do petróleo, faz cessar as condições financeiras que até então sustentavam o crescimento da economia interna, cujos benefícios se revertiam somente em favor das grandes empresas, o que estimulava o emprego intensivo do capital estrangeiro.

Surge assim, o prenúncio do desastre econômico, cujo arcabouço se assenta no grande endividamento externo.

O colapso econômico associado à crise política, resulta no agravamento do desemprego, da fome, da miséria crescente.

A expansão da pobreza, provocada pelo recrudescimento da inflação e pela queda real dos salários, atinge a classe média, aumentando ainda mais a desigualdade econômica e social.

Sem o suporte econômico que lhe dera a ilusão de estar "arrancando" para o desenvolvimento, o Regime se fragiliza, deixando a brecha necessária para a rearticulação da sociedade civil, que começa a se reorganizar, na tentativa de romper com as pressões.

Da reflexão do momento, emerge a nova sociedade civil, que se manifesta através de suas associações, na luta pela reconquista de maior espaço de liberdade.

Diante do novo quadro que surge na história política do Brasil, Geisel, que assumira o governo em 1974, se manifesta contra o desequilíbrio provocado na sociedade brasileira pela distância acentuada entre o desenvolvimento social. Seu discurso é permeado pela idéia de retorno à democracia. Só que tal retorno deve se realizar de modo "lento e gradu-

al". Institui a política de distensão, ao tempo em que propõe adotar medidas para corrigir a "extrema desigualdade em que se encontra o país".³²

Aproveitando as fissuras do Estado, ainda em 1974, o MDB sob a plataforma política de respeito aos direitos humanos, anistia ampla e total, eleições diretas e fim do arbítrio vence, expressivamente, as eleições para o Senado e Câmara Federal³³, evidenciando, ainda mais, a crise interna do poder e contribuindo para o fortalecimento da reorganização da sociedade civil.

Segundo Ammann, Geisel "inaugura com o II PND uma nova era para a política social"³⁴ que a nível do discurso se opõe à "teoria economicista" que concentra a renda nas mãos de uma minoria, deixando a maioria em estado de extrema pobreza através do aumento real da renda da classe média e trabalhadora.

Geisel ressalta, contudo, a necessidade de acelerar o crescimento econômico e se apóia na teoria da integração, como meio para conseguir a adesão de todo o povo e manter a ordem social. Entendemos que nesse projeto não há espaço para a participação política da classe trabalhadora, porquanto o governo lança mão de mecanismos que excluem as chances de organização popular, pois no seu entender, esta seria fator de cisão da sociedade, e como tal, pernicioso ao equilíbrio do sistema.

Percebe-se, a partir de 1974, o renascimento das forças populares.

³²V. II PND.

³³V. Em Busca de Justiça. Retrato do Brasil, 1:31.

³⁴V. II PND.

Nesse contexto, o Projeto Rondon, que entendemos como um dos instrumentos legais de controle da ordem, em prol do desenvolvimento, cuja principal função é manter a dominação sobre a classe estudantil, colocando-a a serviço do projeto de Integração Nacional, preconizado pelo poder - assume o discurso da mudança social, centrada na educação - meio eficaz que "atua sobre os recursos humanos, moldando-os, transformando-os e tornando-os mais produtivos".³⁵

Afirma ainda o Projeto Rondon que a educação é condicionante do processo de mudança, "dado que ela envolve aspirações, relações de poder e capacidade de participação de todos os segmentos da população nos frutos desse desenvolvimento."³⁶

Em 1975, o Projeto Rondon se transforma em Fundação e posicionada no contexto da administração pública federal, reforça sua estrutura organizativa, buscando se instrumentalizar para os encargos que lhes serão destinados nessa nova etapa da história.

Mantém os objetivos iniciais, calcados no tripé: integração, segurança e desenvolvimento, buscando "a cooperação do MEC, para apoiar sua posição como órgão responsável pela política de extensão universitária, voltada para o desenvolvimento. Visa, com isso, angariar a adesão deste Ministério no sentido de favorecer a aproximação da Universidade — universitário, com as diretrizes e ação do governo federal".³⁷

Em relação ao II PND, a Fundação Projeto Rondon se coloca como um organismo capaz de contribuir "no alcance das me

³⁵Projeto Rondon. Op. cit., p. 12.

³⁶Idem, p. 11-12

³⁷Idem, p. 15.

tas propostas pelo governo, principalmente no âmbito social.³⁸

Desse modo, o Projeto Rondon, que através de seu programa de Operação Nacional, abrangia até 1975 todos os Estados brasileiros, passa em 1976 a atuar nas regiões consideradas áreas prioritárias do governo federal, definidos no II PND.

Com efeito, em 1976, as áreas de atuação do Projeto Rondon foram concentradas em 3 regiões brasileiras: Polonordeste, Pantanal Matogrossense e Geo-econômica de Brasília.³⁹

A preocupação com a mobilização do estudante se mantém, o que se pode perceber pela meta da Operação Nacional para 1976, onde o Projeto Rondon pretende mobilizar, através de um único programa, 6.400 universitários.

O postulado básico para esta mobilização continua o mesmo, ou seja: "formar o universitário para que este dê continuidade às políticas governamentais do processo de Desenvolvimento Nacional".⁴⁰

A história continua. Ao invés do salto qualitativo na estrutura industrial brasileira defendida no II PND, se agrava a crise econômica, e com ela, o governo da ditadura entra também em crise. O discurso da Abertura vai-se tornando mais frequente, o que, ao nosso juízo, revela as dificuldades e o fracasso do regime, ao tempo em que fortalece os movimentos populares.

Em 1977, o então Ministro do Planejamento denuncia a

³⁸ Projeto Rondon, op. cit.

³⁹ Idem, idem, p. 23.

⁴⁰ Idem, idem.

adulteração dos índices de custo de vida. Diante desse fato, os operários ensejam grandes campanhas, exigindo a reposição dos salários. O movimento sindical anuncia seu renascimento; surgem as bandeiras de luta pela anistia, ajuste salarial, custo de vida; se intensificam por todo o país as greves deflagradas pelas diversas categorias profissionais.

Paralela a toda essa efervescência, a inflação continua disparada, corroendo os salários, contribuindo para aumentar a insatisfação popular e reforçar as reivindicações coletivas.

Nessa conjuntura, os estudantes também começam a se rearticular, buscando resgatar o movimento estudantil, através da reorganização da UNE, que se reconstrói em 1979.

Diante desse quadro, o regime militar dá sinais evidentes de esgotamento. O uso dos aparelhos coercitivos de repressão já não são suficientes para manter o poder da classe dirigente. Aumenta a pressão social, levando Geisel a revogar, no final do seu governo (outubro de 1978) o AI-5.

Nessa conjuntura, intensifica-se cada vez mais o discurso oficial da abertura, que apregoa a preocupação do governo com a crescente desigualdade social.

3. O PROJETO RONDON E A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Em 1979, já no governo Figueiredo, a bandeira da Integração, desfraldada e fortemente assumida pelo regime militar é substituída pela bandeira da Participação.

Daí por diante, o discurso da Participação permeia to das as falas oficiais. A nível do discurso, o governo propõe "a participação efetiva da população através de uma filosofia e de um método de ação educativa, que conduza a formas mínimas de organização e dinamismo".⁴¹

Nota-se que o discurso oficial já se permite acenar com a possibilidade de organização popular. Este fato nos leva à compreensão da capacidade que têm as elites políticas, para incorporarem o discurso avançado da sociedade civil e utilizarem de acordo com seus interesses, pois apesar do discurso da Participação, apesar de sancionada a Lei da Anistia (agosto de 1978), o país continua sob o regime autoritário. Isso nos leva ao entendimento de que o governo, premido pelas circunstâncias, incorporou e adotou a participação popular, como se fosse uma concessão, visando facilitar a própria ação do Estado.

O discurso se reporta à participação e até admite a organização popular, contudo, deixa intocável a questão da estrutura de classe, as relações de dominação.

Todas essas "concepções" são sinais de que o governo militar está agonizando. Com isso, o motivo básico (não de—clarado), que ocasionara a criação do Projeto Rondon parece não mais existir. Urge, portanto, para a sua própria sobrevivência como Instituição, a busca de outros caminhos.

O *Estado de São Paulo* publica em outubro de 1979, que a "Fundação Projeto Rondon está procurando novos rumos para as suas atividades numa tentativa de adaptar-se à atual conjuntura e ao pensamento dos universitários".⁴²

⁴¹Cf. Documento do MINTER - Diretriz e forma de implementação do Programa de Desenvolvimento da Comunidade Brasileira, 1979.

⁴²O Estado de São Paulo - Rondon Procura Novos Rumos. S. Paulo, 5 de outubro de 1979.

Começa, então, o que convencionamos chamar a terceira fase do Projeto Rondon.

É a fase em que o órgão passa a apregoar seu compromisso com "a participação ativa e consciente das populações mais carentes do País", como forma "de atender aos apelos conjunturais da sociedade brasileira" e contribuir através de ações de "cunho eminentemente educativo junto aos segmentos mais pobres da comunidade nacional".⁴³

A expressão "eminentemente educativa", nos remete à idéia de controle. Educar parece indicar a domesticação da população, a quem é permitida uma organização controlada para reforçar os interesses da classe no poder.

Percebe-se que o Projeto Rondon, em sua trajetória histórica, esteve sempre atento às mudanças conjunturais, buscando cumprir sua missão de regulador das tensões sociais, notadamente no meio estudantil.

Com esse propósito, em novembro de 1979, decide implantar o programa de ação comunitária. Um programa voltado para o atendimento às periferias das cidades, onde fosse possível a "participação da comunidade" e a presença contínua dos universitários.

A nova linha de ação do Projeto Rondon encontra respaldo político no programa de Desenvolvimento Comunitário do Ministério do Interior, que por sua vez, é influenciado pela doutrina desenvolvimentista preconizada pela CEPAL.

Como referência teórica norteadora de sua ação, se apóia no documento "Diretrizes e formas de implementação do

⁴³ Cf. documento Programa de Seminário sobre Ação Comunitária para Dirigentes e técnicos do Projeto Rondon. Brasília, 1979.

Programa de Desenvolvimento de Comunidade".⁴⁴

O referido documento enfatiza os aspectos das disfunções sociais geradas no sistema pelo crescimento econômico concentrador e a preocupação do governo federal em criar mecanismos favoráveis à redução das desigualdades, aumentando as possibilidades de emprego e buscando melhorar a distribuição de renda, com vistas à minimização da pobreza, da marginalização social e à migração compulsória".⁴⁵

Reza o documento que o governo propõe a "participação efetiva da população na solução de seus problemas", como um meio eficaz para o equacionamento da situação acima referida.

Ressalta ainda que a população comunitária "necessita de formas mínimas de organização e dinamismo, o que implica na adoção de uma filosofia e de um método de ação educativa".⁴⁶

Uma leitura mais atenta do documento nos leva ao entendimento de que a ação educativa nele preconizada se reveste de um caráter manipulador, no sentido de induzir a população a aderir aos planos do governo, colaborando na execução dos mesmos. Conclui-se daí, que tal colaboração se efetiva através do uso da força de trabalho da população, nas horas que lhes restam para o descanso e o lazer, aumentando a sobrecarga de tarefas não remuneradas, que a nosso ver, contribuem enormemente para minar as energias do trabalhador, prematuramente desgastadas pela fadiga e pelas más condições de vida, que lhes proporcionam os baixos salários, que recebem em troca do trabalho produtivo, que realizam no dia-a-dia.

⁴⁴BRASIL. Ministério do Interior. Diretrizes Gerais e Forma de Implementação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade. Brasília, 1979.

⁴⁵Idem, p. 9.

⁴⁶Idem, p. 10.

Esta idéia está explícita no documento, na afirmativa que segue:

"... o trabalho que se pretende desenvolver não terá como preocupação básica ações corretivas, mas sim, buscará a partir das propostas do governo, obter a participação das populações no processo de mudanças socio-econômica e política, indispensável ao desenvolvimento nacional". 47

Percebe-se na citação acima, uma concepção de mundo a-histórico, onde o homem é visto como um objeto passível de ser modelado e adaptado, de acordo com os interesses dominantes. Reveste-se tal concepção, de um certo paternalismo, intencionalmente utilizado como forma de manter as consciências adormecidas e ingênuas.

Entendemos que o conceito de organização e participação aqui postulados, carregam em seu bojo, a intenção do Estado em viabilizar e implantar a organização comunitária localizada, como estratégia de mobilização e controle da população denominada carente, objetivando impedir o avanço da ação popular. Nesse contexto, a participação se traduz por uma ação diretiva, que é utilizada no sentido de induzir a comunidade, sem contestação, a aceitar e cumprir uma programação de âmbito nacional adredemente preparada nos recintos ministeriais, assegurando desse modo, a ordem e o equilíbrio necessários à manutenção das relações de dominação.

Aliado a todas essas questões, temos ainda a considerar o objetivo maior do Projeto Rondon, que é a mobilização da classe estudantil.

No atendimento a tal objetivo e até mesmo por condicionamento de ordem legal, os estudantes são frequentemente

⁴⁷ Idem, p. 11.

substituídos. A permanência na área por um curto espaço de tempo parece indicar uma quebra no processo, além de não permitir que o universitário se identifique com a comunidade, vindo a assumir com esta um vínculo orgânico capaz de produzir um saber, instrumento de luta da classe popular.

A proposta se ressentia ainda da falta de uma orientação política explícita.

Constatamos que em novembro de 1979, o Projeto Rondon realizou um seminário, a nível nacional, para oficializar o Programa de Ação Comunitária. Neste evento, um grupo de técnicos da Instituição, advindo de todos os Estados, desenvolve um esforço no sentido de definir alguns pressupostos teóricos/metodológicos que possam assegurar "pelo menos uma linguagem operacional comum entre os técnicos responsáveis pelo programa nos vários Estados".⁴⁸

Desse esforço resultou um relatório, no qual está contida a definição da Ação Comunitária, como sendo:

"Um processo educativo que visa a participação da comunidade na perspectiva do desenvolvimento através da ação organizada"⁴⁹

Talvez a tentativa de explicitar melhor o conceito acima, tenha levado o grupo a definir a participação como um instrumento de análise e discussão da problemática das comunidades e suas "decorrentes aspirações, dentro de um proces-

⁴⁸ Depoimento de um técnico do Projeto Rondon que participou do Seminário Sobre Ação Comunitária, realizado em Brasília no mês de novembro de 1979.

⁴⁹ Projeto Rondon. Relatório do Seminário sobre Ação Comunitária para dirigentes e técnicos do PRO - Constatações e conclusões técnicas da primeira fase do Seminário. Brasília, 1979.

so educativo que as conscientize à tomada de decisões próprias e a assumirem suas reivindicações."⁵⁰

Prosseguindo, o grupo definiu conscientização como sendo:

"Um processo que se dá através da análise crítica da realidade concreta e leva as pessoas a buscarem alternativas para seu desenvolvimento".⁵¹

Percebe-se nas definições acima um esforço no sentido de tentar esclarecer os conceitos. Contudo, a falta de explicitação do modelo de desenvolvimento a ser adotado, bem como do arcabouço teórico que lhe dá sustentação, produz uma certa ambigüidade de vez que os conceitos, do modo como estão expressos, servem a interpretações diferenciadas, de acordo com a concepção de cada um.

Tal ambigüidade pode ter sido intencional, de modo a deixar em aberto o espaço para o desenvolvimento de atividades alternativas. Trata-se contudo, de uma faca de dois gumes que, em última instância, pode vir a ser da maior utilidade no fortalecimento dos interesses dominantes.

Percebe-se um evidente avanço desses pressupostos em relação aos postulados pelo Ministério do Interior, na medida em que admite a possibilidade de uma "ação organizada" fundada na "análise crítica da realidade concreta".

Esta evidência é reforçada pela caracterização do agente externo, cuja postura é definida pelo grupo de técnicos como a "do educador que orienta o processo no sentido da auto-

⁵⁰ Idem, p. 12.

⁵¹ Idem, p. 5 e 6.

determinação da comunidade, através da análise de suas posições. O educador que não tem proposta nem resposta, mas a busca com a comunidade".⁵²

O que significaria, no caso, o educador "sem proposta"? Julgamos não ser possível o desenvolvimento de uma ação conseqüente, sem que haja uma intencionalidade assentada em pressupostos claros e precisos. É preciso que a expressão "sem proposta" tenha sido enfatizada de forma estratégica, para assegurar a possibilidade de um trabalho a ser construído a partir das comunidades (e isso já é uma proposta) e com as comunidades, sem estereótipos antecipados ou projetos fabricados à distância, sem nenhum compromisso com as aspirações, com a organização e as lutas do grupo.

De qualquer modo, pode-se observar que alguns pontos nas definições acima, obscurecem a compreensão da proposta, embora considerem-na válida, posto que deixa a critério de cada grupo os modos de compreender e encaminhar as ações, de acordo com seus interesses.

Observe-se que se fala em processo educativo, em conscientização, em análise crítica da realidade concreta, mas não se faz referência ao caráter de classe e nem se explicita se o processo educativo estaria ou não vinculado aos interesses da classe subalterna. Isso nos leva à indagação de até onde a máquina estatal permite um fazer consciente ou um fazer consciente em favor de quem.

Um outro fato curioso é que tais definições foram discutidas e produzidas num encontro de técnicos. Além do relatório do referido encontro, não se encontrou nenhum outro documento oficial da Instituição (diretrizes, normas), fundados

⁵² Idem, ibidem.

em tais pressupostos. Isso nos conduz à dúvida a respeito do que pensa, realmente, a cúpula do Projeto Rondon.

Quando se fala na postura do agente técnico externo, se faz referência à "análise de suas posições", mas não fica claro se tais posições estão referidas à sua condição de classe social.

Os conceitos de participação, ação organizada, desenvolvimento, não definem por si sós, os rumos da ação. No nosso entender, tais conceitos são permeados pela concepção que se tem da sociedade, do homem e da própria educação. Em assim sendo, uma ação organizada, uma prática educativa, tanto pode transformar, como pode manter a ordem vigente. A nosso juízo, o que define a intencionalidade de uma proposta de trabalho é a postura política assumida com clareza e precisão.

Pensando desse modo, nos indagamos sobre que tipo de educação o Projeto Rondon estaria pensando para o programa de Ação Comunitária.

Não se percebe também nas colocações da instituição, uma posição clara com relação ao objeto da ação. A nosso ver, a construção de um caminho implica, necessariamente, num certo conhecimento do objeto e o modo como pensamos esse conhecimento.

Qual seria, portanto, o objeto de Ação Comunitária, proposta pelo Projeto Rondon? O indivíduo no contexto social em que está inserido ou o indivíduo isolado? Um grupo de indivíduos pobres, carentes ou um grupo de trabalhadores apropriados da produção por eles produzida? Uma sociedade harmônica equilibrada ou uma sociedade em conflito, feita de sujeitos e suas relações?

É sabido que, até então, o Projeto Rondon tinha como objeto de sua ação o estudante universitário e como objetivo principal e declarado a formação de uma "nova mentalidade" no estudante, de modo a torná-lo continuador dos planos do governo. A população "carente" é o meio, o instrumento de formação do universitário. Este, por sua vez, preparado dentro do sistema que não lhe desafia a pensar, repete o modelo dominante, na medida que impõe (sem crítica) conhecimentos a um grupo submisso, que tende a receber, passivamente, os ensinamentos transmitidos.

Conclui-se, de tudo o que foi observado e estudado, que a proposta de Ação Comunitária do Projeto Rondon implica numa série de complexidades, na medida em que procura estabelecer o processo de participação popular no bojo de uma sociedade contraditória, marcada por profunda desigualdade social, quando a própria instituição busca, através da cooperação do estudante, fortalecer a ordem social, que entende deve ser mantida, ignorando as relações de classes e taxando de falsos os conflitos existentes, tal qual se pode observar no discurso, em que define sua ação como instrumento que visa contribuir para que:

"O universitário tenha uma visão global do Brasil capaz de exercer um grande efeito multiplicador na superação dos falsos conflitos entre governo e empresas privadas, entre estudantes e instituições, entre empregados e empregadores, entre civis e militares, entre diferentes regiões" 53

A trajetória do Projeto Rondon, em sua tentativa de adequar-se a cada momento da história, resultou, em 1979, na

⁵³ Projeto Rondon. Uma Escola de Realidade Nacional. Brasília, mimeografado. V. em AMMANN, Safira. Op. cit., p. 119-120.

implantação do programa de Ação Comunitária, como "processo educativo, na perspectiva da participação", em todos os Estados brasileiros. No Ceará, o referido Programa foi implantado em áreas da periferia de Fortaleza, dentre as quais se situa o Parque São Miguel, onde se desenvolve a prática objeto do presente estudo.

V - A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DA PRÁTICA EDUCATIVA

Há uma ampla divulgação de que os programas do governo, notadamente os que veiculam sua política social, colocam suas propostas de forma ambígua e que tal ambigüidade viria possibilitar ao intelectual realizar um trabalho em favor das classes populares aproveitando a decantada "teoria da brecha".

Ora, quando se examina a questão com mais cuidado, se percebe, com clareza, que a "teoria da brecha", vista como um fenômeno permitido pela classe no poder, não se sustenta.

Nossa afirmativa se assenta no reconhecimento de que vivemos numa sociedade contraditória, polarizada pelo antagonismo de classe, onde não há uma equação, nem mesmo entre Estado e classe dominante. Tal reconhecimento nos leva a concluir que não se trata de uma questão de "brecha", como uma coisa consentida, mas da oposição resultante do movimento próprio que se dá na dialeticidade de todas as coisas, que forja a abertura de espaços.

Além do exposto acima, apontamos ainda, pelo menos, mais duas razões para considerarmos a "teoria da brecha", como falaciosa. A primeira se fundamenta no exame da proposta do Projeto Rondon, que, conforme ficou demonstrado no decorrer do Capítulo sobre a Instituição, nos revela a inexistência dessa ambigüidade. O fato de se tentar mascarar a verdadeira origem do órgão, sua real intenção, como descompressor dos movimentos estudantis e se deixar intocável a questão de classe já não seria uma forma de tornar claras suas reais intenções?

Percebemos que, ao definir sua proposta, a instituição utiliza, de acordo com o momento em que está vivendo, conceitos próprios do discurso avançado da sociedade civil, mas percebemos também que, ao definir tais conceitos, não deixa dúvida quanto aos seus verdadeiros objetivos. Se, por exemplo, olharmos atentamente para o conteúdo da proposta institucional, vamos observar que o simples fato de se usar os conceitos de participação e organização, não garante a ambigüidade, de vez que esta está explicitamente definida nas metas, nos objetivos, nas diretrizes que norteiam a operacionalização da mesma. Ambigüidade observamos nas definições elaboradas pelo grupo de técnicos, e nunca nas definições da cúpula. Ali sim, nos parece estratégico, no sentido de abrir espaços.

A segunda se fundamenta no entendimento de que o dominado não aceita passivamente o que lhe é imposto pelo dominante.

A aparente passividade e acomodação do povo às propostas governamentais pode estar escondendo estratégias de reação, haja vista o modo como este tende a explicar a sua situação de explorado e marginalizado.

"A sociedade é injusta, muito desequilibrada. Uns vive bem. Quer dizê, deve tê consciência pesada de robá os direito da gente. Vive bem no modo de aparentá. Tem água, tem luz, tem casa bonita, tem carro, não passa fome. E nós não vive bem. Vive morrendo de trabaia e ainda passa fome, não tem casa pra morá, não tem estudo, não tem luz, não tem água, não tem nada" (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

Isso nos leva ao entendimento de que o povo percebe com clareza a situação de injustiça e desigualdade em que está vivendo.

Vejamos o depoimento que segue:

"A gente é pobre porque os rico nega os direito da gente. Vamos dizê que eu tenho 10 objeto e você nem um. Invês de repartir 5 pra mim e 5 pra você. Não dexo é você sem nada ou então te dô 1 e fico om 9. Quer dizê que tava tirando o que você precisa pra vivê. O rico fica com tudo e ainda qué bota nós pra fazê o trabaio dele" (D. Maria Ferreira - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

Essa compreensão nos leva a buscar uma nova abordagem de análise, que seria a concepção dialética, em que se apóia o materialismo histórico, sobretudo, no que se refere a categoria do intelectual orgânico e sociedade civil, concebida por Gramsci.

O pressuposto que orienta a nossa análise se fundamenta na teoria gramsciana de que é na sociedade civil que se dá efetivamente a luta entre dominantes e dominados. De um lado, a classe dominante, procurando impor o poder através da coerção e, ao mesmo tempo, buscando exercer sua hegemonia através de mecanismos mais sutis capazes de conduzir os dominados ao "consenso e à colaboração".

Do outro lado, a classe dominante, tentando resistir à dominação, quer se escondendo atrás da passividade, da omissão, quer através dos modos de organização popular, que a prática do programa em análise oferece.

Aqui estamos entendendo organização popular como a prática pedagógica que possibilita a produção e a apropriação de conhecimentos que se tornem instrumentos de afirmação dos interesses das classes populares.

Concordamos com Jara, quando afirma que a Educação Popular busca fortalecer nas massas populares "uma consciência social coletiva, que se expressa com um determinado grau de organização de classe, como manifestação consciente da prática que ela realiza."¹

A referida teoria, que concebe a organização popular como um instrumento de formação de consciência de classe, como processo que pressupõe, fundamentalmente, a luta entre dominados e dominantes, nos levou a considerar as contradições que permeiam esta luta centrada, de um lado, no modo como o povo percebe e reage à dominação, do outro, nos mecanismos usados pelo sistema para dismantelar as organizações populares e impedir seu avanço, quer através da força, quer através da persuasão, onde o Estado se coloca como tutor da sociedade, responsável pela manutenção da ordem e "bem-estar" da população.

Nessa luta, percebe-se um jogo de cartas marcadas, onde os mecanismos de dominação ainda são os mais fortes. Percebe-se também o avanço do povo, manifesto na resistência, conforme se pode verificar nos movimentos de organização popular.

Com base nos pressupostos acima referidos, procedemos à análise da prática educativa que está sendo realizada pelo Projeto Rondon, na área do Parque São Miguel, distrito de Messejana, tomando como objeto a questão da Educação Popular, para o que utilizamos, como categorias de análise, a questão do Saber e do Poder.

Partindo destas categorias, procuramos identificar que tipo de saber está sendo gerado por esta prática educa

¹JARA, Oscar. A educação na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lições da Nicarágua. Campinas(SP).Papirus, 1984.p.84.

tiva e de que modo a população está expressando esse saber e como o conhecimento produzido está contribuindo para o processo de organização da população.

1. A PROPOSTA EDUCATIVA DO PROJETO RONDON

A ação educativa do Projeto Rondon, na área objeto do presente estudo vem se desenvolvendo desde maio de 1980.

1.1. METODOLOGIA

No início, os agentes do Projeto Rondon se aproximaram dos moradores através de visitas domiciliares. Todas as casas da localidade foram visitadas simultaneamente por diferentes duplas de agentes distribuídos por rua (uma dupla por cada grupo de 20 casas, por rua). Segundo depoimentos de um dos agentes, esse primeiro contato tinha por objetivo "conhecer o conjunto de problemas e necessidades próprias da comunidade, de acordo com o grau de percepção dos comunitários, para então se proceder, através do questionamento e da reflexão, o processo de conhecimento da problemática, com vistas à organização da população".

Durante as visitas, os agentes rondonianos explicam o motivo de suas presenças na área e solicitam uma reunião com os moradores para apresentarem sua proposta e discutirem, em conjunto, a validade do trabalho e aceitabilidade da população.

Concluídas as visitas, foram marcadas, simultaneamente, reuniões com os moradores em cada rua. "As reuniões fo

ram realizadas por rua para garantir melhor rentabilidade, de vez que um número menor de pessoas permite um conhecimento mais profundo e uma discussão mais consequente" (agente rondonista).

As reuniões se realizaram conforme o planejado, "para surpresa nossa, com um significativo número de participantes que decidiram dar o aval à nossa proposta, concordando em se organizar para o trabalho" (agente rondonista - universitária).

"No começo a gente ficou desconfiado. Nunca ninguém tinha aparecido aqui pra trabalhar com nós. Mas nós resolvemos ir nessa reunião pra vê o que era. Lá os menino do Rondon explicou que se nós quisesse a gente podia pensar nos nossos problema, descobri nossos direito e aprendê a lutar junto pra resolver nossas luta e que eles ia ficar com nós e ajudá essa descoberta. Aí nós resolvemos experimentar". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Segundo a Coordenadora do Programa, as reuniões seguintes transcorreram em função de se apreender a percepção que os moradores tinham de si mesmos e do mundo em que estão inseridos. Se utiliza a técnica do depoimento, levando cada morador presente a falar sobre sua história de vida, organizando-se a fala de cada um em torno das questões:

- Quem sou?
- De onde venho?
- O que faço?
- O que quero?
- Quais as nossas necessidades?
- Que problemas quero ver resolvidos?
- Que direitos acho que tenho?

- Como desdobrar nossos direitos e como lutar para que eles sejam respeitados?

Nos depoimentos dos moradores, iam-se delineando suas expectativas, ao tempo em que uma gama de problemas presentes na consciência de cada uma ia surgindo.

Com esse diagnóstico inicial sobre a problemática da população, os agentes rondonistas iniciam, com os grupos ainda por rua, a reflexão, tentando, num primeiro momento, relacionar os problemas entre si "de modo a se evitar a visão fragmentada e se direcionar o trabalho, tendo como referência a totalidade das relações numa sociedade de classe".

De acordo com a coordenadora do programa, na medida em que o questionamento se desenvolve, o conhecimento da realidade vai-se tornando mais claro e mais profundo. A visão do grupo se amplia quando este começa a descobrir a origem de cada fenômeno e suas relações com o todo. Na raiz dos problemas se procura, criticamente, encontrar saídas. O questionamento e a análise crítica, partindo da percepção dos moradores, coloca em comum os conhecimentos dos agentes externos e agentes sociais, que se confrontam e se aproximam, dando a ambos a oportunidade de produzirem, em conjunto, os modos de superação da realidade, que se quer conhecer e mudar. A análise crítica dos problemas, feita coletivamente, ajuda na compreensão desta realidade e na reelaboração de conceitos iniciais que se validam na prática comunitária.

Após essa reflexão inicial, foi organizada uma reunião maior, contando com representantes de todas as ruas, adrede eleitos por seus respectivos grupos. Esta reunião objetiva identificar os problemas comuns a todos. Feita essa identificação, os agentes rondonistas retornaram às

às ruas, então com vistas à formação de grupos em torno de interesses comuns, isto é, o agrupamento das pessoas em torno de problemas que lhes despertam maior interesse e que atingem o conjunto dos moradores.

Definidos os interesses e formados os grupos, partiram para a organização das ações. "Nesse momento, iniciou-se a aprendizagem em torno do planejamento das atividades, que na prática, se fez respondendo com precisão: O que se pretendia fazer? Por que se pretendia fazer? Como fazer? Com quem fazer? Com que fazer? Onde e quando fazer?" Cada questão dessa, conduz ao que se denomina numa abordagem mais formalizada,

- o problema
- a justificativa
- os objetivos
- a metodologia
- os recursos:
 - . humanos
 - . materiais
 - . financeiros
- a localização
- o cronograma.

Após planejadas as ações, passa-se à fase de execução, onde os grupos são habilitados, sempre através da reflexão crítica e coletivamente, para assumirem as tarefas e responsabilidades que lhes são atribuídas.

Constatamos que em todo o processo, o grupo comunitário decide, propõe, elabora e assume em conjunto o controle das ações, em todas as suas fases, procedendo desse modo, a um verdadeiro exercício de participação.

Pode-se observar que tal exercício se fortalece no processo de avaliação, realizando continuamente com o objetivo de se reorientar permanentemente os grupos no sentido de esclarecer e redimensionar as ações. "Na avaliação, se questionam os objetivos, se reflete sobre a prática, tentando-se confrontar o que se pretendia com o que se está conseguindo, buscando indicadores para a tomada da decisão relativa ao método e técnicas a se utilizar nos passos seguintes". (Agente Rondon - universitário).

1.2. PRESSUPOSTOS

Nota-se, no processo acima referido, uma preocupação constante com o desenvolvimento de uma ação pedagógica, que possibilite aos grupos reconstruir sua cultura e reelaborá-la, de forma a torná-la um instrumento de apreensão e compreensão crítica da sua realidade e descoberta dos modos de nela influir, transformando-a de acordo com seus interesses.

Parece estar presente no processo, a preocupação com a organização popular. Segundo a Coordenadora do Programa, a prática é orientada sempre no sentido coletivo, a partir da percepção popular, mas com um conteúdo crítico, que possa tornar possível a desmistificação dos valores burgueses historicamente internalizados pelos grupos. Tal postura remete ao reconhecimento da população como um conjunto de indivíduos, dotados de um saber adquirido na luta cotidiana pela sobrevivência e com condições de fazer uso desse saber como poder para conhecer mais e definir estratégias para transformar a sociedade em função dos seus interesses de classe.

Essa simples postura nos leva ao entendimento de que a prática dos agentes rondonistas, orientadores do Programa de Ação Comunitária do Projeto Rondon no Ceará, se distancia da participação apregoada oficialmente pela Instituição, cujo respaldo político se encontra no Programa de Desenvolvimento de Comunidades, do MINTER.

Todo o discurso oficial nos leva a crer que a participação preconizada pelo Projeto Rondon nada mais seria do que um instrumento, utilizado para envolver as populações, na execução de tarefas extras, aparentemente realizadas em função de sua melhoria de vida, bem como criar condições favoráveis ao desenvolvimento das ações do Estado. Viu-se quando se analisou a instituição Rondon, que sua proposta escamoteia a realidade de classe e até chega a afirmar a inexistência de conflitos de qualquer natureza na sociedade brasileira. Viu-se ainda que a prática do Projeto Rondon se pautou sempre pela transmissão de conhecimento imposto à população pelos estudantes, sob duas alegativas:

- 1^a. - de que o estudante estava pondo em prática os conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade;
- 2^a. - que a transmissão de conhecimentos diminuiria as distâncias culturais entre as regiões e camadas sociais brasileiras.

As vezes em que o Projeto Rondon se reporta à "visão crítica" refere-se à visão do universitário em função de conhecer a realidade brasileira para melhor continuar os planos e programas governamentais. Pelo que se pode deduzir dos estudos feitos sobre Projeto Rondon, o conhecimento da realidade está afeto ao "pisar no mapa do Brasil", ver de perto a situação de miséria, para futuramente buscar, através do progresso e da modernização, elevar o padrão de vi-

da do povo brasileiro.

Não se observou nos estudos realizados nenhuma preocupação com atividades que envolvessem a reflexão crítica, capaz de dotar os grupos de mecanismos mínimos de compreensão da situação política, social e econômica do país. Antes, o Projeto Rondon esteve sempre a serviço da política social do Estado, sendo, ele mesmo, um instrumento viabilizador dessa política, preocupada, fundamentalmente, com o crescimento econômico, sob a justificativa de que, para que o povo não passe fome, é necessário que o empresário tenha lucros para gerar novos empregos e poder pagar o trabalhador. Podemos mesmo concluir que o Projeto Rondon sempre esteve a serviço do poder, como um instrumento através do qual o grupo dominante exercita sua influência sobre os estudantes, que transformados em seus agentes, levam esta influência até as populações mais longínquas.

Ainda temos a considerar o caráter assistencialista da Ação Rondon, voltada para prestar serviços de saúde, educação e lazer à população.

Diante dessas considerações, a realização de uma prática educativa agenciada pelo Projeto Rondon, destituída do caráter assistencialista e totalmente voltada para dotar a população de uma postura crítica, favorável à confirmação de seus interesses, o que inevitavelmente conduz à consciência de classe, não se coaduna com o discurso e a prática geral da Instituição.

Nossas observações e os depoimentos registrados, nos indicam que os agentes rondonistas optaram por servir aos interesses da comunidade, buscando estabelecer, com esta, um vínculo orgânico que se expressa na busca de identificação, tratada com base na luta de classes.

Esta é uma comprovação de que o Estado não é um bloco monolítico. Mesmo em uma sociedade onde os interesses do minantes são oficializados, é possível se prestar um serviço em que se resgate a identidade cultural da classe subalterna.

Claro que isso não ocorre sem conflitos. Admitimos mesmo que há sempre um preço a pagar por quem trabalha no setor público e assume o compromisso de lutar pela organização popular. Mas consideramos possível abrir fissuras no bloco histórico no poder, e ajudar a construir o conhecimento da realidade concreta, como meio para a transformação da sociedade.

É um fato reconhecido que a mera compreensão crítica da realidade não é suficiente para conduzir à sua transformação. É um fato também que uma prática dessa natureza pode levar a uma organização localizada e a uma ação facilitada reduzida à compreensão dos problemas locais imediatos que, resolvidos, podem levar a população a um estado aparente de satisfação, afastando-a da luta maior pela transformação social, que em última instância, favorece a manutenção e o fortalecimento da classe dominante.

Mas é também um fato que o conhecimento crítico da realidade, através da discussão conjunta, a união em torno do enfrentamento dos problemas comuns, que afetam o conjunto dos moradores na perspectiva de sua superação, podem levar a população a se dar conta de sua condição social, a descobrir que tem direitos que não são respeitados, a descobrir que é capaz de lutar pela recuperação de sua identidade social e cultural. Com isso, pode atingir a consciência da necessidade de luta e se fortalecer como grupo, como classe.

Tomadas por base essas considerações e o conhecimento produzido através de levantamentos, entrevistas com os moradores e os agentes rondonistas e a participação em diversos eventos da comunidade, nos foi possível identificar (através das categorias do Saber e do Poder) a dimensão pedagógica e a dimensão política gerada na prática realizada pelo Projeto Rondon.

2. A QUESTÃO DO SABER

A análise da dimensão pedagógica da prática em estudo, nos remete necessariamente, à questão do Saber.

Percebemos o pedagógico como um processo de aprendizagem, que leva o indivíduo a se tornar sujeito da sua ação, através da organização e sistematização do conhecimento por ele e por outros produzido. Uma forma de aprendizado permanente, capaz de abrir caminhos, através dos quais se tenta resgatar e sistematizar o saber, transformando-o em ferramentas para constituir a autonomia na luta pela transformação social.

No nosso entendimento, não existe um momento específico para o conhecimento. Este se faz e se refaz em um processo gerado na troca de saberes diferenciados, questionados e confrontados entre si, com vistas à produção de um saber novo que afirme e reforce os interesses da classe popular.

Nesse processo, a informação e a ação questionada e refletida criticamente se constituem meios para a aprendizagem, cuja matéria prima é o saber popular. Estamos entendendo por saber popu

lar o modo como o povo expressa a concepção, que tem de si e do mundo, o modo como o povo compreende e interpreta a realidade e sua inserção nessa realidade. Um saber que não foi adquirido através das letras, posto não ter o povo acesso à escolaridade, mas que emana de suas experiências de vida, das práticas e das relações cotidianas, bem como o que lhe foi dado incorporar do saber universal, através da oralidade. Um saber "desarticulado e contaminado pelo saber dominante."²

Por saber dominante entendemos aquele adquirido nas escolas e academias. Um saber mais amplo, mais geral e mais elaborado, o chamado saber acadêmico científico que se diferencia do saber popular, principalmente no que se refere ao poder de explicação da mesma realidade da qual ambos são partes integrantes.

Segundo Garcia, "numa sociedade de classes, os saberes dominantes e dominados... são faces de uma mesma moeda e se relacionam entre si de forma dinâmica"³. Isso confirma a idéia de que a realidade social é uma totalidade, na qual tanto estão inseridos os dominantes, como os dominados. Onde se conclui que nem o saber popular, nem o saber dominante são puros. Ambos "interagem e se confrontam - um não existe sem o outro".⁴

Afirmar o saber popular como puro, por conseguinte, único saber autêntico ou admitir o saber dominante como pronto e acabado a ser transmitido, pura e simplesmente, às camadas populares, significa falsear a realidade. Significa ignorar as relações de trabalho e de produção e reforçar o

² MANFREDI, Sílvia Maria. A Educação Popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci, in "A Questão Política", In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Questão Política de Educação Popular, 2a. ed. São Paulo, SP, Braziliense, 1980, p. 56.

³ GARCIA, Pedro Benjamim. Educação Popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, op.cit. p. 98.

⁴ Idem, ibidem, p. 109.

poder dominante. Também não nos parece real levar as camadas populares a negar seu saber e buscar o saber dominante, como instrumento de ascensão social pois isso seria escamotear a estrutura de classe, na medida em que tal idéia levaria o povo a se distanciar de seu padrão cultural, a perder suas raízes e sua identidade de classe "para si" necessárias ao processo de transformação social. Trata-se aqui de um novo saber, produzido na interrelação de saberes distintos, que envolve parceiros diferenciados. Um saber eminentemente político a ser construído com a participação dos grupos populares buscando depurar e rearticular "seu modo de pensar e agir, tomando a perspectiva de sua classe".⁵

As razões acima nos levam a reafirmar a existência de 2 (dois) saberes, cujas diferenças se produziram historicamente nas relações de trabalho. Na prática em estudo, vemos rondonistas e comunitários, agentes sociais de uma mesma realidade objetiva, mas cada qual ocupando, nessa realidade, posições distintas, que lhes conferem níveis distintos de compreensão e explicação. Ambos carregam no bojo do seu conhecimento valores que correspondem aos interesses do grupo dominante, o que pode explicar o fato de o saber do dominado nem sempre traduzir liberdade ou expressar a superação da opressão, embora não seja, a nosso ver, totalmente ingênuo e místico como parece a um primeiro olhar.

Observa-se uma tendência mais ou menos generalizada em se tratar o saber popular como meramente intuitivo, portanto, sem credibilidade científica. Ora, se adotamos a premissa de que o conhecimento é resultante da produção histórica e material do homem, acreditamos que é próprio desse homem, independentemente do seu grau de instrução, o ato de conhecer, de pensar, buscar, descobrir, transformar, na me

⁵ MANFREDI, Silvia Maria. Op. cit., p. 57.

dida em que, pelo trabalho, age sobre a natureza. Nesse sentido, preferimos admitir a intuição como uma marca da humanidade, logo não nos parece válido considerar este com único recurso que sobrou para aqueles que não tiveram acesso aos instrumentos teóricos que permitem a produção de um saber mais elaborado. O povo tem a intuição, mas tem também a experiência que lhe é conferida pelo trabalho material, tem a experiência do fazer que lhe permite transformar a matéria bruta em bens de produção. Do mesmo modo não nos parece válido obscurecer o valor da intuição na produção científica por ser este o primeiro passo para fazer ciência.

Seguindo Gramsci, entendemos o ato de compreender como o fio que costura a diferença entre o saber popular e o saber acadêmico, de um lado, o agente externo tem um saber mais elaborado, sistematizado, mas pouco compreende do povo, "sabe mas não sente". Do outro lado, o povo vive o problema, sente, mas não encontra explicações e por isso tende a aceitar sem resistência. O povo sabe que é explorado, que sofre injustiças, mas não reage, combativamente, porque na verdade, "sente mas não sabe".

Esta constatação nos leva a pensar numa prática educativa onde se aprenda a superar a aparência no movimento da realidade e se atinja um nível de consciência crítica, capaz de gerar mudanças.

Entendemos portanto, a prática educativa como um ato político intencionado, onde os elementos envolvidos recriam as alternativas de aprendizagem geradoras de um saber instrumento, que vai ajudar a população a pensar sua condição de classe e reelaborar sua visão de mundo de acordo com seus interesses.

Nossas observações sobre a prática, objeto deste estudo, nos levaram à constatação de que os agentes rondonis

tas tinham a consciência de que estavam ali de passagem e que precisavam concentrar seus esforços na construção de um saber que possibilitasse a caminhada autônoma da comunidade, assumindo ela mesma o controle do processo.

Talvez por esta razão, apresentam uma postura desarraigada diante do grupo. "Entramos sem proposta, tentando identificar o que a população queria fazer e como fazer esse trabalho com ela" (Agente do Rondon - universitário).

Observamos entre os agentes e os comunitários uma relação de parceria. Ambos têm algo com que contribuir, sem autoritarismo, sem paternalismo, tomando como ponto de partida para as discussões, a prática social da comunidade.

"Buscamos num primeiro momento identificar a problemática vivida pela comunidade. Em seguida, procedemos ao questionamento dessa problemática, tentando compreender os fatores políticos, sociais, econômicos e ideológicos que a geraram. Na medida em que a análise ia se aprofundando e sobretudo, no momento da ação, verificávamos que aqueles problemas, que pareciam fundamentais, nem sempre eram os mais urgentes na ordem das necessidades concretas. E isso era percebido no comportamento inicial do grupo, que ante a ação em torno da solução dos problemas, se tornava passivo ou omissivo. Esse fato nos levou a repensar a questão, pois tínhamos como princípio, que a passividade e a omissão revelava a insatisfação da comunidade ante o encaminhamento, que não lhe despertava tanto interesse ou então era uma resistência pautada na desconfiança." (Agente do Rondon - Coordenadora do Programa).

"Vocês é do governo. O governo nunca chegou aqui pra ajudá. Sô vem pra expulsar nós. Agora vocês chega e diz que quê ajudá agente a defendê nossos direito". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Os depoimentos atrás, evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos agentes, no início do trabalho. De um lado, pesava o desconhecimento que o agente tinha a respeito do povo. Do outro, a desconfiança da comunidade em relação aos agentes rondonistas e sua proposta.

Percebe-se na fala do agente uma atenção especial volta para recuperar a história da comunidade, buscando clare ar as contradições e criar espaços para que os comunitários possam se expressar.

Com tal procedimento, "tentamos aprender, e sentir a problemática do grupo para podermos acompanhar o processo" (Agente rondonista - universitário).

A atitude inicial dos comunitários reforça nossa idéia a respeito da reação dos dominados ante as propostas do dominador. Há uma aparente aceitação do agente, de sua proposta. Contudo, a desconfiança que se manifesta no depoimento do morador, é real e expressa a imagem que o povo tem do poder repressor, revelando os antagonismos de classe, que se manifestam nos interesses conflitantes.

Um outro ponto a considerar se refere à questão da aparência. Nota-se pelos depoimentos e pelas nossas observações, que é difícil descobrir o que realmente interessa. A carga ideológica que perpassa o saber do agente (e também do povo) contribui para falsear a visão do real, conduzindo ine vitavelmente a opções pelo aparente que é de fácil detecta ção mas que esconde o essencial. Avançar no processo, exige, portanto, todo um esforço no sentido de descobrir o que está oculto na realidade. Só então é possível se enxergar "o que interessa". Na nossa compreensão, quanto melhor se entende e se consente no confronto dos conhecimentos a nível da práti ca comunitária, tanto mais se reduzem as distâncias que sepa ram os agentes, da realidade concreta.

2.1. O QUE SE ESTÁ APRENDENDO

Tomando por base a visão da Educação como um processo permanente de conhecimento, que objetiva produzir um saber instrumento de afirmação dos interesses da classe popular e partindo do pressuposto de que os indivíduos ganham força coletiva na medida em que começam a compreender que são parte integrante de um todo social e que pertencem a uma classe social determinada, a quem compete definir e construir os rumos da História, buscamos identificar o tipo de saber que está sendo produzido, na prática em estudo. A quem serve este saber? Que valores estariam confirmando e/ou negando?

Na entrevista com um grupo representante dos moradores, levantamos a questão: o que se está aprendendo com este trabalho?

Os depoimentos que obtivemos como resposta a estas e às demais questões, passam a constituir a matéria-prima de nossa análise.

Vejmos a seguir alguns depoimentos relativos à questão acima referida:

"Eu não sabia que sabia. Com as discussões, descobri que eu sabia; agora o que não fazia era praticar o meu saber. Mais hoje a gente tá lá bem mais desarmado". (Arimatéia - Vice-Presidente da Associação).

"Quando eu comecei a participar tinha pouca gente. Um ou dois. Na primeira reunião, pedi para eu dizer alguma coisa, mais eu não disse. - Não vou dizer nada não, que eu não sei falar. Mais aí eu vim na próxima reunião. Mais aí eu fiquei com aquilo na cabeça. O que eu aprendi? Pouquinha coisa. Aí eu fiquei pensando: mais eu aprendi isso. Se eu não voltar, vou esquecer. Aí eu vou outra vez que é pra mim aprender o resto da palavra. Disso aí foi que eu vim saber que eu

podia participã do trabaio porque era uma coisa que eu tava aprendendo. Até eu coloquei muito isso na reunião: - Pessoal, õia, essa reunião é a modò duma escola. A pessoa entra, não sabe nada e lã aprende muita coisa." (Antoniel - Tesoureiro da Associação).

"A gente aprendeu foi tudo. Aprendi que já sei lê, mais não sabia. Aprendi a escrevê o relatório. No começo eu achava difícil, não sabia como fazê. Aí comecei a prestã atenção no que os outro dizia. Andava, ia pra casa, ficava pensando naquilo, aí escrevia o relatório. Levava pra reunião. Lã eu ia lê pros outro. Agora já sei como é. Fui sabendo. Descobri que sabia lê mais não sabia o que era que fizesse com isso". (Luziene - Vice-Secretãria da Associação).

"Eu já aprendi muita coisa. Quando eu comecei os menino dissero: - Ói, pessoal, tã bom da gente fazê uma cartilha sobre o que se passa aqui. Eu fiquei bem por acolã. Eu não sabia fazê. Eu fui pra casa, fiquei pensando. Mais isso é uma besteira, nê? Eu vou fazê uma cartilha. Não é possível que eu não saiba escrevê da minha cabeça. O que é que eu sinto, o que é que tã passando no bairro, o que é que nãs tamos atrás de querer pro bairro. Aí comecei escrevê. Passei umas 3 a 4 noite, com lamparina. Fiz um pedacim. Teve mais alguêm que fez mais um pedacim. E assim fizemo uma cartilha aquí pro São Miguel. Eu não sabia. Quando me perguntaro eu disse que não sabia, mas já que eu fiz é porque eu sabia nê? Aprendi alguma coisa." (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

"Se não fosse esse trabaio eu talvez não sabia nem falã, nem tava falando aqui. Hoje eu sou muito faladô, mas quando começou, que eu comecei a participar, eu era calado mermo. Porque eu não sabia". (Seu Leonardo - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

Nos depoimentos acima, percebe-se que houve um aprendizado. O grupo adquiriu várias formas de saber. Desde um saber mais formalizado que se expressa na descoberta de que sabia ler e escrever, até o saber que lhe permite fazer uma lei

tura crítica da sua realidade. A frase "sabia lê mais num sa bia era o que fizesse com isso", revela o distanciamento de um saber dissociado da vida.

A percepção revelada no depoimento faz lembrar Paulo Freire, quando se refere à concepção que o homem faz de si mesmo, quando se percebe como pobre, ignorante. Ao mesmo tempo em que revela um tipo de prática educativa, em que o saber vai sendo elaborado de dentro para fora. O indivíduo vai lentamente percebendo que sabe. Percebe-se nos depoimentos, que esta descoberta se dá dentro de um processo. O grupo se vê diante de um desafio. Tenta reagir a ele, se esconder atrás da pseudo-ignorância. Mas o processo lhe faz pensar, refletir "... eu fiquei com aquilo na cabeça...". "Agora já sei co mo é ... fui sabendo". A dinâmica do processo demonstra que o saber não é produzido de imediato, mas se constrói lentamente.

Identificamos também que o grupo, antes imbuído de va lores (herdados da sociedade classista) que se opõem aos seus próprios interesses, começa a se apropriar de um saber que se vai construindo. Saber este que se expressa através da comunicação, do modo como a comunidade explicita sua compreensão da realidade; como cria e recria estratégias de barganha e reivindicação junto às Instituições. Um saber que se alimenta e ao mesmo tempo, vai ser alimentado na prática política, palco onde o povo encontra, exercita e manifesta suas formas de luta.

2.2. COMO SE ESTÁ APRENDENDO

A construção deste saber se dá através de encontros onde os comunitários se reúnem para refletir sobre seus problemas, tendo como ponto de partida sua prática social.

"Aqui no São Miguel nós tamo se reunindo com todos os companheiro nas segunda e quartas-feira. Todo mundo leva aquele problema que tá mais agravando. A gente conversa sobre ele, debate. Procura entendê porque ele existe e o que se pode fazê pra mudã. Aí a gente chega a uma conclusão. Tira uma comissão, organiza e vai na autoridade competente reivindicã nossos direito. Há tempo que nós luta pensando em chegã lá" (Graça - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

O depoimento acima mostra claramente que a metodologia de trabalho privilegia a identificação dos problemas como ponto de partida e utiliza a análise reflexiva e crítica dos mesmos como técnica para buscar os modos de superação destes problemas. Mostra também que a população está adquirindo um certo grau de amadurecimento político, o qual se manifesta nas lutas e nas reivindicações que se encaminham para torná-la capaz de construir sua própria história.

O modo porém como está colocada a questão, parece indicar que o saber do grupo aflora, espontaneamente, da sabedoria popular, sem intervenção externa. Esta impressão se desfaz ante a fala do comunitário, que diz:

"Antes do Rondon entrã aqui no nosso meio, não tinha reunião assim pra discutí. Quando a gente tinha um problema da gente, a gente conversava com o vizim mais não sabia nem qual era a manera de arresolvê. Aí quando a gente começou a se reuní em reunião, acompanhã mermo. Aí a gente foi descobriñdo qual era a manera da gente lutã". (D. Suzete - Secretária da Associação).

"Antes do pessoal do Rondon chegã aqui, nós vivia desacreditado, mais em tudo que a gente, junto com eles conversando com a gente, discutindo, informando o que nós deve fazê, por onde que a gente vai esses caminho a gente tem continuado nossa luta através dele". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Conforme pode se observar nos depoimentos acima, a idéia que privilegia a sabedoria popular como única capaz de poder interpretar a realidade do povo, "fontes inesgotáveis de ensinamentos e inspiração"⁶ e cede espaço para o projeto de parceria, na medida em que admite a importância do intelectual como mediador do processo de organização popular.

O que a nossa referência teórica e prática nos tem demonstrado é que o povo detém de fato um saber, formado pelo senso comum, que carece ser recriado e que para tanto, necessita da intervenção do intelectual, cujo saber mais elaborado, confrontado com o saber popular, numa relação de complementaridade, vai permitir "que o grupo ultrapasse o estágio do conhecimento fragmentado para atingir os níveis de consciência crítica sobre a realidade".⁷

Observamos durante a pesquisa, que o grupo não dispõe e não utiliza nenhum tipo de material de apoio. Toma como matéria prima para as discussões, a realidade, o saber da comunidade, os problemas presentes na consciência da comunidade, de acordo com a percepção dos seus moradores. "Tudo vai se construindo aos poucos, junto com o grupo que, na medida em que vai se apropriando do conhecimento universal, vai também elaborando os instrumentos para intervir na realidade" - (Agente do Rondon - Técnico).

"A gente descobre as coisas através das reuniões, dos encontros. Aí vai surgindo vários assuntos, várias opiniões e a gente vai chegando às conclusões. Depois a gente organiza uma tarefa pra resolver o problema. Depois se reúne de novo pra analisar o que deu certo o que não deu e aí a gente começa de novo o trabalho". (Alzira - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

⁶BERLINCK, Manuel Tostck. CPC. Une Papyrus, 1984.

⁷DAMASCENO, Maria Nobre. Prática Educativa e Consciência do Camponato: Uma contribuição ao Estudo da Educação Popular realizada nas Comunidades de Base. Porto Alegre, 1984. (Tese de Doutorado, versão preliminar).

Estamos diante de um processo educativo, onde o grupo, ajudado pelos agentes rondonistas, vai organizando situações de aprendizagem.

"Eu aprendi muitas coisa. Só em se reuni que ninguém sabia. Não sabia nem como convocã as pessoa. Aprendi fazê tantas caminhada , Por tantos órgão que eu nem sabia onde ficava. A Prefeitura eu não conhecia. Eu passei em frente muitas vez mais não sabia que ali era Prefeitura. Não sabia nem que prédio era aquele. Já é um conhecimento que pra mim foi esse trabalho". (Antoniél - Tesoureiro da Associação).

"Aprendi a me reuni com as pessoa. Aprendi também onde tã as autoridade que antes eu nem imaginava. Aprendi a lutã pelos nosso direito. Aprendi muita coisa. Aprendi que a gente tem importância. A gente vive, trabalha e tudo isso depois que o Rondon chegou aqui". (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

Segundo pode-se deduzir, a prática adotada pelo Rondon tem contribuído, inegavelmente, com a comunidade, no que se refere ao resgate de sua identidade cultural. No contato permanente com o grupo comunitário, os agentes rondonistas tentam identificar os problemas que devem ser estudados e resolvidos. Nesse contato, buscam também "compreender e realizar a reforma intelectual e moral que leva a massa a ascender ao *status* de intelectual".⁸

Observamos uma preocupação muito acentuada por parte da comunidade em tentar demonstrar que seus membros tinham aprendido "muita coisa com os menino do Rondon"; mas sobretudo tinham aprendido a tomar decisões e se fazer levar em consideração.

⁸ MACCHIOCCHI, Maria Antonieta. A Favor de Gramsci. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 199.

"Nós organiza as atividade com a orientação dos menino do Rondon, mais quando o Rondon dá uma sugestão, se vai discutí primeiro, aí é que a gente vai tomá uma atitude daquela sugestão. A gente vai discutí e aí vai tirá uma parte que seja proveitosa". - (Luziene - Vice-Secretária da Associação)

Percebe-se no depoimento acima, que a comunidade não recebe passivamente o que lhe é transmitido pelos agentes. Esta constatação demonstra a fragilidade da concepção a-histórica do processo de conhecimento, que defende o saber acadêmico como único, verdadeiro e, como tal, deve ser ensinado ao povo, que aceita comodamente sem nenhuma reação, ao tempo em que confirma a idéia de que o povo não aceita sem reagir à imposição do dominante.

Fundamentalmente, a reunião se constitui o instrumento básico onde se dá o saber.

"Nós tamo procurando entendê que temo que lutã pelos direito da gente. E nós faz isso se reunindo, debatendo, discutindo pra vê como nós pode decidi". (Seu Raimundo Gallego - Morador).

Compreende-se assim que, embora se considere a reunião como fundamental para o processo de conhecimento, são o debate e a discussão, os elementos centrais da prática pedagógica, conforme nos revela o que segue:

"As idéia surge das pessoa da comunidade. Aí cada um vai discutindo, cada um vai dando sua opinião até a gente chegã a uma conclusão. As idéia são tirada dos poblema com a ajuda do Rondon até hã de se achã a manêra de arresolvê. Aí vai à luta". (Zé Antonio - Membro do Conselho Fiscal da Associação)

O ponto de vista dos pesquisados, conduz à conclusão de que o processo de discussão está gerando novos conceitos

críticos por parte dos comunitários, graças à contribuição dos agentes externos organicamente engajados no processo de discussão.

Nota-se também que a reflexão não se restringe à identificação de problemas e busca das possíveis causas geradoras. Ela se encaminha para a ação, "aí se vai à luta". É a ação que o conhecimento produzido vai se expressar mais concretamente.

O aprendizado se faz também quando o grupo se vê diante de um fato que ameaça a sua segurança.

"Nós descobrimo o problema da moradia assim: a gente tava morando aqui quase achando que tava despreocupado. Aí chegou uma intimação pra gente desocupar a terra. Aí a gente se reuniu pra achar uma maneira de não se expulsar". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

"Aí nós se reuniu debaixo das mangueira pra discutir. Muita gente que tava prejudicado. Lá dissero que se nós pegasse uma vara só, quebrava. Mais se nós reunisse muitas vara aí não quebrava. Lá no meu pensamento tava querendo dizer que nós se reunisse todo mundo, numa comunidade não ia ser fácil acabar com nós. Aí nós se reuniu, lutou. Nós foi no prefeito, no jornal, na televisão e tomamos aqui". (Dona Conceição - Moradora).

"Aí, se antigamente tivesse problema de moradia aqui a gente ia embora caladim. Nunca que eu tinha essa vocação de ir lá no Prefeito, no jornal, na televisão, nada. Hoje em dia, eu já posso formar uma comissão, reunir muita gente. Eu tenho opinião pra dar, pra discutir." (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

"Nesse problema de moradia a gente descobriu e tá provado que o pobre não tem dinheiro pra gastar contra a Justiça, com advogado .

Mais a gente descobriu que tem uma Comissão dos Direitos Humanos (CDDH) que tem advogado que assume a luta em favor dos pobres, que procura beneficiar e apoiar a luta da gente". (D. Suzete - Secretária da Associação)

Segundo depoimento dos agentes rondonistas, esta questão da moradia, que envolve o problema da reforma urbana, ti nha sido discutida muitas vezes:

"Nós tentamos organizar com a comunidade um estudo e um levantamento para verificar a real situação da moradia e encontrar formas de lutar por isso. Mas o povo nunca se interessou. Quando veio a ameaça, nós nos surpreendemos com a força do grupo e o modo como reagiu. A partir daí, todo mundo queria estudar e se preparar para garantir sua moradia. Foi até feita uma cartilha em dois volumes que recebeu o nome de 'Terra - Homem e Lei'" (Agente rondonista - universitário)

Os depoimentos dos comunitários, principalmente os que seguem, nos conduzem à percepção de que estes se referem ao saber como uma descoberta nova, surgida como consequência do trabalho realizado pelo Projeto Rondon.

"Antigamente eu não entendia nada. Imagine que eu não entendia nem o que era Sociedade. Eu imaginava assim: eu era pobre e não podia fazer parte da Sociedade que so era coisa de rico. Agora eu sei que Sociedade é todo mundo que tã envolvido e nós pobres pertencemos a essa Sociedade e ainda é nós que trabalhamos pra sustentar essa sociedade." (Nacy - Moradora).

"Antes nós era muito ocupado, não conversava, não se tratava nada. Era uma coisa assim que a gente tinha os direitos mas não sabia. E depois que a gente descobriu por meio da reunião, nós já temos muita informação como a maneira da gente procurar nossos direitos. Acho que descobrimos muita coisa com o pessoal do Rondon." (Dona Marfisa - Moradora).

"Nós descobrimo que a gente é capaz aprendendo alguma coisa com o pessoal do Rondon nas reunião, descobrindo informação e aprendendo." (Alzira - Membro do Conselho Fiscal).

"Quando a gente começou logo tinha muita coisa que a gente ficava assim pateta, sem sabê o que fazê. Hoje não. Hoje a gente já sabe o poblema daqui e que os poblema são de nós. Nós é que deve resolvê". (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

Estes depoimentos confirmam a concepção gramsciana, que postula a relação entre intelectuais e massa como necessária para a formação de um "bloco intelectual moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa".⁹

"Eu acho nestas reunião um grande proveito por causa de nós ter quem esclareça a gente. Nós morava noutra bairro e o dono da terra veio de repente e botou a gente pra fora, porque a gente não tinha quem esclarecesse. Agora nós já pode contã. Nós já tem uma Associação que antes não tinha". - (Esmeraldina - Membro do Conselho Fiscal).

2.3. O SIGNIFICADO DA DESCOBERTA DO SABER PARA OS PARTICIPANTES

Um ponto que mereceu nossa atenção está referido ao sentimento dos comunitários ante a descoberta do saber:

"Eu me sinto tão feliz dum jeito que eu queria que todo mundo sentisse a mesma coisa.

⁹ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. 4a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, p. 20.

Óia, tudo quanto se passa aqui dentro desta comunidade, qu'eu faço parte, qu'eu participo eu me sinto feliz porque é uma coisa que nós conseguimos as custa da gente, no trabaio que a força foi da gente. Eu me sinto feliz porque aí tem uma coisa que muita gente pode pensar; eles tão participando, eles tão aprendendo mermo e aí começa acreditar também". (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

"Eu acreditei que sou capaz quando comecei participã das reunião". (Nacy - Moradora).

"Eu tô acreditando que na força da comunidade também tem a minha força". (Seu Leonardo - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

"Eu me sinto como alguém que tô ajudando aque la luta que a gente quẽ alcançã". (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

"Eu tô feliz porque aprendi coisas que não sabia. Sei que tô lutando por dias melhor. Nós tamo sentindo que somo importante. (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

O grupo enxerga com clareza os conflitos sociais e expressa nos depoimentos a visão que tem da sociedade injusta, opressora e desigual. Percebe-se que esta visão ainda é bastante limitada. A comunidade ainda não alcançou um nível de compreensão mais profundo que lhe permita elaborar um projeto político mais amplo vinculado à sociedade global.

"Eu vejo a sociedade desigual porque não é justa. Quem tem, quẽ mais e toma a oportunidade de quem não tem. Quem trabaia, menos tem. Sõ os rico acha que são importante, e não conhece que mora numa casa boa feita por nós pobre. Os rico até o comê é feito por nós pobre. As roupa são lavada e engomada por nós. Mais eles não iverem isso. Que rem crescer e a gente eles faz é negã os direito que a gente tem". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

"Sociedade é egoísta, capitalista, desigual onde uns vive lá em cima e outro lá embaixo. Os ricos tem boa vida, tem com que viver e os pobres só trabalham, nem todos, porque, muito nem tem emprego. Uns trabalham tanto e ganham tão pouco. Outros não trabalham nada e tem tudo. A sociedade que a gente tem é como uma mesa grande. Tem um grupim de pessoas sentado em cima, só mandando e ficando com tudo. Um grupo maior sentado em volta fazendo tudo que os de cima diz e fazendo força pra ficar em cima também. E em baixo, o grupão, todo povo trabalhado servindo de pé de mesa". (Arimatéia - Vice-Presidente da Associação).

Estes depoimentos ressaltam com mais evidência a percepção que registra a existência de 2 (dois) mundos. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres. De um lado, os ricos utilizando os pobres para trabalharem por eles e para eles. Do outro os pobres sem oportunidades, sem reconhecimento, só trabalhando sem ter nada, nem os direitos respeitados.

A expressão "... os pobres só trabalham. Nem todos porque muitos não tem emprego", revela a noção de trabalho vinculada ao emprego. Isso demonstra a fragilidade da consciência de classe, apesar das denúncias das desigualdades e dos privilégios dos ricos, pois a comunidade parece não ter se dado conta que o desemprego lhe exclui do setor produtivo, do mercado formal, mas não elimina sua condição, sua potencialidade de trabalhador. Sequer a livra do trabalho pesado, avulso sem as garantias das leis trabalhistas, que é obrigada a realizar para poder continuar viva.

Entretanto, quando se analisa com mais cuidado as manifestações da comunidade, percebe-se que os comunitários começam a acreditar na sua força histórica. A consciência de si como sujeito da História começa a despontar, indicando que o saber produzido na prática, favoreceu o desenvolvimento, a

da acanhado, da compreensão crítica da realidade social em que estão inseridos.

2.4. A RELAÇÃO DE TROCA DE SABERES ENTRE AGENTES E COMUNITÁRIOS

É notável a relação de troca que se manifesta entre agentes comunitários e agentes rondonistas. Esta troca propicia apropriação do conhecimento, que confere aos comunitários a auto-confiança e lhes assegura o poder de lutar pelos seus direitos. E aos rondonistas, o exercício da inteligência crítica que lhes assegura uma maior compreensão da realidade.

Os depoimentos expressam ainda que o processo de troca possibilita à comunidade o desenvolvimento de habilidades para registrar sua própria história através da produção de relatórios e cartilhas.

A força histórica da comunidade, a auto-confiança gerada no processo de conhecimento, se expressa nas respostas dadas à questão: o que aconteceria se o Rondon saísse agora da área?

"Se o Rondon saísse daqui agora ia fazê falta porque a gente não ia tê mais um gravado desse pra nós tã conversando. Mais eu acho que por a minha experiência que eu já tenho e pela dos vários companheiro que tã lutando dia a dia com a gente, a gente já pode tangê esse trabaio sem o Rondon". (Antoniél - Tesoureiro da Associação)

"Esse trabaio com o Rondon é uma coisa que a gente tã aprendendo a andã com os pês da gente. Eu acho que se o pessoal sai a gen-

te não vai caí. Será que esse pessoal do Rondon é uma muleta? E será que nós ainda precisa de muleta?" (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

"O Rondon contribui com nossa organização, naqueles problema que a gente tinhamas não tinha solução como saí. Então eles colocava e procurava esclarecê que tinha aquelas saída pra gente. Eles abriro o caminho para que a gente pudesse reconhecer que tinha aquela saída. Então a gente podia discutir e chegã a tê uma determinação. Agora se o Rondon fô embora nós continua". (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

"Não teve aqui nem um Rondon que saísse aqui nesse São Miguel com papel na mão, pequeno que fosse, pegando nome do pessoal, qualquer coisa. Nas reunião eles nunca fizeram uma coisa que não seja nós que decide. E foi isso que ajudou a gente crescê. Agora se ele fô embora nós fica com saudade mais o trabalho não morre" (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Na opinião do agente rondonista, "se nós fôssemos retirados da área agora, temporariamente poderia ocorrer uma certa inquietação quanto à certeza de encaminhamento correto acertado. Mas isso logo se desfaz à medida que eles se percebem capazes, tão ou mais que nós próprios" (Agente rondonista - universitário).

"Acredito que mesmo com este pequeno nível de organização, eles continuariam o trabalho. E isso eu acho que se deve ao processo de autonomia que se procura dar à comunidade" (Agente rondonista - técnico).

Sobre a forma de participação dos rondonistas, registamos os seguintes depoimentos:

"A participação do Rondon é escutã o que a gente tem pra dizê, discutir, esclarecê, dá

mais informação e ajudã a organizaçãõ"(Seu Manuel - Presidente da Associação).

"No meu pensã o Rondon participa sô apoiando porque quem decide e travaia é a gente mermo". (Nacy - Moradora)

"O pessoal do Rondon discute os poblema,mas passa pra gente decidí e lutã. Eles coloca uma opiniã e a gente toma conta. Eles ajuda, mais de qualquer manera a autoridade é a comunidade. Eles vem trabaiando com a gente, ajuda nas descoberta, mais se eles colocã uma coisa e a comunidade não aceitã , não é feito nada" (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

Com relação ao processo de troca, os comunitários fizeram os seguintes comentários:

"No meu modo de pensã, trocã é dã e recebê. Aqui no traiaio a gente troca idêia. A gente tem um poblema da gente, leva pra reunião. Aí os rondonista questiona e faz a gente ir conhecendo cada vez mais os poblema. Nós dã idêia, os rondon dão outra. Todo mundo tem sugestão pra dã. Aí a gente troca". (Dona Maria Ferreira - Membro do Conselho Fiscal).

"Nas reunião vem o pessoal do Rondon, traz suas idêia, coloca na reunião. Aí uma pessoa diz uma coisa. Outra vem diz outra. Aí fica trocando idêia e aprendendo". (Zé Antonio - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

VI - A DIMENSÃO POLÍTICA DA PRÁTICA EDUCATIVA

A análise da dimensão pedagógica da prática em estudo, realizada no item anterior, nos conduziu à constatação de que o saber se alimenta e vai alimentar a prática política do grupo popular. Essa conclusão nos leva a supor uma estreita ligação entre o saber e o poder.

Fundamentamos nossa suposição no pressuposto de que o saber se cria e se recria no confronto do homem com os outros homens; do homem com o meio social em que está inserido e do homem com a natureza. Através desse confronto, no enfrentamento de saberes diferentes, centrados "nas relações de produção e de troca", se descobre "que a sociedade dos homens está dividida em duas classes"¹, polarizadas por interesses divergentes. A classe dos dominantes e a classe dos dominados.

Esta descoberta leva as camadas populares a perceberem sua condição de dominadas, e tal percepção gera a necessidade de organização e de luta, o que lhes confere poder na perspectiva de sua classe.

A História tem mostrado que o resgate do Saber, como instrumento de poder das camadas populares, não se dá internamente de forma natural e espontânea. A relação intelectual-povo, parece indispensável para o desencadeamento de uma prática educativa, voltada para a construção de um novo saber transformador, capaz de desenvolver a unidade e a consciência de classe.

¹ GRAMSCI, Antonio. Nosso Marx. In: CAHSÍN, J. Marxismo Hoje. São Paulo, Ensaio, 1987, p. 111.

Não comungamos da idéia que privilegia o saber popular como saber autêntico, capaz, por si só, de promover mudanças no interesse das camadas populares.

Preconizamos a construção de um saber novo, como resultante do confronto de saberes diferenciados - o saber do povo e o saber do intelectual - que se enfrentam de forma polêmica e crítica, para gerar uma síntese capaz de reforçar o poder e a história de luta dos dominados. Acreditamos que o resgate do saber sistematizado pode favorecer o avanço político das camadas subalternas.

Historicamente o saber universal foi apropriado pela classe dominante que o utiliza como instrumento do poder. Faz-se necessário um trabalho que ajude o povo a ter acesso a esse saber na perspectiva de um projeto político de transformação da sociedade.

A questão que se coloca é como é possível proceder a essa reapropriação? Tomando de empréstimo a máxima marxista - "Proletários do mundo inteiro uni-vos" - cremos poder dizer: trabalhadores do mundo inteiro, assalariados e não assalariados, intelectuais e povo, uni-vos, pois, nesta união, repousa a possibilidade de se romper com a subordinação cultural e se realizar a reforma intelectual-moral que leva o povo a se reconciliar com sua cultura e ascender ao *status* de intelectual.²

A questão vista por este prisma, nos indica a necessidade da vinculação entre trabalhadores da superestrutura³ e o povo, ou seja, a vinculação entre intelectual e o trabalhador.

² A esse respeito, ver MACCHIOCCHI, Antonietta Maria. A Favor de Gramsci. Op. cit., p. 199.

³ Segundo Gramsci, os funcionários da superestrutura compõem a segunda categoria dos chamados intelectuais. V. em MACCHIOCCHI, op. cit. p. 196.

Se de um lado, o intelectual é "o criado do grupo do minante" - cujo principal papel consiste em assegurar o con- senso ideológico da massa em torno deste grupo⁴, por outro la- do, é ele o detentor do saber universal, elaborado, sistema- tizado. Por conseguinte, consideramos possível e desejável que estes intelectuais, assumindo sua condição de classe assalariada, se vinculem, organicamente, às camadas populares, e, juntos, numa relação de parceria, se constituam uma força na luta "por uma nova hegemonia".

Evidentemente, não concordamos com aqueles que postu- lam a idéia de que é impossível se poder transformar o peque- no burguês em intelectual orgânico popular, alegando as con- tradições próprias de sua condição de classe. Preferimos acre- ditar na possibilidade de modificação desse intelectual, em vir a comprometer-se politicamente com as forças populares.

Temos ainda a considerar que a história da classe po- pular não nasce espontaneamente da posição que ela ocupa no sistema de produção, mas das lutas que se realizam entre as classes enquanto polos antagônicos.

1. A QUESTÃO DO PODER

Essas considerações nos levam a postular a Educação Popular como um ato precipuamente político, onde a questão do poder não pode ser esquecida. Em sendo um ato político, não comporta a neutralidade. Desse modo, uma prática educativa estará sempre gerando e reforçando formas de poder, seja no

⁴MACCHIOCCHI, op. cit. p. 188.

interesse da classe dominante, seja no interesse da classe dominada.

A prática objeto de nosso estudo, como já vimos, é agenciada pelo Projeto Rondon. Uma instituição que participa da composição do poder, sendo, portanto, um instrumento do Estado a serviço da dominação.

Uma instituição fruto do autoritarismo que se instalou no país a partir de 1964 e que colocou na marginalidade os movimentos populares.

A Coordenação do Projeto Rondon no Ceará é uma unidade executiva, diretamente subordinada a um núcleo central, localizado em Brasília, de onde emanam as diretrizes e recursos financeiros necessários à sua sustentação. O Núcleo Central, por sua vez, está ligado ao Ministério do Interior, de quem depende política, administrativa e financeiramente.

A Coordenação Estadual do Ceará conta com uma equipe de técnicos que, auxiliados por estudantes (bolsistas) e dirigida por um Coordenador Estadual, assume, diretamente, a responsabilidade pela operacionalização dos programas (Operações Especiais, Áreas Prioritárias - Apoio às IES e Ação Comunitária).

É através do Programa de Ação Comunitária que o Projeto Rondon realiza, na comunidade do Parque São Miguel, a prática que constitui o objeto de nosso estudo.

Buscamos, portanto, nesta análise, verificar que tipo de poder está sendo produzido pela referida prática e em favor de quem está sendo produzido.

Iniciamos nossa análise tomando como referência, a questão do poder entre agentes externos (rondonistas) e agentes comunitários, para posteriormente, verificarmos a referida questão, na perspectiva da organização comunitária.

Como primeiro ponto, buscamos, através de observações, conversas, visitas domiciliares, estudos de documentos e entrevistas, identificar com quem estava o controle do processo educativo em realização e de que forma se dava a apropriação do saber pelo grupo.

Constatamos que os agentes rondonistas tinham uma posição firmada com relação à sua postura ante a comunidade, que, a nosso juízo, se contrapõe às tendências verticalistas comuns nas intervenções via Estado. Percebe-se que estes procuram assumir um papel de animador e de organizador, interagindo ativamente com a comunidade. Não chegaram na comunidade com uma proposta acabada para pronta aplicação, mas com a intenção de construir juntos, participando do saber do povo para elaborar com este uma clara consciência de si e de seu papel na sociedade.

"Nós chegamos na comunidade sem uma proposta pronta, mas com a consciência de que era possível mudar, se juntos com a comunidade e a partir dela, do seu saber, procurássemos avançar no desvelamento da realidade para depois encontrar formas de superá-la. Nós queríamos construir juntos e não impor um saber pronto". (Agente rondonistas - Técnico).

Percebe-se no depoimento acima, que o agente rondonista acredita nas possibilidades de produzir com os comunitários um conhecimento, no interesse destes. É de fato, uma atitude anti-convencional, que demonstra a esperança no avanço dos comunitários e parece abrir o espaço para que estes possam se expressar.

"No início, foi difícil. A comunidade muito desconfiada e nós morrendo de medo de não conseguir chegar onde queríamos. Às vezes, a gente pensava em largar tudo, porque não ia dar certo; às vezes a gente ficava com pena de ver tanto sofrimento e queria ir embora e voltar com a sacola cheia de coisas. Às vezes a gente pensava: se tivesse ao menos um curso pra dar. Mas a orientação era construir juntos e isso nós tínhamos que aprender ali. Com eles". (Agente rondonista - universitário).

Considerando a realidade social em que vive o universitário, é fácil compreender a sua insegurança. Toda sua herança social e cultural se assenta nas relações fundadas no autoritarismo, onde quem sabe, assume a autoridade de ensinar. Exerce o poder sobre os que não sabem, cuja única função é aprender e obedecer. É normal, portanto, que, como consequência histórica, sinta a necessidade de ter propostas e respostas prontas, para sentir segurança diante dos outros. Quanto mais, quando não se conhece muito desses "outros". E ainda mais quando se aprendeu que só sabe quem vai à escola, logo aqueles "outros" expurgados da escola, nada tinham com que contribuir.

De qualquer modo, o agente rondonista parece reagir à insegurança, à tentação de reproduzir verticalmente as relações de poder, assumindo a postura de parceria em oposição à velha postura de superioridade, cujo efeito descaracteriza a prevalência do saber acadêmico sobre o saber popular.

"No começo nós não entendia direito o que eles queria. Nós até pensava que eles não sabia era de nada. Nós nunca tinha visto dotô que não sabe de tudo. Só depois é que nós começou descobrir que eles queria era que a gente aprendesse a falã das nossa coisa. Dizê o que nós sofria, o que nós queria." (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

É transparente a desconfiança inicial dos comunitários em relação aos agentes externos. Uma forma de desconfiança é o mutismo que, no fundo, pode estar escondendo um sentimento de recalcada hostilidade ao dominador. O agente do Rondon, querendo ou não, até que prove o contrário, continua sendo para o povo a imagem do "rico". "Rico nunca faz nada pra pobre de graça". Se por um lado sentiam uma espécie de orgulho por estarem sentados ao lado de "doutrores" que lhes davam atenção, por outro, lá no íntimo, não confiavam nas intenções destes. Compareciam às reuniões mas se mantinham calados, com a desculpa de que "nós não sabe falã".

O fato de tentarem levar os comunitários a falarem já é um indício de que os agentes pretendiam aderir ao seu programa e tornarem-se parte integrante dele, dando-lhes a oportunidade de se manifestarem, estimulando a consciência reflexiva e buscando estabelecer uma unidade entre eles.

Segundo a Coordenadora do Programa, essa postura não surgiu espontaneamente:

"Foram necessários quatro meses de reflexão onde tentamos rever a nossa própria história, nossa concepção de mundo, nossa condição social. Durante essa reflexão, procuramos compreender os modos de vida dos comunitários, inclusive fazendo visitas *in loco*. Aprofundamos nossos estudos sobre a questão do saber e concluímos por uma abordagem que privilegia a produção conjunta do conhecimento a partir do grupo, tomando como princípio que o saber científico não está aí para ser transmitido como uma verdade absoluta, acabada, mas para ser confrontado, trocado, polemizado juntamente com o saber popular, para que possa se chegar a uma síntese 'superadora das velhas formas de pensamento'"

Uma indagação que tínhamos desde o início, diz respeito à intervenção do Rondon na comunidade. De modo geral, quando uma instituição decide intervir numa determinada área, faz mediante um projeto pré-definido, com recursos e prazos a serem cumpridos. Ora, a intervenção do Projeto Rondon no Parque São Miguel, pelo que ficou demonstrado, é uma negação dessa prática.

Sabemos que um trabalho, cuja proposta é desencadear um processo educativo a partir das bases, é lento. Requer tempo e seus resultados não aparecem facilmente.

As instituições cobram relatórios quantitativos. São os números justificam seus investimentos. Como foi possível tal mudança no Projeto Rondon?

Segundo pode-se apurar, os agentes do Rondon encontraram seu espaço em um ponto que, para a maioria dos agentes, "comprometidos e bem intencionados", constitui o maior dos entraves: a falta de uma definição precisa do que se queria com o Programa de Ação Comunitária e a falta de recursos para projetos de assistência, prestação de serviço ou apoio.

"O Projeto Rondon lançou o Programa de Ação Comunitária como um projeto pedagógico, na perspectiva da participação voltado para a organização das populações carentes. Deseja que se atinja o maior número possível de favelas (100 só em Fortaleza). E que se mobilize um contingente significativo de universitários (o negócio era espalhar universitários por todas as favelas). Mas não explicitou o que fazer nas favelas e só dispunha de recursos para as bolsas dos estudantes. Ora, não tendo recursos, não tinha também nada para distribuir ou oferecer. Este fato nos deu a oportunidade para apresentar ao Núcleo Central a proposta que, aprovada, resultou neste Projeto". (Coordenadora do Projeto).

1.1. QUEM CONTROLA O PROCESSO EDUCATIVO: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

As considerações feitas até o momento, parecem indicar que há um esforço no sentido de que o controle do processo fique, de fato, a cargo do grupo popular:

"O pessoal do Rondon discute os problema, mas passa pra gente decidir e lutar. Eles colocam uma opinião e a gente toma conta. Eles ajuda na discussão, mas de qualquer maneira, a autoridade é da comunidade. Eles vem trabalhando com a gente, mais se eles colocam uma coisa e a comunidade não concordam, não é feito nada". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

O agente procura não exercer seu domínio sobre o grupo. Antes busca criar condições para que este expresse seu conhecimento; aprenda a tomar decisões e aprenda a assumir que tem o direito de usar seu saber no dizer e no fazer:

"Não queremos impor nada. Queremos ajudar o grupo a conquistar sua autonomia, para garantir a continuidade do trabalho na nossa ausência". (Agente rondonista - universitário).

Tudo isso pode até parecer muito ingênuo. Mas o fato é que se percebe que na medida em que o grupo vai se apropriando do saber, ganha força e passa a participar. Começa exercitando seu poder de decisão, influenciando nas diversas situações do processo.

Ante esse fenômeno, cai por terra a idéia de que o povo é passivo, omissivo, acomodado e preguiçoso. E que só se reúne se for para ganhar alguma coisa. Mas se tiver que realizar algum trabalho, desaparece.

Não se sustenta também a afirmativa de que o povo escuta e aceita, como verdade, o que é dito por quem vem de fora, principalmente, se estiver representando alguma instituição.

Nossas observações e os depoimentos registrados, nos credenciam a afirmar o contrário.

Constatamos que os agentes da prática em estudo, assumiram desde o início, uma postura de negação ao assistencialismo e ao paternalismo. Nada tinham a oferecer, a não ser a intenção e a disposição de se colocarem nos caminhos do povo e com ele estabelecer uma relação orgânica, que permitisse desenvolver a unidade e a consciência crítica na perspectiva de sua classe.

Em resposta, observamos a comunidade se unindo, se reunindo, debatendo, falando de coisas que são suas, aprendendo a refletir sobre sua própria realidade.

"Nós gosta das reunião. Aqui nós discute os problema que toca mermo bem nas 'ferida'da gente". (Dona Conceição - Moradora)

Creemos poder dizer que a idéia que privilegia a abordagem vinculada ao oferecimento de alguma coisa "concreta" ao povo carrega, no seu bojo, a ideologia dominante, que preten de gerar, nesse mesmo povo, uma atitude de gratidão ante os "favores recebidos" como forma de controle, objetivando o amortecimento das tensões sociais. Acrescenta-se a esse fato a insegurança natural do agente externo ante a possibilidade de ter que enfrentar o desconhecido.

Ambos - agentes externos e povo - carregam consigo, as conseqüências de sua história. A história da dominação. A

história, cujos atores estão divididos, de um lado, pelos que sabem, que têm, que podem. Do outro lado, pelos que aprendem, recebem e obedecem.

Nessa história, se veicula a idéia de que o saber pertence aos iluminados. Aqueles que tiveram acesso às escolas, às academias e delas não se evadiram. Nelas permaneceram até o fim porque eram "capazes".

A estes compete ensinar. Recheiar com os conteúdos do seu saber, as mentes vazias das massas marginalizadas do sistema educacional.

"Essas reuniões com o Rondon são diferentes. Nas outras reuniões que nós fomos era pra distribuir coisa. Ou era as reuniões das mães do menino da escola, era só pra dar cartão. Nessa aqui, nós gostamos mais, nós falamos, nós somos importantes". (Dona Mafisa - moradora).

Vê-se que, de modo geral, não se permite a explicitação do saber popular. Tudo nos leva ao entendimento que o povo sente essa situação. Percebe, embora não compreenda. E, para se defender, utiliza mecanismos de reação. Astuciosamente confirma a idéia do agente (de que nada sabe). No fundo, sabe o que os técnicos esperam dele e responde de acordo com a sua conveniência. Seja falando a mesma linguagem do técnico, seja se escondendo atrás da pseudo-ignorância - "não sei falar" - seja arranjando pretexto para não se envolver na execução das tarefas que lhe são impostas.

A expressão "Quem sabe é o doutor que estudou e aprendeu muita coisa, nós não sabemos nem falar", não parece indicar aceitação, muito menos parece um elogio ao agente. Antes, revela a denúncia, o protesto e a revolta pela discriminação e desigualdade que lhe são impostas pela sociedade.

"Eu não via saída pra nada. Foi em cima desse trabalho que eu comecei acreditar. Acreditei que a gente podia formar um trabalho bom e mudar as coisas. Na hora que eu participei das reuniões e comecei a discutir, foi que eu vim acordar. Acredita que aquilo ali pertence a mim e eu não tava dando fé daquilo. Hoje eu, quando vejo qualquer problema, eu sinto que ele pertence a nós e vou lutar pelo que é meu. Mais vejo também que aquilo não é só meu. Por isso só posso lutar com os outros". (Arimatéia - Vice-Presidente).

As colocações acima refletem o modo como se dá a apropriação do saber pelo grupo.

O depoimento expressa o entusiasmo do comunitário diante da descoberta. Uma descoberta que surge de dentro para fora.

É o homem aprendendo por si mesmo na relação com outros homens. Um aprendizado que faz aflorar a consciência de si e do outro e a necessidade de unidade "só posso lutar com os outros".

A descoberta do nós faz com que o grupo divulgue seu saber e busque aliados para uma luta que é de todos.

"Acredito que é importante que todo mundo participe. Acho importante fazer visita nas casas, ter diálogo com as pessoas. Explicar, deixar bem claro o sentido do nosso trabalho. Fazem as outras pessoas entenderem que a presença dela é importante. Acredito que chegar pra uma pessoa que nunca foi a uma reunião e só convidar - vai pra reunião - não significa nada. A pessoa só vai pra aquilo que entende, que interessa, que tem proveito. Por isso a gente chega, conversa bem claro, explica bem claro qual é o objetivo das reuniões." (Luziene - Vice-Secretária).

Assim procedendo, o trabalho vai sendo divulgado e cada vez mais pessoas começam a participar.

Percebe-se, na prática, um propósito firmado no sentido de socializar o saber e o poder de decisão. Rondonistas e comunitários partem do entendimento de que preparar alguém para se tornar o líder da comunidade pode reforçar a posição de mando de um indivíduo sobre os outros e ao mesmo tempo tirar dos outros a oportunidade de aprendizagem e conseqüentemente de engajamento numa luta coletiva.

Observamos a preocupação constante com o fortalecimento da força do grupo, através da unidade de todos, o que seria possível, segundo sua ótica, na medida que o saber fosse apropriado por todos os moradores.

"Nós faz reunião nas rua. Assim todas as pessoa participa. Na reunião todos tem oportunidade de falã. Muita gente diz: Eu não vô falã nada porque eu não sei falã. Tô escutando e aprendendo. Pra mim, essa pessoa já tá participando. Até pra dizê que não sabe falã, ela já começa falã. Só ela vim pras reunião, ela participa do modo dela". (Seu Manoel - Presidente da Associação).

"Eu não vô todas reunião porque às vez não posso. Mais sempre que posso, tô lá. Quando não tô lá, procuro sabê o que tá acontecendo". (Seu Francisco - Morador).

"Eu participo assim sempre. Aqui e acolá eu dô uma entradinha. Acho que não é boa não. Mais sempre é o que eu tenho pra dizê e os outro escuta". (Mafisa - Moradora)

Nota-se uma ponta de orgulho nas pessoas, quando se referem às reuniões, sobretudo no que diz respeito à participação. Sentem que são levadas em consideração - "os outro escuta". O que vem demonstrar a preocupação no sentido de evitar que o saber fique restrito a um pequeno grupo, o que sig

nificaria a reprodução, em miniatura, da estrutura do poder e conseqüentemente, o fortalecimento das relações de dominação. A idéia de unidade está claramente definida nos depoimentos dos moradores:

"Cada moradô representa na comunidade uma força. Já que é uma comunidade, cada moradô tem que fazê parte e ser uma força. A comunidade é todo mundo unido. Cada um é uma força. Na hora que vem um, se une com outro, cada vez aumenta um pauzim e cada pauzim desse aumenta a força da comunidade. Quanto mais gente mais a força fica maior. Quando um moradô começa a frequentar a reunião, ele contribui com a conversa dele. Aí é uma força que tá dando". (Zé Antonio — Membro do Conselho Fiscal).

Observamos que os agentes rondonistas não funcionam como intermediários nas ações da comunidade. Entendem que intermediar as ações esmaece a conquista da autonomia da comunidade e adia seu processo de auto-confiança. Entendem que o povo precisa perder o medo e aprender a enfrentar diretamente as situações com que se depara. Para tanto, é necessário que se assuma como pessoa, como trabalhador, como cidadão brasileiro. Se não fala bonito, não tem do que se envergonhar. Não é culpa sua não ter tido acesso à escola. Pode não saber dizer palavras difíceis, mas sabem, melhor que ninguém, falar dos problemas que são seus.

Nesse sentido, as discussões e ações funcionam como instrumento de aprendizagem da participação. Enfrentando a situação, o povo exercita sua capacidade de definir, propor e vai também estabelecendo as relações entre o viver e o pensar.

"No começo eu tinha na minha mente que o pessoal do Rondon era uma muleta pra mim. Eles

ia arranjã tudo pra mim. Mais depois eu descobrí que eu é quem dêva arranjã. Não. Agora cada um, nessa comunidade tá ciente que a gente é quem dêva andã com os pés da gente." (Arimatéia - Vice-Presidente da Associação).

A fala acima expressa a percepção do comunitário em relação a experiências anteriores, onde se evidenciava a "generosidade" dos agentes externos, que tende a impedir que o saber popular se expresse. Uma experiência reforçadora do *status quo*.

O depoimento evidencia também que houve uma mudança. Uma mudança que coloca o comunitário no centro dos acontecimentos, como agente e sujeito de sua história. E o comunitário parece estar gostando, o que vem desmistificar a tese de que "o povo não quer nada".

"Na reunião da gente, quando a gente abre o bocão e vai discutí uma coisa, ninguém vai discutí no ar, sem que ninguém tem uma pista. A gente não espera o Rondon conversá, não. A gente é quem conversa. Quando eu pego na palavra, vai até onde a gente sabe explicá. Isso é uma coisa que ajuda". (Antoniel - Tesoureiro da Associação).

2. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Podemos verificar, em nossa investigação, que a organização dessa comunidade, durante muito tempo, tinha por característica a união de seus moradores, que através de reuniões e juntamente com os agentes do Projeto Rondon, tentam formar uma força social para se apropriarem do conhecimento que permite a construção do poder popular. Sem embargo, a or

ganização dessa comunidade começou no momento em que seus mo radores começaram a se reunir para refletir sobre sua realidade. Não havia um dirigente determinado, nem uma formalização constituída. A partir do momento em que identificaram seus problemas e descobriram que podiam lutar pela superação destes, organizaram um programa de reuniões semanais com o objetivo de aprofundar as discussões, socializar o saber e or ganizar as ações.

"Toda vez que um de nós aprende uma coisa nova, a gente tem que ensinã mais cem". (Ari matéia - Vice-Presidente da Associação).

A inexistência de uma sede parece ter sido um dos fa tores que determinou a realização das reuniões nas ruas. Assim, a cada semana, se reuniam em uma rua diferente e no final, planejavam a reunião seguinte, definindo, inclusive, te mas e local.

"A gente muda de lugã pra fazê as reunião . Um dia é na minha casa, outro é noutra casa, noutra rua, outro dia debaixo das manguera, cada semana numa rua diferente". (Do na Suzete - Secretária da Associação).

Nas reuniões, é eleito pelos presentes um elemento pa ra coordenar os trabalhos e outro para registrar as discussões. Não há um tempo determinado para estas reuniões:

"Nós sô tem hora certa pra começã. Aí vai até a gente chegã a uma conclusão, ou até ficã cansado". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

As constatações acima reforçam nossa convicção de que a organização se dá na prática educativa.

"Agora eu entendo comunidade assim: um ponto de união, o conhecimento dos problema que a gente tem. Antes da gente conhecê a comunidade, acontecia da gente vivê assim, da pessoa chegã, amedrontã, fazê qualquê tipo de ameaça e a gente por fora daquilo. Ali a gente não tinha nem uma pequena idêia que a gente tinha com que a gente fosse lutã. Hoje como a gente já sabe o que é uma comunidade, qual são os problema da comunidade, é uma luta que a gente dêva resolvê. Quando alguém chega ameaçando a gente já trata de procurã os companheiro que participa da união. Aí em cima disso aí, a gente entende que comunidade é força que faz com que ninguém tema mais ninguém. Autoridade, seja ela qual fô e a gente nem fica de cabeça baixa, sô ouvindo e obedecendo. Primeiro a gente participa os companheiro tudim, toma providência e vai resolvê". (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

Vê-se que o processo de organização vai se fortalecendo, na medida em que o grupo adquire conhecimento e elabora instrumentos que aumentam seu poder de intervenção na realidade, o que lhes conferem coragem para reagir às ameaças que lhes são feitas. Por outro lado, a ênfase que se observa no depoimento acima, com relação ao tratamento das questões comunitárias e a própria maneira como expressam seu entendimento sobre o conceito comunidade, dá-nos a impressão de um certo focalismo que tende a não considerar as relações sociais da comunidade com a sociedade global na qual está inserida.

Esta tendência ao comunitarismo pode obscurecer o nível de compreensão da realidade concreta, enquanto totalidade, limitando a luta dos comunitários ao enfrentamento e busca de soluções para os problemas locais e imediatos.

— Não queremos, com este comentário, desconhecer a importância do comunitarismo enquanto ponto de partida de um processo de organização que visa o esforço coletivo na busca

da unidade comunitária em prol da defesa de seus direitos e superação de suas necessidades. Apenas desejamos alertar para o perigo que pode gerar caso seus membros, vindo a se contentar com as melhorias alcançadas, se isolem e não avancem na compreensão de um projeto político na perspectiva de sua classe.

"Nós tã lutando e acreditando. Não é só lutando não. É acreditando no trabaio. A prova é que quando a gente sai daqui e chega lá numa autoridade já vem tudo bonzim. Outro dia a gente discutiu lá na Prefeitura, e disse que não saía de lá sem ser atendido. Aí o Secretário falou pro Prefeito na nossa frente: Óia, com esses aí não tem saída não. Eles tã bem organizado. É melhor atender logo. Eles tã trazendo tudo escrito, tudo com levantamento." (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

Este depoimento evidencia o avanço da comunidade no que se refere ao processo de auto-confiança. A força com que se expressa o morador revela que a comunidade está acreditando em si, nos companheiros e principalmente na luta que estes estão empreendendo para garantir os seus direitos. Este ato de confiança associado a organização, "... trazendo tudo escrito, tudo com levantamento", parece contribuir para romper com o milenar hábito de subserviência passiva.

Comparando este com os depoimentos iniciais, "não sabia de nada", "não tinha idéia de reunir os outros", nem sabia onde ficava a Prefeitura, percebe-se que de fato houve uma aprendizagem, que provocou uma mudança significativa no comportamento e nas atitudes do grupo.

"O ponto ideal é a gente aprendê mais. Tê muito mais informação. Não adianta discutir uma coisa se a gente não entende. Não adianta a gente ir reivindicar uma coisa se a

gente não tá bem informado sobre as coisa. Eu sabendo vou seguro. A autoridade pode até negã mais eu sei que ela tem". (Antoni el - Tesoureiro da Associação).

O depoimento acima confirma nossa análise anterior e demonstra que a "descoberta" do saber está gerando, na comunidade, a necessidade de aprender mais. O ponto ideal é a gente aprendê mais. Tá muito mais informado".

Esta afirmativa se fundamenta, também, nas nossas observações, através das quais constatamos que os comunitários passam, às vezes, até 2 (dois) meses estudando, buscando informações, discutindo entre eles, antes de realizarem uma determinada ação ou mesmo uma reivindicação.

Observamos que o encaminhamento de uma dada ação, passa por um período de preparação que vai do conhecimento dos problemas, de interesse coletivo, que desejam ver esclarecidos e/ou resolvidos até a elaboração do projeto. Não encaminham uma reivindicação sem antes conhecerem o mais profundamente possível, as instituições e autoridades (quem são, o que fazem, que tipo de serviço prestam, recursos existentes etc) e antes de saberem com precisão o que e porque desejam reivindicar.

É um fato inegável que as reivindicações por bens de consumo, sobre as quais incide mais ou menos 90% das lutas comunitárias, podem resultar na reprodução dos privilégios reforçadores do *status quo*, de vez que o Estado usando o discurso da cidadania, atende a estas como uma concessão, um ato de generosidade.

Por outro lado, não se pode obscurecer a força dos movimentos reivindicatórios no processo de organização popular

por várias razões, das quais citaremos apenas duas: primeira, porque estes proporcionam o enfrentamento entre povo e poder constituído, o que, na pior das hipóteses, pode funcionar como elemento desmistificador dos conflitos de classe; segundo, porque a reivindicação colocada como instrumento de aprendizagem possibilita, à população, o exercício da participação, forjando, inclusive, a apropriação de novas informações, estratégias e habilidades necessárias para o seu avanço político.

"Quando a gente vai numa autoridade, primeiro a gente vai pra reunião e vai discutir, assim mais ou menos, uma maneira comê que a gente dêva se sair das coisas e sabê por onde é que a gente vai". (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

Constatamos que as reivindicações são sempre feitas por escrito. "Só falando não dá certo, não. Depois os home diz que não sabia de nada e nós fica de mentiroso". Elaboram projetos com o assessoramento dos agentes rondonistas. Se o projeto exige dados específicos, o próprio grupo faz o levantamento.

Além dos estudos específicos inerentes a cada problema e a situação, verificamos que um grupo se reúne todos os domingos para discutir informações mais gerais.

"Esse treinamento que nós tá fazendo nos domingo, a gente tá aprendendo muita coisa. Exatamente pra depois que o Rondon sai, a gente pudê continuá". (Arimatêia - Vice-Presidente).

Os membros da comunidade falam muito em "quando o Rondon sai". Isso confirma o compromisso dos agentes em contribuir para gerar a autonomia do grupo. Nesse sentido, percebe

-se que os agentes utilizam uma metodologia participativa , que permite ao grupo exercitar seu poder. Um poder fundado na troca e na afirmação dos seus direitos. Há todo um esforço para que o grupo participe efetivamente da formulação, orientação, programação e execução dos trabalhos. Cada atividade funciona como um instrumento de aprendizagem. O próprio grupo coordena as reuniões, elabora as pautas, determina os assuntos, toma decisões influenciando nas discussões e assumindo paulatinamente o controle do processo.

"Na comunidade é assim. Nós vamos discutir isso. Nós é que vamos contar o que vamos fazer e vamos escrever e marcar um dia pra se aprovar, ou se precisa modificar; ou se precisa fazer um abaixo assinado, ou um levantamento; ou sabe até onde nós vamos chegar. Isso é decisão da gente. Agora a decisão que a gente quer, a gente pede opinião. Nós já támo sabendo pra onde a gente vai. O pessoal do Rondon ajuda a gente discutir isso e organiza as ideias". (Antoniél - Tesoureiro da Associação).

2.1. AS LUTAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS: ÁGUA, ENERGIA, MORADIA, ESCOLA

As lutas empreendidas pela comunidade parecem surgir das necessidades mais imediatas. Resultantes inicialmente, da consciência do meio sensível. Mas, indicam que na medida em que se começa a ter ganhos reais, a consciência vai se tornando mais crítica e as lutas mais conseqüentes. O grupo começa a perceber mais claramente as sutilezas do dominador.

"É tão provado que eles acha que a gente é besta (só que a gente já não tá tão besta não), que a gente marcou uma audiência pra

falã com o Prefeito e quando a gente chegô lá, a fulana lá disse: não, vocês não tem nada marcado, mais não se preocupe que eu dô um jeito. Vô falã com o dotô Peres e tu do se resolve. Nôs viu que nossa audiência tava marcada, mais ela queria fazê assim, um modo que a gente acreditasse que ela é que tinha arrumado, que era pra gente se sentí agradecido". (Arimatéria - Vice-Presidente da Associação).

E se sente encorajado para reagir de forma mais combativa:

"Nessa merma audiência (nôs era 12 pessoa, e tava lá desde manhã, já era 12 hora). O Prefeito chega e diz que não pode atendê ninguém. Que é pra nós marcã outro dia, ainda pra sabê se ele pode arrecebê. Aí nós disse: a gente não aceita não. Nôs já viviamo aqui muitas vez, tamo perdendo trabaio, e não vamo saí daqui sem arresolvê, não. Aí o Prefeito disse: S. Miguel vai sê o primero a sê atendido, na segunda-feira, já fica marcado pras 8 hora. Aí nós disse: não, nós tem o que fazê. Nôs samo carente, nós viemo pra cá porque nós precisa. No dia que nós sai, nós perde um dia de serviço, ou 2. Desde manhã que entra gente aí sem marcã audiência só porque vem metido na gravata. E nós, que marca audiência não pode ser atendido? Mais isso é bom pra quando a gente fô colocã gravata no pescoço de qualque um, a gente aprendê a escolhê a pessoa certa. Aí o Secretário disse: - Calma, rapaz. O que é isso, você tá muito nervoso. A gente ajeita isso. Não tamo nervoso não. Nôs vem aqui porque tem precisão, não porque quê ficã aqui oiando vocês. E vocês tem obrigação de atendê nós. - Pois vem pra cá que o Prefeito vai falã com vocês. Viu? Conseguimo. Óia, se a gente fosse besta mermo, tinha voltado piô, com fome, cansado. Ia marcã pra outro dia e tudo ia começã de novo até a gente cançã. Se a gente não tivesse preparado, podia tê ficado com medo e ido embora". (Arimatéria - Vice-Presidente da Associação).

Foram muitas as lutas empreendidas. Nem todas ganhas, mas o grupo continua enfrentando as dificuldades e o cansaço. O depoimento demonstra isso, e demonstra também a consciência que os moradores adquiriram com o saber: "Se a gente num tivesse preparado podia ter ficado com medo e ido embora".

"Hã dificuldades nos caminho que a gente se gue. As autoridade não atende as nossa reⁱvindicação e muitas das nossa luta a gente não consegue resolvê. Se a gente já tivesse conseguido resolvê já tava bem adiantado, porque as pessoa começa acreditã. Mais as autoridade quando vê que a gente tã ficando forte, começa a dificultã" (Seu Joaquim - Vice-Tesoureiro da Associação).

Mesmo diante de tantas dificuldades, não desistem. Pelo contrário, parece que ganham mais força a cada contacto com as autoridades, a cada negativa.

"Quando a gente vai numa autoridade reivindicã a solução dum poblema e não é atendida logo, a gente não se sente derrotado. Fica abatido, mais levanta a cabeça e vai pra frente". (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

A curta história do processo de organização dessa comunidade assinala uma série de lutas. Lutas para conseguir água, energia elétrica, moradia e escola. Assinala conquistas e derrotas, muitos acertos e desacertos. Hã indícios de que foi a luta para defesa de suas moradias a que mais marcou a comunidade e mais contribuiu para o seu fortalecimento.

"As autoridade já tã vendo que o negócio não tã pra brincadeira não. Eles tã vendo que nós tamos acreditando em nós. Nós botô pra corrê a assistente social que veio expulsã a gente daqui. E botamo pra corrê, porque a gente tinha aprendido alguma coisa das lei. A gente tinha aprendido que quan

do a gente mora naquele lugar 1 ano e 1 dia, a gente só pode sair dali com ação judicial. Aí a gente perguntou pra ela: - Cadê a ação judicial? Ela não tinha, nem sabia o que era. Aí nós disse: - o que você tá fazendo não é legal e nós podemos até dar parte. Oh rapaz! ela foi embora. De noite voltou trazendo a chefona da Fundação⁵ (a dona Chiquita). Aí nós se reuniu assim umas 300 pessoas e fomos conversar com ela. Foi uma conversa boa. Depois de muita discussão ela falou pra nós: - De primeiro São Miguel não tinha problema, não dava problema. Aí nós disse: - É porque de primeiro a gente era besta, tinha medo, não sabia que tinha direito. Aí vocês vinha aqui, mandava a gente sair e a gente ia bem caladim. Agora nós luta. Depois que começou esse trabalho nós já tivemos 3 ameaças de expulsão e nós vencemos todas 3 e ainda estamos aqui¹¹. (Antonieli - Tesoureiro da Associação).

Nota-se que essa luta é essa vitória repercutiu positivamente na comunidade. Resgatou a confiança no poder do povo. Os comunitários atribuem a vitória ao saber e ao poder adquirido na prática educativa, no seio da qual se gerou o processo organizativo, materializado na união dos moradores pela defesa de seus direitos.

Constatamos, porém, que foi a luta pela Escola, que motivou a legalização da Associação dos moradores.

A falta de escola na comunidade ou proximidades, o significativo número de crianças em idade escolar sem condições de estudar e sobretudo a descoberta de seus direitos, levou a população a se mobilizar em torno da questão da Educação.

⁵É uma referência à Fundação do Serviço Social de Fortaleza - FSSF, órgão vinculado à Prefeitura Municipal, responsável pela execução da política social do Município.

"Em cima do nosso trabalho, nós discutimo isso aí de nossas criança não entrã na escola." (Esmeraldina -Membro do Conselho Fiscal da Associação).

A compreensão da necessidade e sobretudo do direito à educação para os seus filhos levou o grupo a promover uma campanha por escola na comunidade. Após uma série de tentativas infrutíferas, a população decidiu construir um local e ela mesma organizar uma escola comunitária para suas crianças. Em contacto com o Projeto Rondon a comunidade conseguiu deste o material necessário para a construção. Mas faltava o terreno.

"Não tem escola. Conseguimo o material pra construí um local pras criança estudã, mais não tem onde construí. Fomos a Prefeitura, solicitã a liberação do terreno pra nós mermo construir a escola e foi negado. É por isso que se torna difícil as criança estudã". (Graça -Membro do Conselho Fiscal da Associação).

Ante a negativa da Prefeitura, a comunidade intensificou a discussão sobre o assunto. O teor das discussões expressava a revolta dos comunitários.

"Pra tê direito a escola a gente já tem há muito tempo. Agora é que não é respeitado. Esse direito tá sendo desrespeitado, né? A gente procura as autoridade competente, que pode fazê. Vai pedí o direito que é negado que é ao menos liberã o terreno pra construí já que nós já tem todo o material aí empancado, se destruindo e não consegue nada." (Seu Manoel - Presidente da Associação).

"Isso não era coisa que nós precisasse ir lá pedí um terreno pra nós mermo fazê uma escola. Não, um bairro como esse aqui ou qual quê um bairro de Fortaleza, que não é só aqui que tem essas criança, sem estudã, va

gabundando na rua porque não tem onde estudar. Era pra eles chegarem e construir e nem era pra ninguém pagar não. Era para cada um ter seu direito de ter seus estudos que nem os ricos deles tem. Um rico tem precisão de chegar no fim o mês e dizê assim: Ah!, meu fio não vai pra escola porque não tem o dinheiro da escola. Se nós já tá dando o dinheiro. O que falta pro nosso fio que não tem estudo, saí pra pagar o colégio do fio dele, é dele mesmo que é sabido, é formado, é estudando pra se formar cada vez mais, e nós aqui sem nada". (Arimatêia - Vice-Presidente da Associação).

Os depoimentos expressam o sentimento dos comunitários ante a negação de um direito de fundamental importância ao tempo em que denunciam os conflitos sociais e a injustiça que os atinge.

"Mas nós não desiste..." Essa frase demonstra que o povo, quando se trata de afirmar seus interesses, de lutar em causa própria, não se deixa abater. Vai à luta de um jeito ou de outro. Um povo aparentemente frágil, inerte, é capaz de demonstração de uma força singular, para conquistar e defender o que lhe pertence por direito.

No meio dos debates acirrados que, pelo que pudemos observar, congregou quase que a totalidade dos moradores, principalmente as mulheres estas decidiram conseguir por conta própria um terreno e construir sua escola. Com o esforço de todos os moradores conseguiram Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), hoje Cz\$40,00 (quarenta cruzados). Com esse dinheiro, compraram uma casinha de uma moradora que desejava voltar para o interior. Derrubaram a casinha e começaram a construção. Estavam concluindo o alicerce, quando o dono do terreno, na frente do qual ficava a casa⁶, apareceu e resol-

⁶ A casa estava localizada em terreno da Prefeitura, no final de um traço do que se destinava a rua. O terreno em questão pertence ao Grupo Edson Queiróz.

veu embargar a construção. A comunidade se mobilizou, foi às autoridades, tentou negociar com o dono do terreno, conseguiu até a interferência da igreja no caso. Tudo em vão. O dono do terreno não cedeu e a construção foi interrompida, inclusive com perdas para a comunidade, que, além do material, perdeu também os Cr\$40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

Fracassada essa tentativa, o grupo se volta novamente para a Prefeitura. Descobre, através de um mapa conseguido na Secretaria de Planejamento, que havia no local algumas quadras de terrenos da Prefeitura que se destinavam a praças e logradouros públicos. Escolhe uma dessas quadras. Consegue que um engenheiro amigo faça a planta da escola desejada. Faz um levantamento para conhecer a demanda real, consegue um abaixo-assinado contendo assinatura de todos os moradores, elabora um projeto da construção. Reúne tudo, forma um processo e dá entrada na Prefeitura.

Foi então que a Prefeitura impôs, como condição para que a liberação do terreno fosse possível, que a comunidade tivesse personalidade jurídica.

Surgiu daí a legalização da Associação dos Moradores. Numa grande assembléia, os comunitários decidiram elaborar o estatuto. Observamos que o Estatuto elaborado segue o modelo formal padronizado e, pelo que pudemos verificar, não reflete a organização do grupo. Não nasceu, também, como reflexo dessa organização, mas para atender a exigências burocráticas externas.

O grupo tentou, contudo, resguardar o essencial do seu processo organizativo, atribuindo à assembléia geral dos sócios, todos os poderes.

"Essa associação pra nós só tem valô jurídico. Não queremos uma diretoria fazendo tudo sozinha mandando na gente. Aqui o órgão de maior decisão é a Assembléia Geral". (Antoniél - Tesoureiro da Associação).

O fato é que conforme nos foi dado verificar a criação do estatuto alterou o processo de organização da comunidade. Querendo ou não, havia agora uma diretoria, que tinha inclusive a função de administrar os bens da comunidade. Percebemos que o povo se sentiu mais prestigiado tendo uma associação. "Agora nós também tem um órgão". A expressão parece indicar o orgulho por se sentirem mais próximos do modelo do dominador. Isso vem demonstrar que apesar da consciência das injustiças da exploração, das desigualdades e da compreensão (pelo menos teórica) de que os conflitos são originados na sociedade de classe onde a classe dominante se apropria do saber e do poder, mantendo a classe dominada sob controle e a seu serviço, o modelo do dominador constitui o seu ideal a ser alcançado. Mudar parece significar o desejo de tornar-se igual ao dominador. Qualquer outra mudança parece se situar no campo da abstração. Desejam a transformação social, mas não a entendem diferente do concreto, do seu cotidiano. Por isso é importante ter uma Associação legalizada. E foi a luta pela escola que lhe proporcionou esta realização.

"Pra mim foi o problema da escola um passo de força. Aquele proprietário que impediu a gente de construir a escola ajudô na organização. Foi quando ele criou o problema com nós que a gente foi de novo pra Prefeitura, e começou a lutar pra ter uma associação legalizada." (Dona Maria Ferreira - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

Na época em que realizamos nosso estudo, a Associação tinha sido instituída há apenas dois meses. Portanto, não dis

posamos de elementos para julgar os efeitos dessa no fortalecimento da luta do povo, ou mesmo para identificar as possíveis disputas de lideranças no interior da comunidade. Na época, não constatamos, na área, a presença de outras forças externas como partidos, igreja etc. O problema da escola continuava insolúvel pois até o término deste estudo, a Prefeitura não havia cumprido o que prometera com relação à liberação do terreno, apesar das constantes investidas da comunidade.

3. COMO O GRUPO EXPLICITA SUA VISÃO DE SOCIEDADE

Buscamos, na nossa investigação, verificar até que ponto a visão do grupo ficou restrita às lutas internas pela superação dos problemas imediatos.

Nesse sentido, nossas observações e os depoimentos indicam que o horizonte de grupo ainda é muito limitado. Suas aspirações são concretas e imediatas e conseqüentemente, suas lutas estão a elas restritas. Essa constatação nos conduziu à confirmação de que a consciência avança de acordo com a prática social do grupo e que este não incorpora com facilidade informações abstratas, que não fazem parte do seu cotidiano.

Apesar disso, alguns depoimentos parecem revelar uma compreensão mais generalizada sobre a questão.

"Formã uma sociedade é um trabaio de muitas comunidade trabaiano junta. Se o sofrimento é um sô, tudo quanto as comunidade passa é uma coisa sô. Essa comunicação que a gente tem entre as comunidade, quer dizê, que não vai ficã sô aqui. Os poblema não são sô do São Miguel. Os poblema exclusivamen-

te são idêntico uns com os outro. Se todo mundo se comunicã vai formando a sociedade." (Arimatêia - Vice-Secretário da Associação).

Pelo que pudemos verificar, o Projeto Rondon desenvolve esse projeto em outras comunidades e promove, bimestralmente, um encontro entre elas com o objetivo de "fazer com que cada comunidade perceba que não é exclusiva e que a resolução dos problemas fundamentais vai depender da união de todos e da consciência de classe" (Agente rondonista - universitário).

O depoimento parece indicar que esta compreensão está se concretizando, embora se expresse ainda de maneira muito difusa.

"O trabalho pode transformã a sociedade no ponto que quando a gente aprende passa pras outra comunidade que ainda não sabe e se une as outra que já tão organizada." (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

Esse segundo depoimento revela claramente a compreensão do saber como instrumento de poder e expressa a necessidade de comunicação desse saber na perspectiva da transformação social.

No que se refere à questão da sociedade de classe, o grupo parece ter compreendido sua condição de dominação e as relações autoritárias predominantes nesta sociedade, que exclui a classe trabalhadora dos centros de decisão e a apropria da produção, fruto de seu próprio trabalho, tornando-a integrante de uma massa de subordinados.

"O problema que tã mais atingindo a maioria dos brasileiro é o problema do salário. A classe trabalhadora, a classe pequena, é que sã

fre o problema. Passa necessidade, sem moradia. Ganha pouco, não tem o necessário." - (Seu Leonardo - Membro do Conselho Fiscal da Associação).

"Nosso mundo é um mundo feito de gente pobre e de gente rica. E como os ricos são que re pra ele, deixa sempre a gente lá embaxo. Por exemplo: se a terra fosse pra todos, não existia o problema de moradia. Mais os ricos tomam de conta, fica com tudo e pobre são trabaia" (Seu Leonardo - Membro do Conselho Fiscal).

Novamente aparece a percepção dos dois mundos distintos. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres, através do qual parece permanecer escondido os fatores de geração dos antagonismos de classe.

Diante dessa compreensão, indagamos sobre o tipo de sociedade que desejariam ter.

"A sociedade que a gente queria tê, nem uma sociedade rica, nem era uma sociedade pobre. Era uma sociedade livre, uma sociedade onde a gente ganhasse uma base duns 3 salário mínimo." (Seu Manuel - Presidente da Associação).

O depoimento acima revela o limite da compreensão do comunitário. Com efeito, se a consciência crítica se desenvolve na prática social, para um grupo onde a maioria ganha menos que um salário mínimo, três salários, na sua opinião, passam a representar a solução. Por outro lado, parece que o depoimento deixa transparecer a prevalência da liberdade sobre a propriedade de bens. Mas ser livre pra quê?

"A vista que eles paga um e às vez nem um toda a pessoa que nem isso ganha passar a ganhar três salário já é uma boa coisa". - (Antoniél - Vice-Tesoureiro da Associação)

"Queremo lutã pra sê um povo em igualdade, pra que as coisa não continue pisando uns nos outro. Os pobre desrespeitado, temos que lutã pra mudã". (Dona Suzete - Secretária da Associação).

"A gente quẽ lutã pra chegã com que exista uma vida mais fácil, diferente da que nós tem, que é desorganizado pra nós e organizado pros rico. A gente pretende chegã naquilo que a gente acha mais ou meno justo, na igualdade". (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

Parece que não vislumbram em uma nova sociedade o controle dos meios de produção e a apropriação do poder. A idéia de uma transformação estrutural não aparece nos seus depoimentos. Uma sociedade diferente para eles significa apenas não terem que continuar esmagados, desrespeitados. Ter o suficiente para continuarem vivendo. Nesse ponto, se evidencia que sua referência ainda está restrita ao seu cotidiano, aos problemas concretos, imediatos de sobrevivência. Sua consciência, apesar do avanço, ainda está vinculada ao meio sensível, às suas relações dentro de um espaço muito limitado, o que confirma a tese de Marx que "a consciência é antes de tudo a consciência do meio sensível, imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo."⁷

Quando o grupo se refere ao seu trabalho comunitário, a sua luta local, o faz com clareza, com a segurança de quem sente e de quem aprendeu como superar a sua problemática. Porém a referência a suas aspirações mais globais está limitada a sua prática social, isto é, não vai muito além do que conhece concretamente, demonstrando que o projeto político de transformação da sociedade é algo abstrato, que a sua consci

⁷MARX, Karl ? ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. Lisboa, Presença, p. 36.

ência ainda não permite vislumbrar com precisão. Sabe que deseja uma vida melhor e viver melhor se resume em ganhar muito, ter casa boa e ser importante.

Observa-se que está presente, na consciência da população, a necessidade da luta coletiva, como meio para mudar, mesmo que esta mudança esteja restrita às suas carências imediatas.

4. MUDANÇAS VIABILIZADAS PELA PRÁTICA EDUCATIVA

Na opinião da comunidade, houve um grande avanço. "Nas nossa cabeça teve muita mudança aqui no São Miguel". A principal delas está referida ao fato de que seus moradores começaram a se reunir e a lutar para resolverem "nossos problema".

"Aqui mudou muita coisa. Mudô mermo. A gente nota já existe alguma conquista. Através da luta a gente já conseguiu desde a primeira reunião: um chafariz. 18 família que tava ameaçada de expulsão e nós não deixou. E depois tem mais outra coisa, tem o projeto de produção, tem material pra gente construí a sede. Tem muita luta encaminhada e tem a fê que vai crescê porque a gente viu que tem proveito. Tem até uma associação". (Luziene - Vice-Secretária da Associação).

Essa é a opinião geral dos moradores. Cada conquista dessas, aparentemente tão pequena, custou ao grupo muitas horas de discussão, muitas caminhadas. A luta pela energia, por exemplo, segundo a comunidade, vem se desenrolando há dois anos "sem que nós tenha conseguido um resultado. Mas nós vamo continuã até conseguí". (Seu Manuel - Presidente da Associação).

Um fato notável nesse processo é que o grupo comunitário está convencido de que "com a luta de todos" é possível mudar e que eles trazem dentro de si o germe da mudança. A cada passo, percebe-se que a consciência crítica vai se desenvolvendo.

Indubitavelmente, a comunidade começou a escrever a sua própria história, começou a lutar pelos meios que lhes possibilitam sobreviver. Lutas surgidas das necessidades imediatas, é bem verdade, mas com esta, a consciência crítica, vai sendo despertada e vai se tornando cada vez mais consequente. Através delas os comunitários adquirem auto-confiança e aprendem a explicitar, na prática, sua condição de classe. Tudo isso, inegavelmente, poderá contribuir para fortalecer o grupo e levá-lo a conquistar seu espaço na história, pois conforme Marx, a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades de "beber, comer, ter um teto onde abrigar-se, vestir-se", constituem a condição fundamental para "fazer história".⁸

Julgamos necessário as considerações sobre o fato, de que antes desta prática educativa os moradores do Parque São Miguel não conseguiam satisfazer as necessidades primárias nem vislumbravam a possibilidade de organização.

Conforme já analisamos no item sobre a caracterização da área, os moradores do Parque São Miguel vivem em casas apertadas, construídos em terrenos que não lhes pertencem e, por conseguinte, sob a constante ameaça de expulsão. Não tem emprego fixo e os que têm ganham tão pouco que sequer dá para satisfazer suas necessidades alimentares.

⁸ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Op. cit., pág. 33.

Partindo desse enfoque, é fácil compreender o entusiasmo do grupo no que se refere à luta pela conquista de seus direitos. Note que a primeira conquista do grupo foi a construção de um chafariz. Essa conquista foi de fundamental importância, tendo em vista que a falta d'água se constituía uma necessidade básica. A satisfação dessa necessidade provocou de certo modo, a modificação das pessoas que passaram a aspirar novas necessidades e conseqüentemente a se unirem mais em torno das lutas pela superação de sua problemática. E nisso consiste, na nossa compreensão, o início de um processo que poderá resultar na luta pela transformação das relações de produção.

Em suma, tentou-se mostrar, nesse item, toda uma luta empreendida pelo grupo comunitário a partir do momento em que este começou a se reunir, a pensar sobre sua realidade e a descobrir que juntos eram capazes de superar a situação. Lutam por serviços públicos essenciais como água, energia, moradia e escola. De concreto, conseguiram um chafariz para a comunidade. Mas a luta por estes serviços favoreceu o treino de algumas habilidades, como organizar e orientar debates, coordenar reuniões, coletar informações, redigir relatórios, atas, projetos e, sobretudo, aprender a reivindicar seus direitos.

CONCLUSÃO

O propósito básico deste trabalho é uma tentativa de compreensão das práticas de Educação Popular, notadamente as que são articuladas pelo Estado.

A partir desse objetivo, tentamos colocar alguns pontos, que sintetizam nossa preocupação central, contida no texto:

1. Buscamos, primeiramente, clarificar nosso referencial teórico, por entendermos que nenhuma pesquisa se sustenta sem um claro arcabouço categorial.

Esse arcabouço parte de uma crítica ao pressuposto que reduz a Educação Popular a um mecanismo do Estado, cuja função está restrita à difusão da ideologia dominante e consequente garantia da reprodução das relações de produção.

No nosso entender, tal pressuposto não se sustenta. Precisa de uma revisão cuidadosa, a ser feita, a nosso juízo, à luz de uma concepção dialética.

Nossa crítica se assenta no reconhecimento de que o trabalho mediado pelo Estado não é monolítico. Ele se realiza numa correlação de forças que leva parte dos intelectuais de classe média a se identificar com as camadas populares e a se tornar aliada destas, na produção de um novo conhecimento, articulado a partir das bases, com a finalidade de conduzi-la a um modo de pensar e de agir na perspectiva de sua classe.

A dinâmica própria, que se desencadeia no bojo de uma prática de Educação popular, pode provocar o afastamento dos agentes das diretrizes impostas pelo Estado e conduzi-los a um comprometimento maior com os interesses da classe subalterna, transformando uma educação que se destinava ao povo em uma educação do povo e com o povo.

A partir dessa compreensão adotamos, para efeito da presente análise, o enfoque que enxerga na educação popular, um instrumento de resgate e sedimentação do poder político dos dominados.

2. A análise da prática, objeto desse estudo, nos indica a possibilidade de que funcionários do Estado, mesmo sendo o Estado burguês, podem manter um vínculo orgânico com as classes subalternas.

Com efeito, o que se tem visto no Brasil, nos últimos 30 anos, é que parte da chamada classe média, talvez por conta de sua instabilidade política, tem procurado se engajar nas mais diversas práticas de movimento popular e assumir compromissos com os interesses dos dominados.

Tal constatação nos conduz à afirmativa de que profissionais e intelectuais que atuam ao nível da superestrutura, em que pesem todas as dificuldades advindas das contradições próprias do antagonismo de classe e as situações ambíguas em que se encontram mergulhados, podem vincular-se organicamente às classes populares.

Indubitavelmente, trata-se de uma vinculação marcada por inúmeros conflitos, mas possível de se realizar colocando por terra a ótica do monolitismo do Estado.

3. A análise da prática em estudo nos revelou um real comprometimento dos agentes do Projeto Rondon com a organização do grupo com quem trabalham, na medida em que buscam, juntamente com este, construir um saber que se torne um instrumento de afirmação de seus interesses.

Nesse sentido, a prática de Ação Comunitária do Projeto Rondon, objeto desse estudo, se distancia da ideologia contida no modelo desenvolvimentista predominante no país, na medida em que adota uma concepção de educação e participação, que parece se contrapor à concepção defendida nos documentos oficiais.

Sem embargo, nossos estudos a respeito da Instituição nos levaram a constatar que esta concebe participação como um meio de "induzir o estudante a colaborar para eliminação dos obstáculos à realização dos planos de governo", utilizando-o como intermediário para convencer a população a aceitar e se envolver como força de trabalho na execução destes planos.

Neste contexto a educação é concebida como veículo de transmissão do saber constituído, e cuja finalidade é "educar" a população para que se integre no processo de desenvolvimento da Nação, de acordo com a ótica da classe no poder.

Em ambos os casos se intenciona produzir uma atitude de aceitação passiva, de adesão aos ideais dominantes, que resulta na formação de uma massa adaptada aos interesses do bloco dirigente.

Nossas observações sobre a prática, sobretudo os depoimentos dos agentes comunitários, constituem forte razão para concluirmos que a prática educativa realizada pelo Proje-

to Rondon no Ceará, Parque São Miguel, através do seu Programa de Ação Comunitária, se contrapõe à ideologia dominante.

Tal conclusão se sustenta na constatação de que a referida prática dirigiu sua atuação no sentido de contribuir para a organização da comunidade, centrada na produção e difusão de um conhecimento que conduza os comunitários à compreensão de sua condição de classe e do papel que exerce no conjunto da sociedade; e que possibilite a elaboração de uma concepção de mundo condizente com seus interesses de classe.

No tocante à participação, a prática revelou ser esta resultante do exercício pedagógico que possibilita ao grupo resgatar seu saber, seu direito de pensar, de agir e se fazer levar em consideração.

Enfim, uma prática educativa que possibilita aos comunitários se perceberem como sujeitos de sua história e como produtores de conhecimento.

No meio de todas estas contradições, vale ainda ressaltar que constatamos, através da presente pesquisa, que o enfoque de educação e participação na perspectiva da prática realizada, bem como os objetivos que intentam alcançar, estão explicitados claramente na proposta do programa, elaborada pela Coordenação do Ceará e encaminhada oficialmente ao Núcleo Central do Projeto Rondon em Brasília, de quem obteve aprovação.

4. A prova do que afirmamos é o resultado da análise que fizemos da dimensão pedagógica e da dimensão política dessa prática.

No tocante à dimensão pedagógica, observamos que as relações que se estabelecem entre os agentes rondonistas e comunitários na prática em estudo, são relações de parceria, que supõem a existência de dois saberes diferenciados (o saber do agente externo e o saber do agente comunitário), que se enfrentam criticamente, com vistas à produção de um saber novo, capaz de afirmar e reforçar os interesses da comunidade.

A produção do saber que está sendo gerado tem como ponto de partida o conhecimento do grupo, sua cultura, seu modo de perceber a si e ao mundo.

O saber do agente externo é utilizado como instrumento, que ajuda a explicitar e reelaborar sistematicamente o saber popular.

As relações pedagógicas entre os agentes externos e agentes comunitários são relações de ensino-aprendizagem, onde ambos ensinam e ambos aprendem, sem autoritarismo, sem paternalismo. A matéria-prima dessa relação é a prática social dos comunitários.

Verificamos que o agente externo não assume a postura de detentor de um saber superior a ser transmitido, nem tão pouco reconhece o saber popular como único autêntico. Parte do princípio de que os valores dominantes perpassam ambos os saberes, por conseguinte, devem ser questionados e refletidos criticamente, recriando alternativas de aprendizagem que resultem em uma síntese socializada.

Os depoimentos dos comunitários manifestam claramente o resultado dessa relação pedagógica em termos de aprendizagem. Verificamos que a ação educativa produziu conheçimen-

tos geradores de habilidades, que se expressam no registro da sua história através da redação de relatórios, boletins, "cartilhas", atas e projetos.

O grupo descobriu que tem direitos que lhe são negados. Aprendeu a se comunicar melhor. Modificou o seu relacionamento interpessoal. Aprendeu estratégias para reivindicar seus direitos, e negociar com as autoridades. Descobriu a força coletiva e o poder de barganha. Aprendeu a coordenar reuniões, organizar e coordenar encontros, promover debates, discussões e fazer levantamentos para fundamentar o seu poder de argumentação.

Com relação à dimensão política da prática em estudo a partir do entendimento de que a apropriação e elaboração do saber pela comunidade implica no fortalecimento político desta, levando-a a superar a situação de injustiça e exploração em que está vivendo.

Verificamos que inicialmente a população busca resolver as necessidades mais imediatas como água, energia, escola e moradia.

Percebemos que o processo de organização da comunidade pressupõe que os problemas são de todos, por conseguinte, a luta é de todos e não apenas de uma pessoa ou de um grupo. Não se ressalta a figura de um líder. As pessoas se reúnem para refletir sobre os problemas e, de acordo com a necessidade, na própria reunião, fazem a divisão das tarefas e das responsabilidades e elegem comissões que passam a assumir tais tarefas. Notamos uma preocupação com o revezamento das pessoas no cumprimento das tarefas, como forma de se incentivar a democratização do poder, impedindo que este se concentre nas mãos de um ou de poucos.

Notamos a existência de um grupo menor que se apropriou mais rapidamente do conhecimento. Esse grupo se faz presente em todas as reuniões, em todas as discussões, encontros e ações. Percebe-se que esse grupo começa a exercer influência sobre os demais moradores e naturalmente está assumindo a direção dos trabalhos.

Tudo na prática deste grupo indica que seus componentes assimilam a idéia do coletivo e percebem que o fortalecimento do poder popular se dá mediante a apropriação do saber, que estimula a todos a se comprometerem com as lutas pela superação dos problemas comuns. É notável o esforço do grupo em não centralizar as decisões, mas estimular a participação e o compromisso de todos.

Com a constituição da associação, os moradores parecem ter conquistado maior poder de barganha junto ao Estado. Este fato colocou-os diante de um modelo de estrutura verticalista, levando-os a se relacionarem mais diretamente com a questão do poder dentro da comunidade.

A associação parece ter fortalecido a aprendizagem, pois a partir dela o grupo passou a gerir recursos provenientes de convênios, aprendeu a fazer transações bancárias e a entender melhor a burocracia do Estado. Parece-nos entretanto que o modelo de associação adotado reproduz as relações de dominação, na medida em que favorece o afastamento entre dirigentes e associados.

A ação política do grupo se concretiza nas denúncias da situação de injustiça, exploração e desigualdade, em que está vivendo; nos protestos e nas lutas pela superação de suas necessidades imediatas, o que lhe confere força e poder, ao tempo em que contribui para o desenvolvimento da consciência de classe.

Os comunitários já se percebem como componentes e integrantes da classe trabalhadora. Já compreendem com mais clareza a distinção e os antagonismos de classe. A comunidade se articula e se organiza de maneira autônoma, em que pese sua ligação com uma instituição estatal. Mas a visão da totalidade, a compreensão de um projeto político na perspectiva de sua classe ainda é mera abstração.

Percebe-se que a população está amadurecendo politicamente, posto estar chegando a um grau de reivindicação, que lhe confere capacidade para reconstruir sua própria história. Mas não admite ainda a importância de uma militância político-partidária. Partido, na sua percepção, está ligado à imagem do político que "só sabe enganar e mentir".

A preocupação em centrar as discussões nos problemas comuns, ou seja, os problemas que atingem o conjunto dos moradores, impede que se perceba com mais clareza os conflitos internos. Estes se manifestam, de forma muito tênue quando se trata de questões mais específicas e particulares. Nesse caso se revelam as mais variadas tendências, demonstrando que por trás da aparente homogeneidade, coabitam os interesses divergentes

É surpreendente a dinâmica desenvolvida pelo grupo que termina, inclusive, por canalizar as divergências para o mesmo fim - a comunidade -, caindo no risco de reduzir sua prática social e organizativa ao puro comunitarismo.

Nossa conclusão é que houve um aprendizado, que influenciou significativamente nas atitudes e comportamentos desta comunidade e no seu processo de organização.

Percebemos, porém, uma certa dificuldade dos comunitários no que se refere à compreensão dos fenômenos que ul-

trapassam o seu cotidiano. Isso explica a lentidão com que avançam na compreensão da realidade global. Sentem na própria pele os efeitos de uma sociedade injusta e desigual e até identificam os fatores de geração e afirmação desta sociedade, mas não percebem com clareza as possibilidades de superação desta realidade, porque estão mais próximos de pequenas reformas que lhes garantem os bens de consumo coletivo, dantes tão distantes.

Descobriram o poder da mobilização, entendendo que unidos se tornam fortes e podem conquistar seus direitos, ainda não se dando conta que a supremacia dos direitos pode se tornar uma armadilha meramente reformista reforçadora da situação vigente.

Nada na sua prática ou discurso revela uma proposta política de transformação social. Para eles o horizonte de uma nova sociedade está restrito a poder comer todos os dias, vestir-se, frequentar escola, ter acesso aos hospitais e emprego "com carteira assinada", de preferência que pague "até três salários mínimos".

Nossas constatações demonstram que se por um lado a situação de miséria econômica e social pode se transformar em força para o aceleramento do processo revolucionário, esta mesma situação pode se tornar um fator de adiamento deste processo.

Pode se pensar que a degradação humana provocada pela fome, pela falta de moradia, pelo desemprego, pela carência absoluta de tudo resulte num estado de revolta, que coloca o povo numa posição de luta pela tomada do poder. Além das consequências que esse fato poderia gerar, que não nos cabe analisar neste trabalho, achamos que não se pode subestimar

a eficiência da classe dominante no que se refere a administração da miséria. Esta conta com a máquina estatal que além do aparelho coercitivo posto em uso, de acordo com sua conveniência, ainda dispõe dos aparelhos ideológicos de persuasão e convencimento, dentre os quais se ressaltam as instituições de bem-estar social, que com seus programas assistencialistas e paternalistas, constituem fortes mecanismos para sufocar (através de distribuição de bens, favores etc) a insurgência de um povo acuado pela fome e pelo desespero

É verdade que um povo faminto movido pelo desespero de quem nada tem a perder, pode pegar em armas e enfrentar as forças adversárias. Mas é possível que este mesmo povo recue, trocando as armas pelo aparente bem-estar que porventura o Estado venha lhe oferecer, ainda se considerando vitorioso porque se mobilizou e forçou o poder a abrir mão dos direitos que já lhe são devidos.

Com estas colocações estamos querendo dizer que mais importante que a revolta é a formação de uma consciência lúcida de classe e dos conflitos de classe para empreender a transformação social. É necessário que se produza uma nova visão de mundo capaz de transmitir uma crença inabalável nas possibilidades da mobilização em prol da transformação da sociedade. Uma crença que se transforme numa idéia-força, motriz do processo revolucionário o que, a nosso juízo, é possível através de uma prática educativa conseqüente geradora da reforma intelectual e moral de que nos fala Gramsci. Uma prática não imposta, mas reelaborada e assumida pelo povo. A consciência crítica, pelo que nos foi dado observar, não admite a imposição ou transmissão pura e simples de ensinamentos prontos para serem consumidos. É possível treinar, domesticar. Mas será que é de robôs que se está carecendo para proceder à transformação social? Ou de mentes lúcidas, de um po

vo crítico consciente de sua responsabilidade como sujeito que faz História?

5. A análise da prática realizada nesta dissertação, não se esgota com a presente pesquisa. Consideramos oportuno um reestudo do caminhar dessa comunidade para que se possa melhor avaliar, inclusive, os resultados aqui relatados. Na época desta pesquisa a prática educativa em questão contava com apenas três anos e a Associação dos Moradores era recém-constituída. Julgamos, portanto, da maior importância um estudo sobre a história dessa Associação para que se possa avaliar em que medida sua constituição contribuiu para afirmar ou negar os interesses da organização comunitária. Até que ponto a população incorporou esse novo saber a ponto de torná-lo parte integrante de sua prática cotidiana? Até que ponto a organização avançou no sentido de um projeto político mais global de preparação das classes subalternas para o exercício de sua hegemonia? Comungamos com Gramsci quando afirma que é possível a edificação de um novo Estado, desde que se reúnam amplos setores populares em uma única vontade, para lutar contra a classe dominante.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1987. 128p.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982. 176p.

AMORA, Zenilde Baima. As transformações da Indústria de Fortaleza face a política de Industrialização do Nordeste. - Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1978. p. 14.

BERGER, Manfredi. Educação e Dependência. 3.ed. São Paulo, DIFEL, 1980. 354p.

BERLINCK, Manuel Tostck. O Centro Popular de Cultura da UNE. Campinas, SP, Papirus, 1984. 120p.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da Educação fundamental ao fundamental na educação. Proposta. Suplemento 1. Rio de Janeiro, set. 1977.

_____. Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984. 86p.

_____. (org.) Pesquisa participante. São Paulo, Brasiliense, 1981. 211p.

_____. (org.) A Questão Política da Educação Popular. 2.ed. São Paulo. Brasiliense 1980, 198p.

BRASIL. Leis, Decretos etc. Lei 4.464 de 9 de novembro de 1964.

_____. Ministério do Interior. Diretrizes e formas de Implementação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade. Brasília, 1979.

_____. Secretaria Geral da Presidência da República. II Plano Nacional de Desenvolvimento. 75-79. Brasília, 1976.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. O Mito do Método. Rio de Janeiro, PUC, 1972.

CAROPRESO, Maria Evelyn P.N. Universidade Sufocada. In: Retrato do Brasil. Da Monarquia ao Estado Militar. Ed. Política. s.d. 2. pag. 438-440.

CEARÁ: PROAFA. Pesquisa realizada em 1984.

CONTRERAS, Rolando N. Pinto. Os programas de educação não formal como parte integrante do processo de educação e de organização popular. In: Revista Educação em Debate, Fortaleza 4(1):139-203. Jan/jun. 1982.

COSTA, Beatriz. Para analisar uma prática de educação popular. Cadernos de Educação Popular. Petrópolis (1):7-48, 1980.

CRUZ, Luís Lima. O Planejamento urbano em face do zoneamento industrial. In: Revista de Planejamento (3).

DAMASCENO, Maria Nobre. Prática educativa e consciência do campesinato; uma contribuição da educação popular realizada nas comunidades de base. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983. Tese de Doutorado em Educação.

- DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 1981, pag. 124.
- FERNANDES, Florestan. Sociedade de classe e subdesenvolvimento. 3.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 267p.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971, 150p.
- _____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. Pedagogia do Oprimido. 8.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 218p.
- FREITAS, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 4.ed. São Paulo, Ed. Moraes, 1980. 142p.
- GADOTTI, Moacir. Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea. In: Revista Educação e Sociedade. São Paulo (8):5-32, mar. 1981.
- _____. Educação e poder; uma introdução à pedagogia do conflito. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1980. 143p.
- GARCIA, Pedro Benjamin. Educação popular; algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A questão política da educação popular. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.88-121.
- GIROUX, Henry. Pedagogia radical; subsídios. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1983. 95p.
- GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia; o que é a sociologia? 9.ed. São Paulo, DIFEL, 118p.

- GOLDMANN, Lucien. Dialética e cultura. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 197p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s.d. p.41-59.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981. 341p.
- _____. Nosso Marx. In: CHASIN, J. (org.) Marxismo hoje. São Paulo, Ensaio, 1987. 227p.
- HOFFMANN, Helga. Não há vagas. In: Retrato do Brasil. Da Monarquia ao Estado Militar. Ed. Política, s.d. 2.p.265-269.
- JARA, Oscar. A educação na América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Lições da Nicarágua. Campinas, SP, Papyrus, 1984. 128p.
- JORNAL "Folha da Tarde". Promotor do Ideal de Integração. São Paulo, 25 de setembro de 1979.
- JORNAL "O Estado de São Paulo". Rondon Procura Novos Rumos. São Paulo, 5 de outubro de 1979.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 230p.
- KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 202p.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. A favor de Gramsci. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 301p.

MANFREDI, Silva Maria. A educação popular no Brasil; uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A questão política da educação popular. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.40-61.

_____. Política e educação popular; experiências de alfabetização no Brasil com o método Paulo Freire-1960/1964. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1981. 156p.

MARQUES, Regina Elisabeth do Rego Barros. Urbanização, Dependência e Classes Sociais. O caso de Fortaleza. Dissertação de Mestrado. UFC. 1986.

MARX, Karl. Textos filosóficos. São Paulo, Estampa. s.d. 117p.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 3. ed. Lisboa, Presença, s.d. v.1.

MODERNO, João Ricardo Carneiro. O Pensamento de Mao-Tse Tung. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 124p.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira; crítica à razão dualista. 4. ed. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1981.

OLIVEIRA NETO, José Carlos. O que todo cidadão precisa saber sobre salário, preço e inflação. São Paulo, Global, 1985, 89p.

PAIVA, Vanilda P. Estado e educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A questão política da educação popular. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. p.79-87.

PINTO, João Bosco. Pesquisa ação como prática social. Mimeog.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 142p.

PROJETO RONDON. Diagnóstico institucional do Projeto Rondon. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1974. 133p.

_____. Uma escola de realidade nacional. Brasília. (Mimeog.)

_____. A juventude no desenvolvimento. Brasília, 1976. 4op. (Opção jovem de resposta ao Brasil atual).

_____. Programa de seminário sobre Ação Comunitária para dirigentes e técnicos do Projeto Rondon. Brasília, 1979.

_____. Projeto Rondon e sua dimensão atual. Brasília, 1974, 85p.

_____. O que é o Projeto Rondon. Brasília, Assessoria de Comunicação Social, 1984. 44p.

_____. Relatório de atuação do PRO-0. Rio de Janeiro, 1967.

_____. Relatório do Seminário sobre A.C. para dirigentes e técnicos do PRO-Constatações e conclusões técnicas da 1ª fase do Seminário. Brasília, 1979.

_____. A Universidade Brasileira e o Projeto Rondon. Brasília 1974. 15p.

RETRATO DO BRASIL. O amargo sabor do Lar. Editora Política, s.d. 1. p. 79-80.

_____. Ascensão e queda do Regime Militar. Editora Política, s.d. 2. p. 514-515.

RETRATO DO BRASIL. A Longa Registência. Editora Política, s/d.
1. p. 81-82.

_____. O Método da Democracia. Editora Política, s.d. 1. pg.
73-78.

_____. Não há vagas. Editora Política, s.d. 2. p.265-269.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz & PECHMAN, Robert Moses. O que
é questão de moradia. São Paulo, Brasiliense, 1983, p.44.

SANTOS, Theotônio dos. O caminho brasileiro para o socialis-
mo. Petrópolis, Vozes, 1985. 170p.

_____. Conceito de classes sociais. 3.ed. Petrópolis, RJ, Vo
zes, 1985. 81p.

_____. A dependência político-econômica da América Latina .
São Paulo, Loyola, p. 110.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia ou a teoria da curva-
tura da vara. ANDE. São Paulo, 3(1):23-33, 1981.

SINGER, Paul. A formação da classe operária. 3.ed. São Paulo
Atual, Ed. Universidade Estadual de Campinas-SP, 1986.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza; uma análise da estrutura.
In: Encontro Nacional de Geógrafos, 3. Fortaleza, 1978.

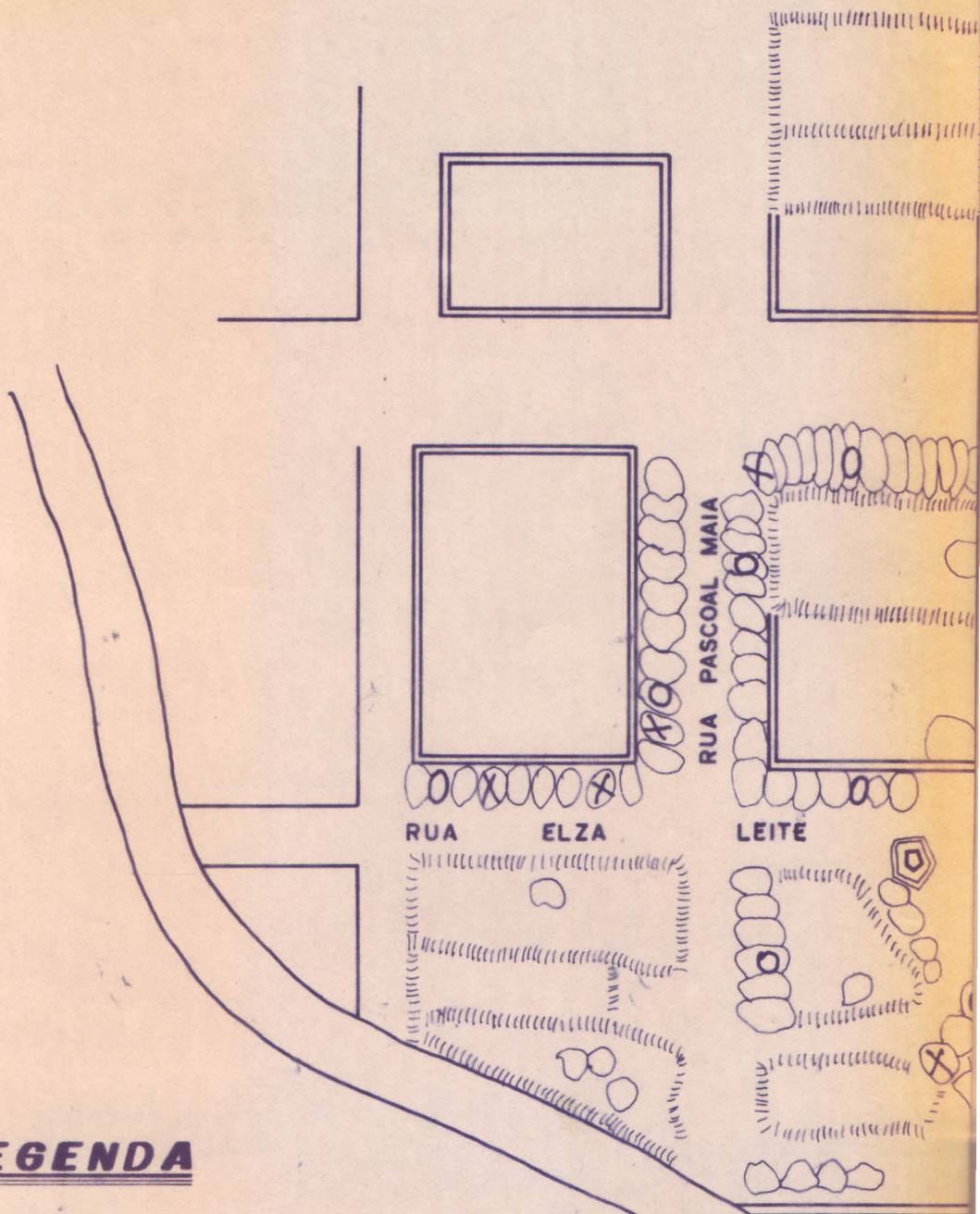
SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et alii. Assistência na trajetô
ria das políticas sociais brasileiras. São Paulo, Cortez,
1985. 102p.

THIOLLENT, Michel. Uma contribuição à pesquisa-ação no campo

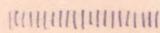
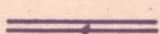
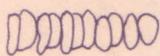
da comunicação socio-política. Educação & Sociedade, São Paulo, Cortez, 3(9):50-52, 1981.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social & enquete operária. 3.ed. São Paulo, Polis, 1982.16-17.

PARQUE COMUNIDADE SÃO MIGUEL



LEGENDA

-  CERCA DE ARAME
-  MURO DE ALVENARIA
-  CASAS
-  CHAFARIZ
-  ASFALTO
-  RESPONDENTE QUESTIONÁRIO
-  ENTREVISTADO

